



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE
COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL**

PRÁ QUE RIMAR AMOR E DOR?

MATERNIDADE E VIOLÊNCIA URBANA:

A SITUAÇÃO-LIMITE DE FILHOS ENVOLVIDOS NO TRÁFICO DE DROGAS

SOLANGE GANDUR DACACH

Rio de Janeiro

2009

Solange Gandur Dacach

PRÁ QUE RIMAR AMOR E DOR?
MATERNIDADE E VIOLÊNCIA URBANA: A SITUAÇÃO-LIMITE DE FILHOS
ENVOLVIDOS NO TRÁFICO DE DROGAS

Dissertação submetida ao corpo docente do
Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de
Comunidades e Ecologia Social da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do grau de Mestre em
Psicossociologia.

Orientadora: Prof^a Maria Cecília de Mello e Souza

Rio de Janeiro

2009

D117 Dacach, Solange Gandur

Prá que rimar amor e dor? Maternidade e violência urbana: a situação-limite de filhos envolvidos no tráfico de drogas / Solange Gandur Dacach. - Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

154 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia / Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2010.

Orientadora: Maria Cecília de Mello e Souza

1. Maternidade. 2. Favelas – Tráfico de drogas - Rio de Janeiro.
3. Jovens. I. Souza, Maria Cecília de Mello e. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.
III. Título.

CDD 306.8743

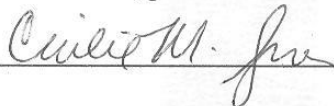
Solange Gandur Dacach

Prá que rimar amor e dor?

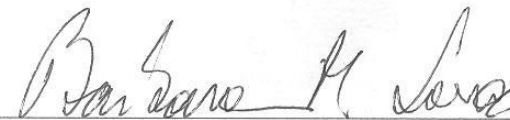
**Maternidade e violência urbana: a situação-limite de filhos
envolvidos com o tráfico de drogas**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Psicossociologia de Comunidades e Ecologia
Social da Universidade Federal do Rio de
Janeiro, como parte dos requisitos necessários
à obtenção do título de Mestre em
Psicossociologia de Comunidades e Ecologia
Social.

Aprovada em 31 de agosto de 2009, pôr:



Prof^a Dra. Cecília de Mello e Souza – Orientadora – UFRJ



Prof^a Dra. Bárbara M. Soares – Pesquisadora do CESEC – Centro de Estudos de
Segurança e Cidadania - Universidade Candido Mendes



Prof^a. Dra. Simone Ouvinha Peres – UFRJ

Rio de Janeiro
2009

DEDICO ESTA DISSERTAÇÃO

À memória da minha querida mãe, Antonieta Dacach, falecida em junho de 2008, no início do trabalho de campo para esta dissertação. Com ela aprendi a ser mulher e mãe.

Ao meu querido filho Luang Senegambia Dacach Gueye. Com a sua existência a minha vida tem mais sentido.

Às mães que dividiram comigo as histórias das suas vidas, seus amores e dores.

À memória dos seus filhos assassinados, ainda adolescentes, e de forma brutal, pelos agentes do sistema sócio-educativo do Rio de Janeiro e do sistema de segurança pública.

AGRADECIMENTOS

À CAPES que contribuiu com o recurso da bolsa.

À Cecília de Mello e Souza, querida amiga e orientadora.

À querida amiga Kátia Edmundo pelo incentivo para fazer o mestrado.

À Simone Ouvinha Peres, Rosa Pedro e Maria Inácia, mestras do EICOS, que me premiaram com o conhecimento de novos autores.

O discurso amoroso de hoje em dia é de uma extrema solidão. Este discurso talvez seja falado por milhares de pessoas (quem sabe?), mas não é sustentado por ninguém; foi completamente abandonado pelas linguagens circunvizinhas; ou ignorado, depreciado, ironizado por elas, excluído não somente do poder, mas também de seus mecanismos (ciências, conhecimentos, artes). Quando um discurso é dessa maneira levado por sua própria força à deriva do inatual, banido de todo o espírito gregário, só lhe resta ser o lugar, por mais exíguo que seja, de uma afirmação.

Roland Barthes, 1995

Fragmentos de um Discurso Amoroso

RESUMO

DACACH, Solange Gandur. *Prá que rimar amor e dor? Maternidade e violência urbana: a situação-limite de filhos envolvidos no tráfico de drogas*. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). EICOS, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

A responsabilidade solitária pela criação e sustento dos filhos tem sido realidade para um número considerável de mulheres pobres, moradoras dos espaços populares na cidade do Rio de Janeiro, hoje territórios vulneráveis à violência, comandada por grupos criminosos armados ligados ao tráfico de drogas, que alicia um número cada vez mais significativo de jovens. Muitos estudos no cenário da violência urbana têm sido feitos sobre o envolvimento dos jovens em atividades ilícitas, principalmente no tráfico de drogas e sobre a letalidade juvenil. No entanto há uma lacuna sobre o problema, do ponto de vista das mães, no que esta dissertação pretende contribuir. Para conhecer a experiência da maternidade na situação-limite do envolvimento dos filhos no tráfico de drogas, o estudo etnográfico se deu através das histórias de vida de quatro mães que tem filhos nestas condições, na intenção de resgatar como foram cuidadas (ou maternadas) na infância, como viveram seu ciclo reprodutivo, a experiência da maternidade antes e depois do referido envolvimento dos filhos, as relações com os pais dos filhos “envolvidos” ou outros homens com os quais conviveram e como passam a viver e se relacionar com a vida e com os filhos a partir do envolvimento destes com os referidos grupos. Estas mulheres viveram situações de adversidades, tais como: infância sem maternagem; experiências de gravidez e maternidade na adolescência e de violência de gênero e a pobreza. A experiência do envolvimento dos filhos ainda adolescentes em atividades ilícitas, onde se destaca o tráfico de drogas, em um cenário de dramática violência, configura uma situação-limite vivida por estas mães, problema central desta dissertação, com os seus inúmeros desdobramentos conformando novas situações-limite: internações em instituições de medidas sócio-educativas, reincidência neste “envolvimento”, ameaças e extorsões e, como desfecho trágico destas situações-limites, a morte de dois jovens, um por policiais e o outro por agentes de unidade sócio-educativa. Os resultados da pesquisa se contrapõem à idéia da reprodução da maternagem, apenas como valor herdado das mães pelas suas filhas, ao constatar que mesmo não maternadas na infância estas mulheres entrevistadas maternam os seus filhos, cujo cuidado torna-se mais extremado quando eles sofrem as consequências do referido envolvimento em atividades ilícitas/tráfico de drogas. Tais cuidados maternos instigam o diálogo entre teorias feministas e as teorias do apego de

Bowlby e da mãe boa o suficiente de Winnicott a partir da contemplação do conceito de maternagem em um campo de feminização da pobreza, solidão, violência urbana e tráfico de drogas. Há uma transformação a partir da demanda da crise do filho em função da identificação que estabelece com ele. A experiência da situação-limite provocou a ressignificação da maternidade nas mulheres. Se iniciaram a vivência da maternidade como uma contingência ou destino do feminino, como uma “maternidade de rotina”, o modificaram na expressão da maternagem, de maneira mais contundente, transformando-a em “maternagem estrategista”. A partir da situação-limite de significativa magnitude, como o envolvimento dos filhos no tráfico de drogas, vieram a maternar de forma mais dedicada. Criam estratégias para atender às suas necessidades materiais e garantir os seus direitos, em uma disponibilidade de afeto e apego, de forma bem diferenciada da que receberam enquanto filhas em função da identificação que estabelecem com ele no que diz respeito à vivência de situações-limite.

Palavras-chave: Maternidade; Maternagem; Situações-limite; Violência Urbana; Tráfico de drogas; Estratégias Maternas.

ABSTRACT

DACACH, Solange Gandur. *Prá que rimar amor e dor? Maternidade e violência urbana: a situação-limite de filhos envolvidos no tráfico de drogas*. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). EICOS, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Single parenthood is widespread amongst women living in Rio de Janeiro's slums, dominated by armed gangs of drug dealers who attract an increasing number of youngsters to sell drugs in their areas. Most studies about inner city violence have focused on the involvement of youngsters with these criminal groups. This thesis' contribution is from the point of view of their mothers. Using the ethnographic method, through the life histories of four mothers of young men involved in armed gangs, we examined how these women were raised, their relationships with men, their reproductive cycle and the experience of mothering and life in general before and after the involvement of their children with the gangs. These women have lived a cycle of limit situations such as motherless childhoods, adolescent pregnancy and parenting, gender violence and poverty. The involvement of their adolescent children in drug trafficking constitutes the apex of a cycle of limit situations. At this point, unfolding events include imprisonments or institutionalization in socio-educational organizations, relapses, intimidations, threats, extortions, and even the tragic killing of two youngsters. The results of the research oppose the idea of the reproduction of mothering as a result of learning only from being mothered, given that these women who were not mothered, mother their children. Their parenting and dedication are enhanced when their sons join the armed gangs. The dedicated mothering provokes reflections on the relations between feminist theories and Bowlby's attachment theory and Winnicott's good enough mother theory in light of the notion of mothering in the context of the feminization of poverty, loneliness, urban violence and drug trafficking. Extreme duress caused by their son's crisis leads to change in mothering and its meaning, due to their identification with their son's suffering. At childbirth, routine mothering started as a contingency or fate. After the crisis, parenting became "strategic or political mothering". Precisely in the most difficult conditions, of their son's involvement in armed gangs, women became more dedicated parents. They created strategies to meet their son's material and emotional needs as well as to guarantee their rights – in significant contrast to the parenting they received as children.

Key-words: Motherhood; Mothering; Limit situations; Inner city violence; Drug trafficking; Maternal strategies.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO: A MATERNIDADE NA SITUAÇÃO-LIMITE DE FILHOS ENVOLVIDOS NO TRÁFICO DE DROGAS	12
CAPÍTULO 2. REVISÃO TEÓRICA: A MATERNIDADE NO CENÁRIO DA VIOLÊNCIA URBANA E DO TRÁFICO DE DROGAS	21
2.1. Contemporaneidade bélica: a violência global nas favelas cariocas	22
2.1.1. Vidas e identidades: porque os jovens se envolvem em atividades ilícitas/tráfico de drogas?	28
2.2. Maternidade e maternagem: o dito e o desdito	37
2.2.1. Visões da psicologia masculina da maternidade e da maternagem	39
2.2.2. Visões feministas da maternidade e da maternagem	41
2.2.3. A maternidade no contexto de pobreza e solidão	47
2.2.4. A maternidade em situação-limite	49
CAPÍTULO 3. O ESTUDO ETNOGRÁFICO: METODOLOGIA E CAMPO	55
3.1. O processo da pesquisa de campo	56
3.1.1. Primeira observação participante	57
3.1.2. Segunda observação participante	57
3.1.3. Histórias de vida	58
3.1.4. Entrevista coletiva	64
3.1.5. Terceira observação participante	65
3.2. Investigando situações-limite: cuidado ético	66

CAPÍTULO 4.

HISTÓRIAS DE VIDAS EM SITUAÇÕES-LIMITE

4.1. “Sem açúcar e sem afeto”: a ausência de maternagem	71
4.2. Gravidez na adolescência: desconhecimento do corpo e da vida	75
4.3. A maternidade de “rotina”	80
4.4. Violência urbana, solidão e pobreza: a maternidade desafiada	82
4.5. A violência de gênero e a ausência da figura paterna	85
4.6. A situação-limite do envolvimento dos filhos no tráfico de drogas	94
4.6.1. Filhos internados em unidades de medidas sócio-educativas: nova agenda materna	103
4.6.2. A morte do filho: o limite das situações-limite	108
4.7. O valor da maternidade e a maternagem aflorada com a situação-limite	112
4.8. “Maternagem estrategista”: em busca de saídas da situação-limite	115
4.8.1. Estratégias para lidar com os próprios filhos	117
4.8.2. Estratégias para negociar com traficantes e policiais e milicianos	121
4.8.3. Mandingas e simpatias: estratégias para lidar com o “além”	124
4.8.4. Mães promovendo o ECA: a estratégia dos Direitos Humanos	125
4.8.5. A estratégia da rede materna	127

CAPÍTULO 5. CONCLUSÃO:

MATERNANDO NA SITUAÇÃO-LIMITE E RESSIGNIFICANDO

A MATERNIDADE	132
---------------	-----

6. REFERÊNCIAS CITADAS	141
------------------------	-----

7. ANEXOS

7.1. Consentimento Informado	153
7.2. Roteiro da entrevista	175

CAPÍTULO 1.

A MATERNIDADE NA SITUAÇÃO-LIMITE DE FILHOS ENVOLVIDOS NO TRÁFICO DE DROGAS

A dissertação “*Prá que Rimar Amor e Dor? Maternidade e violência urbana: situação-limite de filhos envolvidos no tráfico de drogas*” é resultado de pesquisa etnográfica sobre a maternidade, vivida em situação-limite, por mulheres moradoras de favelas do Rio de Janeiro, cujos filhos se envolveram em atividades ilícitas, onde se destaca o tráfico de drogas. Se há uma considerável produção sobre o envolvimento dos jovens no tráfico de drogas há também uma lacuna referente ao conhecimento sobre a perspectiva das mães em relação ao problema, com o que pretende esta dissertação contribuir.

A maternidade entendida como um fenômeno social é marcada pelas desigualdades sociais, raciais/étnicas e pela questão de gênero que lhe subjaz. As mudanças e as implicações sociais da realização dessa experiência não atingem da mesma forma todas as mulheres, países e culturas (SCAVONE, 2001). Fenômenos como pobreza, exclusão social, desigualdade de gênero/raça, contato permanente e nem sempre tranquilo com os chamados comandos do tráfico de drogas que tumultuam a dinâmica cotidiana das comunidades ou espaços populares coloca a maternidade entrincheirada e são elementos configurantes de uma sinergia de pragas (SINGER, 2001) que contribui para a formação de um ambiente social desfavorável.

O conceito considerado pertinente para a vivência das mães com filhos envolvidos em atividades ilícitas foi o de situação-limite, encontrado em dois autores: Pollak (1990) e Freire (1987). A situação-limite conceituada pelo primeiro autor refere-se à vivência de mulheres em campos de concentração e o segundo conceitua como situação-limite a vivência

de povos em condições sócio-políticas de opressão. Nesta dissertação, seguimos o conceito a partir de Pollack, pois percebemos que no contexto da favela sob o domínio do tráfico de drogas, ter um filho envolvido nesta atividade se configura como grande ameaça à sobrevivência e integridade física do jovem e sua família.

A situação-limite (POLLAK, 1990) é um evento capaz de ameaçar a identidade de quem a vive, gerando crise. As mães entrevistadas revelaram ser identificadas como “mães de jovens envolvidos”, fator pelo qual se sentem vulneráveis a possíveis ameaças por diversos atores na teia do tráfico de drogas. A violência ostensiva gerada pelo tráfico de drogas nas favelas remete à ideia de guerra, de “espaços concentracionários” onde o direito de ir e vir ficam cerceados. Paradoxalmente, como indica o autor, tais situações impulsionam os indivíduos para a criação de estratégias que os levem à superação. Como as mulheres nos campos de concentração, as mães de jovens envolvidos identificadas muitas vezes como “mães dos meninos do tráfico” criam estratégias buscando amenizar o problema dos filhos.

Para o segundo autor (FREIRE, 1987), as situações-limite estão intimamente associadas às condições de opressão. Se, por vezes, são percebidas como barreiras, não são determinantes do fim das possibilidades e sim onde estas podem começar, uma vez que muitos sujeitos se sentem motivados a superá-las.

Em um contexto de exclusão social cujos indivíduos convivem cotidianamente com pobreza, violência e privações, uma das mais significativas tensões, para as mães, é a possibilidade do envolvimento dos filhos em atividades lícitas/tráfico de drogas. Quando eles se envolvem, conseqüentemente, as mães passam a viver o drama de uma situação-limite. Um indivíduo envolvido em atividades ilícitas, com destaque para o tráfico de drogas, coloca em risco não só a sua própria vida, como a vida de todos que os cercam, especialmente suas mães. Estudos mostram que são elas as que mais os acompanham nesta trajetória (LIRA,

2006; ATHAÍDE, MVBILL,2007) porque, em alguns casos, há uma “reverência às mães”, mesmo por parte daqueles que dominam o tráfico de drogas, nas comunidades em espaços populares.

Deste modo, cabe investigar as diversas ramificações e implicações do envolvimento de jovens no tráfico, como na família e na maternagem. Existe um discurso oficial de família que a delimita simbolicamente e está sedimentado em uma série de dispositivos jurídicos, médicos, psicológicos, religiosos, culturais e pedagógicos. Por ser a família uma teia de relações, os “eventos individuais” de qualquer natureza, costumam ser influenciados por ela ou podem, inversamente, interferir, influenciar e até ameaçar esta teia. (SARTI,2004).

Problematizar a relação que a família tem com o envolvimento dos filhos em atividades ilegais é uma questão antiga da literatura psicossocial e que hoje ainda encontra eco nos estudos mais recentes sobre o envolvimento dos jovens com o consumo e o tráfico de drogas (CONTE OLIVEIRA, HENN, 2007; BOING, CREPALDI, 2004; ASSIS, SOUZA,1999; EIZIRIK, BERGMANN, 2004;EMUTH, BROWN, 2004; FEIJÓ, ASSIS, 2004; GALLO, WILLIAMS, 2005; HORTA, R. L.; PINHEIRO, 2006; PENSO SUDBRACK, 2004; SANT’ANNA, AERTS, LOPES,2005; SARTI, 1995,1996 ,2004; SERAPIONI, 2005).

Por outro lado, não existem estudos de vivências de mães em situações-limite - mesmo sem a aplicação deste conceito, mas na idéia de adversidades – relacionados ao envolvimento dos filhos em atividades ilegais. Tampouco se baseiam em histórias de vida das mães em que seja possível estabelecer um paralelo entre a maternagem que receberam de suas mães e a maternagem dedicada aos seus filhos. A partir destas inovações no objeto e método utilizado, a contribuição deste estudo é no sentido de compreendermos sobre a plasticidade da natureza humana diante de uma crise, explicitada na vivência da maternagem em situações-limite no cenário da violência urbana.

A questão do tráfico de drogas, que se utiliza de grande armamento, provocando rivalidades e conflito nos cotidianos dos espaços populares faz com que a situação seja denominada de “guerra” pela população, pela mídia. Apesar de não existirem diferenças ideológicas entre os “comandos” responsáveis pelo tráfico de drogas nas favelas, estes têm como prática demonizar os rivais, doutrinar os membros das comunidades e, em particular, os jovens, numa cultura de ódio e de medo ao outro, configurando uma “novíssima guerra” (MOURA, 2004), exercendo o domínio sobre a população do território através de regras, castigos clandestinos e homicídios.

O problema dos adolescentes e jovens no tráfico de droga e os possíveis impactos que este envolvimento pode causar no cotidiano daqueles que lhes são mais próximos, especificamente as suas mães, pode ser vista sob múltiplas perspectivas. Na dimensão da complexidade (VASCONCELOS, 2002) é no cotidiano que a trama se estabelece. Ter ou não ter filhos envolvidos no tráfico de drogas torna-se hoje um divisor e uma marca impressa na vida das mães moradoras de comunidades. Entender por que seus filhos ingressam nas atividades ilícitas/tráfico de drogas, aceitar ou não, entender, acompanhar a trama com suas consequências, talvez seja um dos maiores desafios para estas mulheres.

As histórias de vida das mães estudadas referem-se à ausência de maternagem na infância, o que lhes deixou profundas marcas, vivência de privações, maus tratos e pobreza ao longo da vida, agora potencializada com o envolvimento dos filhos em atividades ilícitas/tráfico de drogas, destacado como problema central desta dissertação. Mesmo assim, ficou evidenciado pela pesquisa que houve uma transformação nas suas vidas partir da demanda da crise dos filhos em função da identificação que estabelecem com ele, que também viveram a ausência de maternagem nos primeiros anos de vida e uma vida de privações, em territórios de violência urbana. A experiência da situação-limite vivida pelos filhos provocou a ressignificação da maternidade nestas mulheres. Se a iniciaram como uma contingência ou

destino do feminino, como uma “maternidade de rotina”, a modificaram na expressão da maternagem, de maneira mais contundente, transformando-a em “maternagem estrategista”. A partir da situação-limite de significativa magnitude, como o envolvimento dos filhos em atividades ilícitas/tráfico de drogas, vieram a maternar de forma mais dedicada. Criaram estratégias para atender às suas necessidades materiais e garantir os seus direitos, em uma disponibilidade de afeto e apego, de forma bem diferenciada da que receberam enquanto filhas em função da identificação que estabelecem com ele no que diz respeito à vivência de privações.

Este estudo foi desenvolvido a partir de quatro perspectivas:

- 1) O reconhecimento de que há um problema de fundo que é a violência urbana, orquestrada por grupos criminosos armados com domínio de território (SILVA, FERNANDES e BRAGA, 2008), que aliciam os adolescentes e jovens moradores de espaços populares para o comércio de drogas a varejo;
- 2) A discussão sobre a maternidade enquanto fenômeno social (SCAVONE, 2001) exercida sob determinantes culturais e sócio-econômicos e em condições de vulnerabilidades (ABROMOVAY, 2002) e sobre a maternagem (WINNICOTT, 1965) entendida como um recurso para a organização psicológica do sujeito, enquanto bebês, e que tem uma relação com o desenvolvimento da sua vida e da construção de vínculos (BOWLBY, 1984);
- 3) A compreensão de que situações como o envolvimento de filhos com tais grupos que dominam o tráfico de drogas nas comunidades, configura a vivência da maternidade em situação-limite (POLLAK, 1990; FREIRE, 1987);
- 4) A constatação de que a situação-limite ao deflagrar a crise, faz com que os sujeitos a ela respondam criando estratégias (POLLACK, 1990; FREIRE, 1987) objetivando saídas e superação.

A dissertação está assim estruturada:

No **Capítulo 2** é apresentado referencial teórico fundamentado na perspectiva interdisciplinar (VASCONCELLOS, 2002), especificamente das Ciências Sociais, da Psicologia e dos Estudos Feministas. Em primeiro lugar apresenta referências teóricas sobre o problema de fundo desta dissertação, a violência urbana, provocada pelo tráfico de drogas, especificamente na cidade do Rio de Janeiro seguidas de referências sobre os motivos pelos quais os adolescentes e jovens dos espaços populares se envolvem com estas atividades.

Em seguida, apresenta referencial teórico que discute os conceitos de maternidade e maternagem, subsídios imprescindíveis para um estudo cujo problema central é a vivência da maternidade em situação-limite com o envolvimento de filhos em atividades ilícitas/trafego de drogas e seu desdobramento como diversas interdições em unidades sócio-educativas; reincidências, sejam relacionadas às atividades ilícitas/trafego de drogas, sejam relacionadas a retorno às unidades sócio-educativas; participação em conflitos e mortes.

Os estudos sobre maternidade para esta dissertação estabeleceram-se a partir de duas visões cujo diálogo entre elas promove tensões e paixões: a primeira visão representada pelo que aqui se denomina de “psicologia masculina” que responsabiliza a mãe pela maternagem e pelo estabelecimento da rede de sustentação e apoio configurado em um ambiente suficientemente bom (WINNICOTT, 2005); e a outra visão representada pela teoria feminista que diz que a maternagem das mulheres é um aspecto central e definidor da organização social do gênero, e implica na própria construção e reprodução da dominação masculina. A função materna das mulheres tem profundos efeitos nas suas vidas, na ideologia sobre elas, na reprodução da masculinidade e desigualdade dos sexos, e na reprodução de determinadas formas de força de trabalho. As mulheres como mães são agentes decisivos na esfera da reprodução social. (CHODOROW, 1990).

Visando a ampliação conceitual sobre maternidade em situações-limite foram destacadas referências de estudos sobre maternidade em situações de adversidade no intuito de conhecer as performances das mães nestes contextos. Por último, são apresentadas referências teóricas sobre a maternidade em contexto de solidão e “feminização da pobreza”, o que torna mais complexa a situação das mães quando os filhos se envolvem em atividades ilícitas/tráfico de drogas.

A metodologia da pesquisa qualitativa está especificada no **Capítulo 3**. Para a abordagem etnográfica foram privilegiadas as seguintes técnicas: 1) a Observação Participante, um importante recurso do método etnográfico que propicia captar os sentidos das atividades e as características das situações sociais (SPRADLEY, 1979); 2) a História de Vida, técnica que favorece a reconstrução das experiências e que, ao privilegiar a fala e perspectiva dos atores sociais, permite captar níveis da realidade humana tornada acessível através de lembranças e revelações (FRASER e GONDIM, 2004); e 3) a Entrevista Coletiva com o objetivo de captar o problema em uma perspectiva de grupo.

O **Capítulo 4** apresenta os resultados da pesquisa revelando que as mulheres entrevistadas mesmo não tendo vivenciado a maternagem nos primeiros anos de vida; terem engravidado e tornado mães na adolescência; terem criado e sustentados diversos filhos em um contexto de solidão, pobreza e violência de gênero e em uma relação de pouca maternagem com os mesmos, ao se depararem com o envolvimento dos filhos com as atividades ilícitas/tráfico de drogas e suas consequências, ressignificaram a maternidade explicitada na vivência de uma nova agenda. Tal agenda é traçada com uma disponibilidade de afeto e apego para acompanhar a trajetória destes filhos, especificamente, e na criação de estratégias para lidar com os diversos atores: traficantes, policiais, agentes das unidades sócio-educativas, milicianos, movimentos sociais de promoção dos Direitos Humanos e outras mães que vivem o mesmo problema. A vivência da situação-limite gera tentativas de superação da

mesma pelas mães que pode ser compreendida pela identificação que estabelecem com seus filhos, a partir de suas experiências de abandono e sofrimento enquanto filhas e esposas.

O **Capítulo 5** é dedicado à conclusão da dissertação que aponta que há uma transformação destas mulheres a partir da demanda da crise do filho em função da identificação que estabelece com ele no que diz respeito à vivência de situações-limite. Tais resultados apontam a plasticidade da natureza humana, a capacidade de transformação gerada a partir do sofrimento e da crise, independente das experiências anteriores na infância e na adolescência.

Esta pesquisa desvendou um “novo” olhar sobre a maternidade e a maternagem ao considerar o contexto de pobreza, da convivência cotidiana em territórios de violência urbana, da experiência de filhos envolvidos em atividades ilícitas/tráfico de drogas e da exclusão social, o que pode representar uma contribuição significativa aos estudos sobre maternidade e aos estudos sobre adolescentes e jovens envolvidos em atividades ilícitas/tráfico de drogas.

CAPÍTULO 2.

A MATERNIDADE NO CENÁRIO DA VIOLÊNCIA URBANA E DO TRÁFICO DE DROGAS

Como problema central deste estudo enfocou-se a maternidade enredada na situação-limite de filhos envolvidos em atividades ilícitas onde se destaca, por sua complexidade, o tráfico de drogas. Para isto buscou referências de teóricas feministas que conceituam maternidade (CHODOROW, 1990, BADINTER, 1980; SCAVONE, 2001; GIFFIN, 1991) e referências da psicologia sobre maternagem (WINNICOTT, 2005) e vínculo materno (BOWLBY, 2002). As duas últimas referências são dominantes até hoje.

Também foram pesquisadas referências sobre situações vivenciadas por algumas mães que podem ser interpretadas como situações-limite e que acionam a vivência de “outros” papéis maternos. Nas situações-limites, potenciais deflagradoras de crise, se pode conjecturar que, por uma questão de sobrevivência, aqueles que a vivem busquem mecanismos de saída para a sua superação. A situação-limite, então, pode favorecer a criação de estratégias para a garantia da integridade física, psíquica, social e, em última instância, preservação da própria vida e da vida de outros (POLLAK, 1989).

Para entender a complexidade do problema central desta dissertação – experiência da maternidade de filhos envolvidos nas atividades ilícitas/tráfico de drogas, aqui considerada situação-limite - é importante o conhecimento do contexto (problema de fundo) caracterizado por: violência urbana, tráfico de drogas, complementado pelos motivos sobre os quais os jovens se envolvem.

Na cidade do Rio de Janeiro, como em muitas cidades do mundo, a violência urbana está intrinsecamente relacionada ao tráfico de drogas comandado por grupos criminosos

armados com domínio de território (SILVA, FERNANDES e BRAGA, 2008). O tráfico de drogas (comércio a varejo) é co-produzido no tecido urbano pelos adolescentes e jovens, na maioria filhos de famílias pobres e se apresenta como uma ramificação e um fortalecimento (um ponto a mais) do macro-tecido social global expressado pelo narcotráfico. Mundializado e poderoso depende, de certa forma, do envolvimento de cada adolescente e de cada jovem, no campo local, como nas favelas da cidade do Rio de Janeiro. As referências teóricas privilegiadas abordam: a violência urbana na contemporaneidade (WACQUANT, 2001; D'ÁVILA, 2005; BAUMAN, 2003 e 2004; MOURA, 2004; CONTE; OLIVEIRA e HENN, 2007); a violência gerada pelo tráfico de drogas (FEFFERMANN, 2006; LEITE, 2004; SOUZA, 2003), especificamente em favelas cariocas (MANUEL e ARCE, 1999; SOUZA, 2001; MORAIS, 2006); a sua repercussão no cotidiano dos moradores (SILVA, 2000; DIMENSTEIN, ZAMORA e VILHENA, 2004); o envolvimento dos adolescentes moradores de favelas em atividades ilícitas, principalmente no tráfico de drogas e suas motivações, sejam estruturais (MOREIRA, 2000; NOVAES, 2006; ZALUAR, 1994; DOWDNEY, 2006; FEIJÓ e ASSIS, 2004) e de outras ordens destacando-se motivações relacionadas à masculinidade (MACHADO, 2002; ZALUAR, 2004; CHECHETTO, 2004). Outras referências dizem respeito à criminalidade (MORAIS, 2006; ZALUAR, 2002) e aos agravos extremados da letalidade juvenil (SOARES, 1996; BORGES, 2004; MINAYO, 1999; OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2009).

2.1. CONTEMPORANEIDADE BÉLICA DO TRÁFICO DE DROGAS: A VIOLÊNCIA GLOBAL NAS FAVELAS CARIOCAS

A violência envolve uma diversidade considerável de atores, fatos e poderes, e é um dos mais complexos fenômenos da contemporaneidade. No fim do século XX, as sociedades foram marcadas por complexas tensões na esfera sócio-cultural como discriminação racial e

de gênero, intolerância étnica e religiosa, consumo de drogas e banalização da vida, violação de direitos humanos; e na esfera econômica, marcadas pela desigual distribuição de riquezas e recursos, trabalho escravo ou na informalidade sem garantias, exploração sexual infantil, tráfico de drogas, gerando uma mal estar civilizatório e crises paradigmáticas, consubstanciadas em “novíssimas guerras” (MOURA, 2004).

O início do século XXI testemunhou momentos de transformação das raízes, da composição e das conseqüências da pobreza urbana na sociedade ocidental, o que provocou o surgimento de um novo regime de desigualdade e marginalidade, aumentando dramaticamente o quadro e o número das vítimas da violência (WACQUANT, 2001). A cultura do consumo exacerbado cria frustrações naqueles que não podem consumir os bens materiais, associada a uma “miséria simbólica”, transmitida pela crise ética de valores, o que vem a ter peso fundamental nas construções identitárias e no estilo de vida em torno das drogas e da criminalidade (CONTE; OLIVEIRA e HENN, 2007).

A dimensão que o comércio de drogas associado à rede do crime organizado atingiu nas últimas décadas, tornando-se emblemático da sociedade de consumo, expressa toda a violência embutida neste modelo. Como fenômeno político, econômico, social e estratégico, o tráfico de drogas está condicionado por fatores, visíveis, ou não, que se ramificam além das fronteiras de cada país. É um fenômeno tão complexo que só é possível ser visto de forma fragmentada e tais fragmentos mantêm uma relação tensa entre si (FEFFERMANN, 2006). Estes fragmentos podem ser ilustrados pelas “facções” dos inúmeros grupos criminosos armados.

Cotidianamente, em todos os cantos do mundo, inclusive no Brasil, o quadro se agrava, com o aumento incessante e generalizado da violência, fácil acesso às armas e com o envolvimento dos segmentos adolescente e jovem, caracterizando o “poder disperso”, mais

um fenômeno da contemporaneidade, composto pela multiplicidade dos combates e dos antagonismos (D'ÁVILA, 2005).

Na cidade do Rio de Janeiro, a violência decorrente do tráfico de drogas acirrou-se na década de 1980, com a entrada da cocaína, configurando a "cartelização" do tráfico internacional, cujas bases para a distribuição e comércio estão inseridas em quase todas as favelas da cidade (LEITE, 2004) dominadas pelos "comandos" ou "facções" que disputam territórios¹. Em razão do tráfico de drogas ser exercido, majoritariamente, nas favelas e bairros pobres os meios de comunicação e a opinião pública estabelecem associações entre a pobreza e a criminalidade, criando expressões como o "poder paralelo" (MORAIS, 2006).

No caos do "crime organizado" incrustado nos territórios de favelas tem se consubstanciado a exclusão social, conseqüentemente, a sub-cidadania (SOUZA, 2003), figura representativa de uma condição que sugere a criação de outra geografia da cidade. Atualmente, cerca de 20% dos 6 milhões e 162 mil habitantes² da cidade do Rio de Janeiro moram em 752 favelas, algumas agrupadas em "complexos". Estes territórios têm sido os locais privilegiados para os esconderijos, o comércio e os quadros dos comandos do "negócio da droga". Hoje, os comandos localizados em várias favelas lutam, entre si, para sedimentação do mercado, rompendo a visão de homogeneização que se vislumbrava entre as classes populares, incutindo a cultura da rivalidade entre os moradores de diferentes comunidades.

O tráfico, com suas bases armadas nas favelas, impõe a "sociabilidade violenta" que, sob a égide da parcela mais estável e poderosa dos traficantes de varejo, contrapõe-se à "sociabilidade cidadina" (SILVA, 2000). Há uma luta diária dos moradores pela organização da rotina, um contato frequente com a imprevisibilidade. O receio de infringir de alguma

¹ Entende-se por território o espaço concreto em si com seus atributos naturais e socialmente construídos, ocupado por um grupo social. A ocupação é entendida como algo gerador de raízes e identidade (PENNA e FERREIRA, 2005).

² IBGE 2008

forma o domínio dos traficantes provoca alta dose de medo e desconfiança entre os próprios moradores. Saber localizar fronteiras (materiais e/ou simbólicas), distinguir sinais de facções rivais³, bem como saber o dia/hora da troca de “comandos” são, entre outros, elementos cruciais para a orientação e circulação dos moradores. As rotinas que caracterizam o estilo de vida dos jovens sofrem interferências mais significativas dessas simbologias, o que os obriga a estarem mais atentos (e submissos) a elas do que o restante dos moradores (SILVA, 2000).

A atribuição de um vínculo social e moral entre os moradores de favelas e o crime violento articulado pelo tráfico de drogas, provoca o resgate do estigma de “classes perigosas”, alterando significativamente o lugar das favelas e das pessoas que habitam a cidade (LEITE, 2004). Os moradores, enredados pela rede global do tráfico de drogas, tornaram-se as principais vítimas neste cenário de violência que imprime percursos de vidas “impermeabilizadas” e “rivais” (MANUEL e ARCE, 1999). Discutir quem é a mais poderosa das “facções” que disputam o tráfico de drogas nestes territórios se tornou tão comum como debater qual o melhor ou pior time de futebol.

A entrada do tráfico de drogas nestes espaços populares tem lhes dado um novo contorno social e simbólico, cuja tendência tem sido a “guetificação” (WACQUANT, 2001), cujo direito de ir e vir está ameaçado. Quase todos os assuntos tratados pelos moradores sofrem a sua interferência sejam os que envolvem a submissão direta imposta pelos traficantes ou as atividades da polícia (repressão legal ou não, corrupção, omissão, etc.), sejam os assuntos da vida cotidiana que aparentemente não dizem respeito a estas esferas de atividade.

Na tentativa de enfrentar os estigmas derivados das imagens de “conivência”, os moradores de favelas desenvolvem um permanente esforço para provar ao restante da população da cidade que são pessoas “de bem”, honestas, confiáveis, pacíficas e sem participação ativa na “sociabilidade violenta”. Procuram deixar claro seu distanciamento

³ Comando vermelho (CV); Terceiro Comando e Amigos dos Amigos (ADA).

moral em relação aos traficantes. Não fumar, não cheirar, não se envolver em seus negócios e redes, não aceitar seus favores são formas de tornar clara para os vizinhos a condição de “pessoa de bem” e a adesão à ordem institucional (SILVA, 2000).

Viver em territórios onde se instalam os “quartéis” do tráfico de drogas é deparar-se com a possibilidade de rupturas na dinâmica cotidiana. A população, segregada, encontra poucas condições de libertar-se do que se chama de “cooperação forçada” ou “reciprocidade forçada”, cuja lei do silêncio deve ser obedecida (DIMENSTEIN, ZAMORA e VILHENA, 2004), e assim, legitimando o poder dos referidos grupos.

Os adolescentes e jovens envolvidos no tráfico de drogas, chamado de “movimento” prestam serviço a uma “facção”, incorporando uma cultura de guerra em espaços delimitados com fronteira explícita. Morando (em uma área geográfica) e atuando no comércio da droga, não pode atravessar a fronteira e dirigir-se a outro território, a não ser para invadi-lo e dominá-lo. Neste cenário também ocorrem os confrontos com a polícia, aumentando o número de vítimas letais.

O tráfico de drogas é um dos maiores, senão o maior responsável pelo armamento da cidade do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, pelo grande número de homicídios e das lesões graves. As armas mais poderosas em mãos dos traficantes são tecnologicamente superiores, caras e cobiçadas. São consideradas leves e podem ser carregadas por crianças. Essa revolução tecnológica nos armamentos tem sido amplamente utilizada, tanto nas guerras civis fratricidas quanto nos conflitos sangrentos entre quadrilhas e comandos do crime-negócio, como no Rio de Janeiro (ZALUAR, 2002).

Apesar de a violência estar espalhada por todo o tecido urbano, na comparação das taxas de homicídios dos moradores dos diferentes bairros das capitais brasileiras, destaca-se, no *ranking*, a cidade do Rio de Janeiro. As estatísticas são mais altas onde a renda é menor e os serviços urbanos mais deficientes, comprovando uma forte associação entre risco de morte

por homicídio, cor e classe social. Cada jovem que se envolve representa um ponto no tecido da rede global do narcotráfico, contribuindo com que este se mantenha e se dissemine.

A letalidade destes mesmos adolescentes e jovens é uma trágica consequência. Nesses mesmos espaços sociais, são recrutados para o exercício de atividades ilegais, muitas vezes transformando-se em agentes de violência e/ou em vítimas. Grande parcela destes jovens é assassinada pela polícia e por outros jovens que possuem perfil sócio-econômico e cultural semelhante ao de suas vítimas, no confronto entre as “faccções” do tráfico de drogas. Dados apresentados pelo estudo *A Cor da Morte*, (SOARES e BORGES, 2004) mostram que é maior a probabilidade de jovens homens, negros, na faixa etária entre 15 a 24 anos e moradores de espaços populares se envolverem nas atividades ilícitas, onde se destaca o tráfico de drogas, e serem assassinados. A numerologia referente à vitimização pela violência comandada pelos grupos do tráfico de drogas é representativa da trágica disputa pelo poder desta atividade criminosa. Um estigma referente ao lugar sobrepõe-se assim ao já universal estigma da pobreza e da raça (WACQUANT, 2001).

O conhecimento consolidado por estudos epidemiológicos também indica que, no Brasil, as principais vítimas dos agravos violentos são os jovens mais pobres, com baixa ou nenhuma escolaridade e qualificação profissional, provenientes de famílias sustentadas por mulheres com baixa renda, de cor negra ou parda e residentes nas periferias das grandes áreas urbanas (MINAYO, 1999).

Apoiando-se nestes dados chega-se à conclusão de que o problema mais grave, no que concerne às duas pontas, passiva e ativa, da criminalidade violenta, é a juventude (masculina) excluída da cidadania (SOARES, 1996). Estes jovens homens constituem um grupo que assume riscos, seja pela mera aventura da busca de sentido e prazer na vida, seja porque essa é a única forma possível de sobreviver e ter algum direito ao reconhecimento e ao respeito no interior de seu grupo e o acesso ao consumo, mesmo que conseguido de modo ilegal e

violento. Nessas comunidades existem fatores que transcendem os comportamentos e desejos individuais de exposição ao risco e geram uma vulnerabilidade para certos grupos ou espaços sociais específicos. Trata-se de situações em que os jovens se encontram sob risco pelo fato de pertencerem a determinado grupo social (ser pobre, negro, desempregado) ou residirem em favelas, bairros periféricos e demais áreas pobres das grandes cidades (SOUZA, 2001).

A última pesquisa sobre o IHA – Índice de Homicídios de Adolescentes, através de uma análise preliminar dos homicídios em 267 municípios brasileiros com mais de 100.000 habitantes, prevê para o Rio de Janeiro, em função da alta incidência e da sua elevada população, que um total de 3.423 adolescentes entre os 12 e os 18 anos serão assassinados num período de 7 anos (UNICEF, SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS, OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2009).

Os estudos e dados apresentados e a perspectiva do dramático número de vítimas adolescentes e jovens no quesito letalidade, no contexto da violência urbana, instigam conhecer as referências teóricas que discorrem sobre os motivos pelos quais se envolveram e continuam se envolvendo nas atividades ilícitas, principalmente o tráfico de drogas, o que serviu de base para uma posterior comparação com os motivos, pelos quais os filhos se envolveram apresentados pelas mães na pesquisa para a dissertação.

2.1.1. VIDAS E IDENTIDADES: PORQUE ALGUNS JOVENS SE ENVOLVEM NAS ATIVIDADES ILÍCITAS/TRÁFICO DE DROGAS?

Na referência bibliográfica fala-se ora em adolescentes (com a classificação da OMS, de inicial e final)⁴, ora em jovens (18 a 29 anos), demonstrando uma dificuldade em se delimitar estes segmentos. Nos estudos sobre violência há uma tendência em se falar de

⁴ A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a adolescência como período da vida a partir do qual surgem as características sexuais secundárias e se desenvolvem processos psicológicos e padrões de identificação que evoluem da fase infantil para a adulta. Considera como adolescência o período de 10 a 20 anos, fazendo a distinção: adolescência inicial de 10 a 14 anos e adolescência final de 15 a 20 anos.

jovens enquanto que, as referências sobre a adolescência ficam mais delimitadas ao universo das unidades sócio-educativas.

O uso da pluralização para a categoria juventude(s) torna-se uma perspectiva necessária, pois além de classe social, configurada na relação escola/trabalho, estudos populacionais⁵ têm considerado as perspectiva da interseção entre gênero, raça, local de moradia (favela versus “asfalto”), campo e cidade. Os critérios que as constituem são históricos e culturais. É ao mesmo tempo uma condição social e um tipo de representação (DAYRELL, 2003).

Em uma perspectiva mais ampla, ainda não focada nas questões do envolvimento nas atividades ilícitas/tráfico de drogas, os cotidianos juvenis têm sido pautados por uma espécie de culto da sensação multiplicada, seguindo uma lógica experimentalista (PAIS, 1993). Isto vai de acordo com as idéias de “fluidez” da sociedade contemporânea (BAUMAN, 2003). Este experimentalismo pode ser o uso de drogas, o manejo de armas associado à sensação de poder e referência, legitimado pelos atores do envolvimento nas atividades ilícitas.

O futuro para estes jovens configura uma tensão provavelmente maior do que o futuro para um jovem que não vive este tipo de experiência. Para Pais (1993), o tempo do futuro é o tempo do incerto e do retorno, o tempo de todas as possibilidades e, conseqüentemente, de possibilidade alguma. O futuro dos jovens fica “desfuturizado” porque é governado pelo princípio da incerteza. Os jovens pobres são as maiores vítimas da desintegração do mercado de trabalho e desta incerteza, o que pode dar lugar a uma “compensatória” integração no mercado da droga, justificado pela necessidade e possibilidade de adquirir bens de consumo, com forte e ininterrupta veiculação nas mídias, como os que possuem a classe média e média alta. Para este autor, então, existem dois triângulos de valores encontrados entre as gerações mais jovens: hedonismo, convivência e diversão; sedução, transgressão e tolerância. A

⁵ Como os da ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais.

juventude, entre um dos seus atributos, tem o fascínio pelo risco ou pela ilusão da imortalidade. Os jovens que vivem nas teias do tráfico de drogas é o exemplo de “vidas desperdiçadas” (BAUMAN, 2004) orientadas por caminhos e valores que os levam, muitas vezes, às rotas da ruptura e do desvio (GALLAND, 1997).

A condição juvenil – entre a proteção socialmente exigida da infância e a emancipação esperada da vida adulta – sofre diferentes influências e tem suas especificidades. Quando um jovem procura sair e reconstruir o seu convívio social os problemas persistem: falta de oportunidade de trabalho, baixa escolaridade, moradia insalubre, preconceitos, estigma (MOREIRA, 2000). Os dois maiores problemas apontados pelos jovens no que diz respeito a perspectivas de vida são o desemprego e a violência, o que gera o medo do futuro, traduzido pela dificuldade de conseguir inserção no mercado de trabalho, baixa expectativa de mobilidade social. Ter estudo não significa conseguir emprego. Conseguir emprego não significa se manter no posto de trabalho, cuja exigência de qualificação torna-se característica maior do mercado (NOVAES, 2006). No Rio de Janeiro os “comandos” ou “facções” recrutam e empregam milhares de jovens para agir nas diversas funções de uma atividade que implica em ascensão de acordo com o seu desempenho (LEITE, 2004).

No Rio de Janeiro a opinião pública e a mídia têm chamado os envolvidos com o tráfico de drogas de “soldados do tráfico” havendo, no entanto, uma reação a esta categorização, segundo a qual não podem ser considerados nem inocentes, pois estão envolvidos por diversos motivos, nem soldados, uma vez que a terminologia bélica deve ser questionada para que não se justifique o extermínio dos “inimigos” que estão nas trincheiras de favelas e bairros periféricos. Esta argumentação se torna pertinente quando ressalva que estes jovens apesar de estarem submetidos aos comandos não são verdadeiros comandantes, pois estes fazem parte de uma orquestração maior (política, globalizada, industrial) que é o narcotráfico (MOREIRA, 2000).

Em um plano mais global, baseando-se em pesquisa comparativa internacional Dowdney (2006) e resultado de debate em conferência internacional⁶ divide as motivações mais comuns para o envolvimento de crianças e adolescentes com a violência armada nas diversas cidades do mundo, entre motivos internos e externos. Os motivos internos são: pobreza; falta de acesso a bens de consumo; falta de alternativas; acesso a armas, posição e mulheres; preferência por uma vida fora de casa; maior tempo na rua com amigos; vingança. Os motivos externos são: envolvimento de grupos de referência, como família e amigos; exposição a grupos armados na rua; presença de grupo armado forte, dominante ou aceito na comunidade; sub-cultura do grupo reconhecida e admirada por colegas; recrutamento ativo pelo grupo; violência como ferramenta de resolução de conflitos. Somam-se a este leque, diversos fatores de risco: pobreza e desigualdade econômica; falta de opções econômicas devido a baixos níveis de educação e altos níveis de desemprego; marginalização social, preconceito, racismo, baixa auto-estima; violência de forças do estado ou de grupo rivais; problemas familiares; falta de opções de lazer; nada para fazer.

O envolvimento com grupos criminosos armados em constante movimento para dominar territórios para sediar o narconegócio e outras atividades ilícitas, torna os jovens também vulneráveis a diversas situações-limite que, como uma gradiente, amplifica a possibilidade de perder a própria vida, o que já se reconhece como “morte anunciada” .

Focando a questão específica dos motivos do envolvimento dos jovens em atividades ilícitas e, em específico, no tráfico de drogas, foram encontradas referenciais de fatores diversos ou interrelacionados, tanto do ponto de vista estrutural quanto do ponto de vista psicossocial. Para iniciar há uma idéia propagada no senso comum de que os jovens ingressam no tráfico para ajudarem as suas mães, algumas vezes mantendo-se numa relação

⁶ COAV – Crianças Afetadas pela Violência Armada Organizada. Definição cunhada no Seminário sobre Crianças Afetadas pela Violência Armada Organizada, realizado em 2002 pelo ONG Viva Rio. Participaram organizações e pesquisadores da Colômbia, El Salvador, Equador, Honduras, Jamaica, Nigéria, Irlanda do Norte, Filipinas, Brasil, África do Sul e Estados Unidos.

de rivalidade e/ou afastamento do pai. No caso dos “meninos do tráfico”, em um contexto de pobreza, com muitas mães totalmente responsáveis pela criação e sustento dos filhos, ou pouca participação dos pais na educação e cuidados dos mesmos, os adolescentes se sentem muitas vezes compelidos a se tornar o homem da casa e o tráfico surge naquele espaço como sendo uma das possibilidades de obtenção da renda (PENSO e SUDBRACK, 2004).

Esta é uma visão que, se não relativizada, pode mascarar a complexidade do problema. Para que isto não aconteça é necessário considerar outros fatores que podem ser preponderantes para a inserção dos adolescentes e jovens no mundo do tráfico. Autoras (FEIJÓ e ASSIS, 2004) fazem uma excursão pelo arcabouço teórico para explicar a infração, a partir da idéia de fatores de risco, que se enquadra em três níveis: o nível estrutural, que incorpora as condições sociais; o nível sócio-psicológico, que se refere ao controle social da família, escola e instituições responsáveis pelas crianças e adolescentes, a auto-estima (por estar intrinsecamente associada à influência familiar) e à influência de grupos de jovens sobre o comportamento infrator; e o nível individual, incluindo aspectos biológicos e psicológicos. Alguns autores acrescentam a estes três níveis, o nível programático ou institucional associado à capacidade de resposta das instituições públicas às necessidades desses sujeitos (SANT’ANNA, AERTS e LOPES, 2005). Outros refutam o paradigma de risco por estar ancorado nos problemas, deficiências, carências, desvios, ao invés de considerar o potencial de desenvolvimento de todo e qualquer sujeito (DIMENSTEIN, ZAMORA e VILHENA, 2004).

Ainda no plano estrutural, a facilidade de cooptação de adolescentes e jovens para o tráfico de drogas pode ter uma das suas explicações na crescente desigualdade social do país. O perfil brasileiro de concentração de renda se reflete fortemente na exclusão social e na falta de oportunidade, o que gera uma demanda do segmento por atividades informais, ilícitas e criminosas como forma de sobrevivência (SZWARCWALD e CASTILHO, 1998). Se por um

lado, a perda da relevância do trabalho no plano subjetivo, a queda do poder de compra do salário mínimo, a necessidade de aumentar a carga da jornada de trabalho mediante biscates, tornando-se extenuante e pouco compensatório e o déficit de empregos para trabalhadores sem qualificação (ZALUAR, 1994) constituem-se fatores significativos a ser considerados para entender a inserção dos jovens neste mercado ilícito; por outro lado, nessas comunidades existem fatores que transcendem os comportamentos e desejos individuais de exposição ao risco e geram uma vulnerabilidade para certos grupos ou espaços sociais específicos. Os jovens se encontram sob risco pelo fato de pertencerem a determinado grupo social (ser pobre, negro, desempregado) ou residirem em determinada comunidade “sitiadas” em favelas e bairros periféricos da região metropolitana (SOUZA, 2001).

A diluição da distinção entre trabalhador e bandido na visão dos agentes de repressão, soma-se à baixa escolaridade, ao pouco investimento político em formações de nível técnico ou profissionalizante, às experiências dos jovens na formação de uma visão negativa do trabalho, informal e precarizado. Desta forma, as dificuldades desafiam os jovens a reinventar maneiras e sentidos de inserção produtiva. E o mercado da informalidade se torna uma opção para muitos e, para alguns, o tráfico de drogas sugere a possibilidade de garantir a satisfação de seus anseios de consumo, engendrando um processo que se aproveita de um forte componente de vulnerabilidade, misturando frustrações pessoais, familiares e sociais (SOUZA, 2001).

Diversos pesquisadores (MACHADO, 2002; ZAUAR, 2004; CECCHETTO, 2004; DIMENSTEIN, ZAMORA e VILHENA, 2004; MOURA 2007) têm se dedicado a estudos sobre masculinidade, buscando explicações da relação entre os homens e a violência, desde que este segmento – principalmente homens jovens – tem sido as maiores vítimas e, também protagonistas. A entrada na esfera do crime pode ser entendida como a forma de adquirir os signos de poder e consumo capazes de satisfazer as demandas de uma cultura hedonista, e do

mundo masculino (ZALUAR, 1994). Ao se incentivar os meninos para afirmarem a sua virilidade por meio de provas dramáticas, o que acontece em muitas sociedades humanas, a aquisição do estatuto da masculinidade torna-se um processo violento. No entanto, mesmo rejeitando qualquer afirmação universal que relaciona o ser homem com uma instintiva e espontânea inclinação a praticar atos de violência, reconhece que este modelo hegemônico de constituição do masculino tem trazido graves consequências para a saúde e a vida dos homens (CECCHETTO, 2004).

Estes jovens homens constituem um importante grupo que vive riscos cotidianos, seja pela mera aventura da busca de sentido e prazer na vida, seja porque essa é a única forma possível de sobreviver e ter algum direito ao reconhecimento e ao respeito no interior de seu grupo mesmo que conseguido de modo ilegal e violento (SOUZA, 2001). Outros motivos podem ser podem ser adrenalina, consumo e poder (ZALUAR, 1996).

A “cultura do inimigo”, estimulada pelos “comandos” do narconegócio objetificada na “facção rival” provoca a violência interpessoal, é responsável pelo o alto índice de homicídios masculinos, onde os jovens são os que mais matam e os que mais morrem. Os jovens infratores apresentam uma articulação entre a masculinidade e a encenação ritualizada do poder e do controle. As formas dos comportamentos desviantes, no caso dos homens, são possibilidades não exclusivas, mas sempre inscritas no próprio modo de construção social da idéia de masculino (MACHADO, 2002).

Envolver-se no “movimento” ou tráfico de drogas a varejo, pode significar uma forma de pertencimento que lhes confere reconhecimento e identidade, negados pela sociedade mais ampla. Este envolvimento, emblemático por artefatos como as drogas e as armas e o estímulo à competição, é uma das possibilidades para se entender a relação entre a masculinidade e a violência (DIMENSTEIN, ZAMORA e VILHENA, 2004). Mais do que uma expressão de poder, a violência perpetrada em nome da masculinidade, não é tanto

resultado de uma identidade, mas sim de uma tentativa de restabelecer o poder e, portanto, pertencer a um grupo (comando, facção), valorizado, temido e poderoso. Apesar de não constituírem a maioria, muitos jovens matam e morrem para alcançar uma versão socialmente legítima de masculinidade (MOURA 2007).

Alguns autores americanos (MUZA, 1998; MASON, 1994; PFIFFNER, 2001; PASCHALL, 2003) sugerem como motivo para a delinquência, a ausência da figura paterna, enquanto outros (EIZIRIK e BERGMANN, 2004) abordam sobre as implicações desta ausência sobre o desenvolvimento emocional, cognitivo e comportamental, durante a infância e a adolescência dos filhos.

A estes autores somam-se outros (FERRARI, 2004; KLIEWER e MURELLE, 2006) para enfatizar que os adolescentes e jovens tem necessidade de segurança e proteção que só uma família coesa pode favorecer. E a família coesa é entendida como aquela em que estão presentes as figuras maternas e paternas, do contrário, cria-se um vazio. Este vazio (EIZIRIK e BERGMANN, 2004) é formado pela noção das crianças de não serem amadas pelo genitor que está ausente, com uma grande desvalorização de si mesmas em consequência disso. Além disto, ocorrem os sentimentos de culpa por ser uma “criança má”, por haver provocado a separação, por ter nascido. A criança pensa ser má por ter sido deixada, o que pode gerar reações variadas, desde tristeza e melancolia, até agressividade e violência.

Considera-se (FERRARI, 2004, EIZIRIK e BERGMANN, 2004) que a presença de ambos, pai e mãe, permite a criança viver de forma mais natural os processos de identificação e diferenciação e, quando um deles falta, ocorre sobrecarga no papel do outro, gerando um desequilíbrio que pode causar prejuízo na personalidade do filho. Segundo este pensamento em muitos casos, ocorre uma “super presença” da mãe, anulando a personalidade do filho ou filha. Baseados em dados empíricos dizem (MUZA, 1998; MASON, 1994; PFIFFNER, 2001; PASCHALL, 2003) que crianças que não convivem com o pai acabam tendo problemas de

identificação sexual, apresentam dificuldades de reconhecer limites e de aprender regras de convivência social.

Estudiosos das famílias afro americanas afirmam que o efeito negativo do fator socioeconômico no comportamento delinqüente é mais freqüente em famílias com a figura paterna ausente. Também há a defesa de que a figura paterna presente na família pode significar uma importante melhora na condição econômica, o que favorece menor contato dos jovens com a violência. (MOMANOR e PHILLIPS, 1995).

Pesquisa realizada em diversas comunidades no Rio de Janeiro, sobre um universo de 230 jovens envolvidos no tráfico de drogas a varejo, informou que 31,74% dos jovens moram com ambos os genitores, 66,6% dos domicílios contam com a figura materna responsável ou co-responsável pelo sustento da casa, com a presença ou não da figura paterna, cuja presença representa 37,39% (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2005). Este dado indica que, nos espaços populares ou nas favelas cariocas, se torna cada vez maior o número de mulheres responsáveis pela economia da casa e pela criação dos filhos.

Para Emuth e Brown (2004) o acompanhamento dos filhos e punições (controle direto), principalmente com pais e mães vivendo juntos são elementos necessários para evitar o seu envolvimento com a delinqüência. Para eles, a afetividade (controle indireto) é mais importante que a punição. Sugerem que seja trabalhada com os filhos a perspectiva da consciência (controle internalizado) sobre os seus próprios atos e conseqüências.

Os motivos para o envolvimento dos jovens nas atividades ilícitas/tráfico de drogas, vistos sob as diferentes dimensões, não podem descartar que as trajetórias individuais se inscrevem em quadros sociais e a questão deste envolvimento dos adolescentes e jovens, deve ser lida à luz de uma dupla perspectiva: se parece certa a idéia de que os indivíduos sofrem constrangimentos estruturais que os moldam e afetam a sua dinâmica e interação social, também será verdade, que até determinado ponto, dispõem de uma autonomia que lhes

permite, mesmo quando sujeitos a condições sociais objetivas similares apresentar modos, diferenciados e particulares, de existir e de responder à situações. Na mesma família ou vivendo as mesmas condições estruturais as escolhas podem ser feitas, entre o sim e o não, a este ou a qualquer outro tipo de atividade ou de comportamento (LEOTE, 2005).

E estes comportamentos marginais, apesar de gerar discriminação e sujeitar os sujeitos à punição social e/ou legal, acabam se firmando e se ampliando, criando estratégias de sobrevivências, instaurando novos códigos simbólicos, aportando em mais violência (FEFFERMANN, 2006).

As referências teóricas que discorrem sobre a violência urbana com foco nos espaços populares do Rio de Janeiro e sobre os motivos de ordens diversas para o envolvimento dos adolescentes/jovens em atividades ilícitas/ tráfico de drogas revelam cenários e situações de extrema complexidade vividos por atores diversos e, entre estes, as suas mães, tornando-se fundamental a investigação de referências sobre maternidade e maternagem.

2.2. VISÕES DA MATERNIDADE E DA MATERNAGEM: O DITO E O DESDITO

Referências teóricas feministas sobre maternidade (CHODOROW, 1990, BADINTER, 1980; SCAVONE, 2001; GIFFIN, 1991), referências de aporte psicológico sobre maternagem (WINNICOTT, 2005) e vínculo materno (BOWLBY, 2002) são fundamentais para subsidiar o estudo sobre o problema central da dissertação, isto é, a vivência de mães com filhos envolvidos em atividades ilícitas/tráfico de drogas, aqui entendida como situação-limite (POLLAK, 1990; FREIRE, 1987) e que desafia a maternidade.

Na leitura das referências a questão da maternidade suscita o debate entre duas visões de perspectivas antagônicas: uma visão é representada por uma corrente masculina da psicologia que “cola” a maternagem (WINNICOTT, 2005) e o apego (BOWLBY, 1984) à

pele das mães, considerando-a o agente mais importante para este desempenho e para criar um ambiente favorável, suficientemente bom. A outra visão é representada pela teoria feminista – que refuta a anterior – ao afirmar que a maternagem é um dos poucos elementos universais e duráveis da divisão do trabalho por sexo, ficando extremamente associada à mulher devido à conexão “aparentemente natural” entre as capacidades de dar à luz, amamentar e a responsabilidade pelo cuidado do filho (CHODOROW (1990). Para a autora, este maior envolvimento das mães com os filhos termina sendo absorvido pelas filhas ou outras mulheres, criando a idéia de que as mulheres querem maternar e que têm nisto prazer e êxito. As filhas são maternadas por mulheres e assim reproduzem a maternagem como elemento importante para sua identidade de gênero, o que não acontece com os meninos, pois não foram maternados por seus pais. A teoria de Chodorow (1990) aponta para a construção psicossocial da maternagem, mas acaba indicando, como os psicólogos masculinos, que é através da maternagem recebida que se aprende a maternar, ao que não corresponde, de forma tão incisiva, os resultados da nossa pesquisa.

Profissionais, autores e correntes teóricas do ocidente contribuíram para que fosse relativizado o determinismo biológico, “olhando” a relação mães - filhos através de novas óticas, e de outros campos do conhecimento como a Psicossociologia, a História, as Ciências Sociais. E nesta confluência surge a valorização do amor materno, mesmo que as mulheres só tivessem sido até os preâmbulos do século XX vistas desta forma, isto é, enquanto mães, na idéia – até ser questionado pelo feminismo – de ser este o seu “melhor” lugar.

Questões relacionadas à maternidade, sempre concentraram uma atenção especial dos estudos sobre papéis sexuais e identidade feminina. A maternidade, enquanto fenômeno social sugere a expectativa de condutas a serem correspondidas pelas mulheres e é um dos poucos papéis reconhecidamente femininos além do de esposa, ambos circunscritos à esfera privada (SCAVONE, 2001). Na perspectiva interdisciplinar e de ampliação dos conceitos de

maternidade e maternagem buscaram-se referências da Psicologia, cujos princípios de dois autores (WINNICOTT, 2005; BOWLBY, 1984) ainda são determinantes, assim como referências dos Estudos Feministas.

2.2.1. VISÕES DA PSICOLOGIA MASCULINA SOBRE A MATERNIDADE E A MATERNAGEM

Referência teórica da psicologia situa a maternagem (WINNICOTT, 2005) como uma das funções mais importantes na “lista” das funções maternas, mesmo que se conjecture que pais, instituições ou outros também possam maternar. Para o autor maternagem nomeia os cuidados dispensados ao bebê no sentido de suprir suas necessidades de *holding* (físicas e emocionais) e de *handing* (referente aos cuidados de manuseio). A mãe, neste caso, teria por predisposição saber como o bebê está se sentindo, podendo reconhecer a sua subjetividade. O autor defende que uma mãe não só quer filhos, mas necessita deles. Ao preparar-se para constituir família, a mulher organiza suas ansiedades, e também seus interesses, de modo a ser capaz de mobilizar o máximo de sua pulsão emocional exclusivamente para esse fim uma vez que a mãe gosta de ser continuamente importunada pelas necessidades gritantes de seus filhos, “mesmo que se queixe abertamente de suas obrigações familiares como sendo uma amolação” (WINNICOTT, 2005).

A “mãe suficientemente boa” (WINNICOTT, 2005) é a expressão mais contundente da idéia do “ambiente bom o bastante”, e subteme dedicação total à criança, com responsabilidade por bloqueios no seu desenvolvimento emocional e distúrbios psicológicos, caso esta dedicação não aconteça, ou seja, negligenciada. Com esta abordagem o autor (WINNICOTT, 2005) defende que o que confere à mãe este lugar é o fato de que ninguém mais sabe como o bebê pode estar se sentindo e, sendo este lugar ocupado a contento, isto é, a

mãe maternando bem, a criança pode iniciar um processo de desenvolvimento pessoal e real. Mesmo sendo a maternagem a possibilidade de atender necessidades, o que pode ser feito por qualquer pessoa (seja pai, ama, professores, funcionários de instituições, etc.), este desempenho do cuidado está muito atrelado ao papel da mãe (BOING e CREPALDI, 2004). A relação emocional significativa estabelecida com a mãe é o primeiro grande referencial para que a criança desenvolva a capacidade de abstração, elaboração e planejamento (SÁ, 2001).

A teoria do apego (BOWLBY, 1984) informa que a saúde mental da criança depende de que ela tenha a vivência de uma relação calorosa, íntima e contínua com sua mãe (ou uma mãe substituta permanente, uma pessoa que desempenhe, regular e constantemente, o papel de mãe) na qual, ambos, encontrem satisfação e prazer. O apego pode, deste modo, ser compreendido como o conjunto de comportamentos do bebê que se caracteriza não somente pela busca de proximidade física da mãe, mas também pela exploração do ambiente que é intensa durante o início da vida. As relações estabelecidas nestes contextos darão base à organização de modelos de funcionamento psicológico e a estilos de regulação de emoções, os quais, posteriormente, poderão ser generalizados para situações similares. Em um primeiro momento, as crianças são predispostas a formar vínculos afetivos com um pequeno número de cuidadores, procurando-os como uma fonte de conforto quando as condições são ótimas e como fonte de segurança em momentos estressantes. Posteriormente, os modelos internos de funcionamento e os estilos de regulação de emoções, desenvolvidos com as relações iniciais, darão base para o estabelecimento de relações com outras pessoas.

Para este autor (BOWLBY, 1984), a teoria do vínculo fecha um sistema de pensamento e idealizações sobre o papel da maternidade, cujo desempenho pode determinar nos filhos o estabelecimento de vínculos não patológicos com eles próprios, com as suas mães e com o mundo. Esta visão responsabiliza a mãe – caso não atente para a solidificação deste vínculo – por seis possíveis grupos considerados, por ele, “grupos de anormalidades”:

crianças ansiosas, podendo ser deprimidas ou não; crianças fechadas em si mesmas, tendendo a afastar-se de todo e qualquer relacionamento com outras pessoas; crianças ciumentas e briguentas; crianças hiperativas e agressivas; crianças apresentando estados alternantes de exaltação e depressão; crianças delinquentes.

Winnicott (2005) destaca que a privação ou ausência da mãe pode provocar a delinquência dos filhos. *“É o fracasso da mãe em propiciar um “ambiente bom o bastante” que leva os filhos à perda da capacidade de envolvimento afetivo e à sua substituição por angústias e por defesas cruas, tais como a delinquência, manifestada na tendência anti-social, na mentira e no roubo”*.

Esta perspectiva, ao supervalorizar a maternagem, assim como a idéia e a expectativa do amor incondicional das mães, provocou reações do movimento feminista pelo fato deste fator amplificar a responsabilidade das mulheres mães sobre a criação dos filhos. Ademais, as teorias de Winnicott e Bowlby sobre a maternagem são deterministas, não prevendo a possibilidade do vínculo materno e da maternagem se dar a partir de outras experiências de vida, como em situação de escassez, violência urbana e exclusão social.

2.2.2. VISÕES FEMINISTAS DA MATERNIDADE E DA MATERNAGEM

A tentativa de desconstrução do valor da maternidade como a identificação por excelência do feminino tem relação com o questionamento sobre a incondicionalidade do amor materno, até então entendido como algo inerente à biologia e psicologia feminina, o que é refutado por Badinter (1980) segundo a qual nem toda mãe tem uma pulsão irresistível a se ocupar do filho. Ao questionar o mito do amor materno reconhece-o como uma construção social e não como algo inerente à biologia feminina.

Na perspectiva de um descolamento desta visão de que o papel da maternidade está determinado pela exclusividade da reprodução no corpo feminino, Badinter (1980) defende que qualquer pessoa que não seja a mãe, (o pai, a ama, etc.) pode maternar uma criança, e que o amor não é o único fator que leva a mulher a cumprir seus deveres maternos, mas também a moral, os valores sociais ou religiosos, que podem ser tão incitadores e tão poderosos quanto o seu desejo de maternidade. Reagindo ao pensamento de Freud, o critica pelo fato dele ter ignorado as perspectivas sociais e culturais para discorrer sobre a relação mãe-filho, além de ter caracterizado a personalidade feminina como passiva, masoquista e narcísica. Considerou-o “leviano” pela constatação de que estas três características não só lhe parecem constitucionais, como representam a norma do “bom desenvolvimento feminino”, assim como desconsiderou que a educação e todos os fatores de socialização incitaram as mulheres a assumirem tais atitudes (BADINTER, 1980).

Ao questionar a associação imperativa entre a identidade feminina e a maternidade, Chodorow (1990) chega a dizer que as mães podem não ser boas cuidadoras. Fala que algumas mães são mais maternas que outras e que podem tornar-se dominadoras prejudicando o desenvolvimento emocional das crianças. No seu pensamento qualquer pessoa que viveu bons relacionamentos primários tem a base para o cuidado infantil. A maternagem pelas mulheres perpetua-se através de mecanismos psicológicos e sociais estruturalmente induzidos. Não é um produto imediato da fisiologia. As mulheres vêm a maternar porque foram maternadas por mulheres e assim, a maternagem vem a ser central para sua identidade de gênero, que se constrói através da identificação com a mãe. Por outro lado, porque os homens foram maternados por mulheres, e precisam formar sua identidade de gênero se distanciando de sua relação e identificação com suas mães, sua capacidade de cuidar de crianças é reduzida. Tais processos psicológicos resultam da divisão sexual do trabalho.

Ao reconhecer a maternagem como construção social, não sendo um atributo exclusivo das mães nem um fenómeno determinada pelo género, podendo também ser exercida pela figura paterna, a autora (CHODOROW, 1990) questiona a compactuação de ginecologistas e obstetras, que dizem ter as mulheres um instinto maternizante, e, portanto consideram natural que maternem. Para ela nem os hormônios, nem o corpo potencialmente materno da mulher são suficientes para gerar capacidades maternizantes ou mesmo causar a maternagem. O fato de maternarem refere-se à reprodução de um comportamento: meninas aprendem a maternar porque foram maternadas por suas mães, ao que ela questiona porque não considera uma exclusividade para as meninas, podendo também os meninos aprender, desde que não sejam afastados desta possibilidade.

A dificuldade de questionar o amor materno é real, já que a mãe permanece no inconsciente coletivo identificado a Maria, símbolo indefectível do amor oblativo, o que não impede as autoras (CHODOROW, 1990; BADINTER, 1980) de contestarem o carácter inato deste sentimento e a ideia de que seja partilhado por todas as mulheres. Aos olhos de muitos, não amar um filho é um crime inexplicável. E quem procurou mostrar que esse amor não é indefectível é imediatamente suspeito de ser um insensato, ou um acusador injusto das mulheres do passado, ou ainda de interpretar propósitos e comportamentos em função de valores atuais (BADINTER, 1980).

Fidalgo (2003), autora portuguesa, fornece subsídios para a compreensão das relações de poder que dão forma à maternidade, relações estas que silenciaram as mulheres e tornaram a maternidade, ao invés de um acontecimento de significado político, social e psicológico, em um lugar de submissão para as mulheres, durante séculos. O discurso da abnegação aos cuidados dos filhos tornou-se um traço consubstancial à identidade feminina (KITZINGER apud FIDALGO, 2003) e é esse discurso que remete as mães quase ao domínio do mito, mito

esse que afirma que sentem amor pelos filhos apenas em consequência do ato biológico de dar à luz.

É recorrente que as prescrições sobre cuidados maternos de psicólogos, pediatras e indústria farmacêutica começaram a ser definidos por homens. O século XIX configura a maternidade, entendida como missão, destinando à mulher o papel primordial dos cuidados. Visto desta forma, a maternidade é instrumento para um fim masculino, isto é, mulheres têm filhos dos e para os homens. Estas visões tiveram um grande impacto sobre a população mais ampla e sobre os profissionais, acentuando a responsabilidade da figura da mãe para o desenvolvimento e para a saúde mental dos indivíduos (FIDALGO 2003).

No Brasil, por exemplo, ainda se somam outros atores ao papel da maternidade, defendido pelos higienistas que ditaram como ser mãe, interferindo na sua relação com as crianças apresentando novos valores à família brasileira como o de família amorosa, sendo a mãe o pilar deste amor (MOURA e ARAÚJO, 2004). A insistência pela amamentação regulou a vida da mulher, os seus cuidados passaram ser valorizados e o amor materno tornou-se não somente desejável como natural (COSTA, 1989). Esta idéia da “naturalidade” somada à do “amor incondicional” provavelmente repercute até hoje - século XXI - quando mães têm que lidar com a situação-limite de filhos envolvidos em atividades ilícitas, onde se destaca o tráfico de drogas, objeto deste estudo.

A valorização excessiva da maternidade pode ser considerada um dos motivos incitadores da revolução sexual ou revolta das mulheres contra uma ideologia burguesa e de dominação masculina. Associada ao casamento a maternidade implicava, necessariamente, a submissão da mulher ao poder masculino (KAMERS, 2004). Romper com o paradigma de que mulher e mãe têm o mesmo significado e, conseqüentemente, romper com o mito da incondicionalidade do amor materno (BADINTER, 1980) e da maternagem como papel primordial implica em uma grave ameaça uma vez que ao se outorgar à mãe e à maternidade

um lugar de destaque, proporcionam-se meios de controlar aquilo que no imaginário da sociedade corre o risco de desembocar em uma perigosa “irrupção do feminino”. Ou seja, na força de uma sexualidade julgada tanto mais selvagem ou devastadora na medida em que não estaria mais colocada na função materna (ROUDINESCO, 2003). Este postulado é emblemático do tensionamento entre as diferentes visões. O questionamento da maternidade enquanto caráter identitário primeiro do feminino, não se reduz a conceituações, mas tem um caráter político, desencadeado pelo movimento feminista. Roudinesco (2003) fala da possibilidade e conquista contemporânea da formação de “novas famílias” descoladas da família nuclear e, conseqüentemente dos papéis de maternidade e paternidade e sua relação genética. A fertilização *in vitro*, os bebês de aluguel, os casamentos homossexuais com adoção, re-configuram o modelo de famílias e desloca os papéis antes “colados à pele” (biologia).

Diante das visões da biologia e da psicologia não há espaço suficiente para se supor que muitas mulheres se sentem atormentadas por pensamentos a cerca de estarem, ou não, sendo boas mães. Apesar de socialmente ser cobrado das mães o amor incondicional muitas vezes elas não vivenciam a relação desta maneira. Em alguns momentos sentem raiva de seus filhos, dúvidas e se culpam (TOURINHO, 2008). Existem alguns aspectos emocionais comuns a mulheres que se identificam com o papel de mãe e relacionam-se com a maternidade, considerados positivos: o que cuida, o que sustenta, o que proporciona as condições de crescimento, fertilidade e alimento, mas há, também, no ambiente social um tabu no que diz respeito às sombras que envolvem a maternidade reinando, ainda, certo pudor na transmissão oral da experiência, entre as próprias mulheres, inclusive mães e filhas, no que tange ao esclarecimento do aspecto sombrio: frustração, culpa, desejo de abandonar os filhos, rejeição e dúvidas (SARMENTO, s/data). Esta visão suscita a idéia de que ter filhos que cometem atos infracionais/tráfico de drogas pode remeter a mãe a estes “aspectos sombrios”.

A psicologia contemporânea faz referência à formação para o exercício da maternidade. Enquanto um mandato cultural ser mãe implicaria a aquisição de uma série de dispositivos psicológicos, como controlar-se, organizar-se e enunciar-se. Controlar o seu corpo e os seus atos é o dispositivo através do qual o sujeito-mãe é convidado a pensar sobre si mesmo, sobre o seu corpo, hábitos, etc. para exercer de forma satisfatória a sua prática materna. Na idéia de que há uma ligação profunda entre corpo feminino, corpo materno e maternidade, seja como fonte de alimento, seja como subsistência do feto, inúmeras prescrições são feitas para que ela efetivamente entenda que esse corpo não é só seu e é do controle do mesmo que vai depender a saúde de seu filho. Ao enunciar-se, a maternidade ganha visibilidade à medida que o sujeito-mãe pode ser convidado a se expressar, a falar sobre si e ser reconhecida como criadora de seus ditos, demonstrar as transformações que a prática materna individual acarretou em sua vida, passando a agir como se o enunciado fosse mero resultado de uma prática individual (MARCELLO, 2005).

No dispositivo da organização estão envolvidas estratégias nas quais se cria o sentido de que, assim procedendo, o sujeito-mãe terá uma capacidade maior de desenvolver uma prática materna normativa e potencializada, o que significa despende um tempo com o filho, conhecer minuciosamente todas as suas características, para driblar possíveis sofrimentos, angústias e tristezas que a vida pode lhe propiciar (MARCELLO, 2005).

Em relação à questão da identidade materna autores (CAIXETA e BARBATO, 2004) supõem que é constituída de diversas facetas, compreendidas como instâncias dinâmicas e dialógicas do desenvolvimento do “eu”. Entre estas facetas, pode ser descortinada a da mãe pobre, moradora de favela, com filhos envolvidos em conflitos com a lei, os “meninos do tráfico”. Neste sentido, elas são reconhecidas por muitos como “mãe de bandido” ou “mãe de traficante”, identificação que provoca alguns conflitos, que serão explorados na análise dos dados provenientes das entrevistas.

Mesmo diante da defesa de que a maternidade é uma das possibilidades na construção social da identidade feminina (GIFFIN, 1991), no debate entre as referências pode-se chegar à conclusão de que, seja por rejeição, seja causado por uma crise ou pela impossibilidade de cuidar dos filhos, questionar a incondicionalidade do amor materno é de difícil aceitação pela sociedade ocidental já que este – dentro do que vimos expondo - tem por pressuposto que a mãe deve cuidar do filho em primeiro lugar e, depois, de si própria. Enquanto fenômeno social (SCAVONE, 2001), a maternidade é marcada pelas desigualdades sociais, étnico/raciais, e pela questão de gênero que lhe subjaz. Neste sentido, é de extrema importância ressaltar que as mães podem estar inseridas em contextos que interferem no exercício da maternidade tais como violência, solidão e pobreza.

2.2.3. A MATERNIDADE NO CONTEXTO DE POBREZA E SOLIDÃO

Para alguns autores (MCINTYRE, OFFICER e ROBINSON, 2003) se deve considerar a “*experiência sentida*” da pobreza para discutir como as mulheres, que são responsáveis sozinhas pelos filhos, resistem ou lidam com o stress causado por esta condição estigmatizante, que nelas incute sentimentos de degradação, dependência, culpa e isolamento, acirrando-se a “tensão sentimental” quando somada ao fato de serem solteiras.

Dados do IBGE (2003) informam que 18% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres sem cônjuge, porém com filhos. O percentual de famílias com pessoas de referência do sexo feminino é de 28,8% em 2003, contra 16% em 1981. Desse total de 15,3 milhões de famílias chefiadas por mulheres, quase dois terços são monoparentais com filhos. São mulheres, solteiras, separadas, divorciadas ou viúvas, que enfrentam a contingência de constituir um mundo doméstico a partir de outros vínculos que não o conjugal (OLIVEIRA, 1992). As famílias monoparentais cuja pessoa de referência é do sexo masculino é em número tão reduzido que não tem significância estatística (menos de 1%).

A figura paterna ausente (fisicamente ou na corresponsabilidade da criação e do sustento) contribui com um dos fenômenos contemporâneos mais significativos: o crescente aumento das mulheres chefes da família, enquanto principal responsável pela manutenção econômica do lar e cuidado dos filhos (FLECK e WAGNER, 2003), em um contexto de emancipação feminina e de crise do modelo patriarcal (PERUCHI e BEIRÃO, 2007).

Esta solidão para criar os filhos e sustentá-los remete à confirmação de um dos paradigmas hierárquicos fundantes das relações de gênero nas camadas populares brasileiras, isto é, enquanto as mulheres priorizam o vínculo (permanência), os homens circulam entre elas (impermanência), e este modelo é disseminado e reproduzido (SALEM, 2006). Os grupos domésticos chefiados por mulheres se aproximam do conceito de matrifocalidade, quando as mães criam sozinhas os seus filhos, ou mantém com os pais dos mesmos, a “união visitante” ou não co-residencial (SCOTT, 1990). No entanto, se pode afirmar que os homens podem cuidar de seus filhos apesar das suas práticas tradicionais e de diferentes concepções de gênero e este cuidado não necessita de uma identificação com esta perspectiva (CARVALHO, 2007).

Os “arranjos familiares” em situação de risco e de maior vulnerabilidade econômica e social são aqueles chefiados por mulheres sozinhas. A falência do modelo patriarcal de família, que tem na figura masculina o papel de provedor, estaria levando a um empobrecimento crescente das novas gerações, na medida em que muitas crianças estão sendo criadas, cuidadas e educadas em famílias monoparentais femininas, logo, exclusivamente por mulheres, cuja posição no mercado de trabalho é inquestionavelmente mais desfavorável que a dos homens: salários em média inferiores, menor jornada semanal de trabalho e maior taxa de desemprego (LAVINAS e NICOLL 2006).

Pesquisa realizada em diversas comunidades no Rio de Janeiro, sobre um universo de 230 jovens envolvidos no tráfico de drogas a varejo, informou que 31,74% dos jovens

moram com ambos os genitores, 66,6% dos domicílios contam com a figura materna responsável ou co-responsável pelo sustento da casa, com a presença ou não da figura paterna, cuja presença representa 37,39% (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2005). Este dado indica que, nos espaços populares ou nas favelas cariocas, se torna cada vez maior o número de mulheres responsáveis pela economia da casa e pela criação dos filhos. Em um contexto de violência, solidão e pobreza, o envolvimento dos filhos em atividades ilícitas/tráfico de drogas torna ainda mais complexa a vida das mães, colocando em cheque, cotidianamente, a sua disponibilidade para lidar com situações-limite.

2.2.4. MATERNIDADE EM SITUAÇÃO-LIMITE

Em uma perspectiva da capacidade de resistência dos sujeitos, Freire (1987) conceitua situação-limite como a experiência que os desafia de tal forma que é necessário enfrentá-las e superá-las para prosseguir. Para o autor a situação-limite pode provocar várias percepções em quem a vivencia: 1) como um obstáculo que não pode transpor; 2) como algo que não quer transpor; 3) como algo cuja existência é reconhecida, assim como a necessidade de que precisa ser rompida, levando o indivíduo a empenhar-se, na busca da sua superação.

Foram pesquisadas referências sobre situações vivenciadas por algumas mães que podem ser interpretadas como situações-limite e que acionam a vivência de “outros” papéis maternos e a ampliação da maternagem. Diante de situações-limites, potenciais deflagradoras de crise, se pode conjecturar que, por uma questão de sobrevivência, os indivíduos busquem mecanismos de saída para a sua superação. A situação-limite, então, pode favorecer a criação de estratégias para a garantia da integridade física, psíquica, social e, em última instância, garantia da própria vida, assim como garantir a preservação da vida de outros (POLLAK, 1989).

Dentre as situações-limite vivenciadas pelas mães, mesmo que em diversas referências este conceito não esteja explicitado, algumas situações podem servir de parâmetro para elucidar a experiência das mães de jovens envolvidos em atividades ilícitas/tráfico de drogas. Estes estudos testemunham o quanto está associado às mães o exercício de um cuidado extremado (maternagem), quando seus filhos sofrem adversidades.

Estudo (LIRA, 2006) sobre mães de adolescentes internados em unidades de medidas sócio-educativas diz que a categoria maternidade ao vivenciar esta situação se pauta sobre dois panoramas: 1) na figura materna, como personagem socialmente legitimada para cuidar dos filhos em todos os aspectos, o que faz a mãe funcionar como porta-voz de um segmento socialmente estigmatizado - o adolescente infrator -, tornando-se a “mais apropriada” para *reinvocar* à humanidade do filho, que quebrou normas sociais ao cometer ato infracional; 2) as atribuições desse papel maternal causam na mulher sofrimentos irreparáveis causados pela acusação e rotulação de “mãe má” por não cumprir, adequadamente, suas responsabilidades, deixando espaço para que os filhos se envolvam com atos ilegais.

Na vida de qualquer pessoa alguns eventos podem provocar uma mudança, uma desarrumação, uma crise. Ou re-arrumar. Muitas situações sobre as quais vamos descrever e que podem ser consideradas um limite possibilitam ampliar a visão. Tem por objetivo um exercício comparativo (proximidades ou distâncias) entre o desempenho da maternidade e da maternagem, de mulheres que vivenciaram outras “cargas”, o que, por um momento, pode situá-las no limite, seja nas questões relacionadas à violência, ou questões no campo da saúde, cujos filhos estão enredados. Vale ressaltar que o propósito da citação destas referências é mostrar as maneiras como as mães reagem inicialmente aos problemas vividos pelos filhos e como passam a lidar com esta realidade posteriormente.

Pesquisa realizada (SOUZA e PIRES, 2003) sobre mães cujos filhos têm paralisia cerebral, informa que a adversidade inicia com o diagnóstico seguido da incerteza da

sobrevivência. Os sentimentos a partir do diagnóstico expressados por estas mães são diversos: choque, revolta, indignação, descrença, culpabilização (porque a maior incidência de paralisia cerebral se dá em situações do parto com problema), cansaço físico e emocional, desorganização da vida familiar e afetiva. Sobrevivendo a criança, segue a preocupação em relação ao seu desenvolvimento e ao seu futuro. Com apoio de outras mães, e com o tempo, podem viver um processo que conjuga a aprendizagem constante para cuidar de uma criança diferente; a disponibilidade total, que implica em uma nova organização de suas vidas; a exigência em relação ao trabalho dos técnicos e dos profissionais já que adquiriu informações sobre a doença e formas de cuidado. Instaura-se, então, a “multifuncionalidade materna”, pois adquire no processo um leque de papéis como enfermeiras, terapeutas, pedagogas, pesquisadoras dos avanços da medicina; e a noção de luta permanente por espaço para seus filhos, garantia de direitos e contra a discriminação.

Estudos (SIGAUD e REIS, 1999; MACEDO e MARTINS, 2004) sobre a representação social de mães de crianças com síndrome de Down partem da constatação de que delas se espera uma atuação restritiva ou ampliadora das oportunidades de desenvolvimento das crianças, bem como de suas possibilidades de integração social. No universo pesquisado ressalta-se que a figura materna é apontada como a única em condições ideais para atender as necessidades dos filhos. A crise, gerada pelo fato de não ter sido mãe de um filho “perfeito”, o temor em relação ao seu futuro, somam-se à tendência de um comportamento superprotetor (SIGAUD e REIS, 1999). Foram observadas, nas mães que têm filhos com a Síndrome, contradições, isto é, reconhecem a diferença, mas evidenciam a presença de um mecanismo de defesa, procurando minimizar as limitações (fuga da realidade), pois possivelmente sentem dificuldades em lidar com o problema que é cuidar do um filho, cujo diagnóstico funciona para ela como um atestado de culpa (MACEDO e MARTINS, 2004).

Nas leituras sobre situações adversas vividas pelas mães, um estudo (BARBOSA, CHAUD e GOMES, 2008) sobre mães de filhos com alguma deficiência ressalta a oposição entre “bebê-ideal” e “bebê-real”. Os sentimentos vividos pelas mães são inúmeros: impacto, descrença na possibilidade de convivência, rejeição, despreço pelo filho, raiva, culpa, necessitando viver um período de luto para superar a perda do bebê idealizado. Quando, finalmente, surge o apego pelo “filho real” e consegue construir com ele uma base de relacionamento em que o problema não seja o “eixo do existir” desta relação, manifestam o sentimento de amor e carinho aflorados. Superam a dor e o sofrimento criando condições de dar ao filho a oportunidade de desenvolver suas possibilidades, saindo em busca de tratamentos, reabilitação, educação e retorno à religião ou crença, na certeza de estar sabendo “o que deve ser feito”, mesmo que isto lhe traga desgaste físico e emocional, instalando-se gradativamente a maternidade e a maternagem.

Saindo do campo da saúde para o campo da violência nos territórios em conflitos, estudo sobre experiências subjetivas de mães israelitas diante da guerra e do terrorismo, considera ser este evento traumático e limítrofe para a maternidade, expressado em baixa auto-estima, preocupação, confusão, desespero, medo e ansiedade, que acompanham o seu objetivo na vida: proteger os filhos do terror. Neste sentido, o exercício da maternidade se dá em cinco sentidos: proteção física, proteção emocional, transmissão de ideologia, criação de normalidade e viver a rotina (DEKEL, 2004).

Para o autor (POLLAK, 1990) que estudou a situação-limite vivida por mulheres em campos de concentração, a experiência de suportar questões extremas de violência, favorece: 1) o aparecimento de maneiras através das quais os indivíduos, ou grupos, buscarão garantir a sua integridade física, psíquica e social, em última instância, a própria vida e daqueles com os quais se relacionam; 2) a criação de estratégias iniciada com o conhecimento do contexto e da situação onde se está inserido e sob ameaça; 3) a capacidade da construção de vínculos entre

as pessoas, no caso por ele estudado, entre as mulheres concentracionárias, que vivem a experiência; 4) a possibilidade de saber identificar os códigos sobre os próprios comportamentos (o que se pode fazer e dizer e o que não se pode fazer nem dizer).

A participação das mães durante a ditadura militar no Brasil, em busca de filhos desaparecidos (mortos ou vivos), é mais um exemplo de uma situação-limite imposta à maternidade, com cada mãe absorvendo de seu jeito o sentimento de perda seja manifestando o que se denomina de “nostalgia fechada” - congelando o tempo; ou “nostalgia aberta”- trabalhando com a possibilidade do devir. Pode-se perceber a configuração da “nostalgia aberta”, em algumas mulheres-mães, através de sua inserção em grupos de resistência⁷ (OLIVEIRA e TORRES, 2003).

Estudo antropológico (SCHEPER-HUGHES, 1997) sobre mães do nordeste brasileiro em um cenário de extrema pobreza e fome, leva a autora, ao abordar a reação das mães diante da morte de filhos, por desnutrição, a indagar: “*que efeitos têm um estado crônico de fome, enfermidade, morte e perda sobre a capacidade de amar, confiar e ter fé?*”. Ela está se referindo à rotinização do sofrimento e da morte das crianças, vista como previsível e normal, quase um alívio para o peso de uma criação sem nenhuma condição onde o grande número de filhos, a fome, a violência e a diarreia são responsáveis por esta “anestesia” de sentimentos, que a autora denominou de “violência sem lágrimas”. Nesta perspectiva é a situação – limite que anestesia e naturaliza as perdas.

Mesmo nestas diversas situações que aqui se considera situação-limite para as mães, em que estas se lançam para lidar com elas, provocando ou ampliando a maternagem por seus filhos, nenhum destes estudos fez qualquer relação com as suas histórias de vida, focando apenas a situação, não criando inter-relações com outros momentos, ou mesmo com dados sócio-econômicos, com exceção do estudo realizado por SCHEPER-HUGHES (1997), que

⁷ Como é o caso do engajamento no Grupo Tortura Nunca Mais.

ênfatiza a cultura, a época histórica, em que as mães vivenciaram o espectro da desnutrição e morte dos seus filhos no nordeste do Brasil, como algo sobre o qual nada podiam fazer.

Apesar de não trabalhar com o conceito de situação-limite, a tese de Carvalho (2007) aponta que homens diante de situação de crise, gerada a partir da impossibilidade dos seus filhos serem cuidados por suas mães, também despertam a preocupação e a capacidade cuidadora e passam a assumir uma paternagem extremamente dedicada. Tal resultado reforça as teorias feministas que atribuem as habilidades femininas a arranjos psicossociais, demonstrando que os pais também têm tal capacidade além de confirmar os estudos mostrando que a situação-limite, ou a crise, geram respostas de superação.

Retomando a questão do envolvimento de filhos em atividades ilícitas e internados em unidades de medidas sócio-educativas, estudo (LIRA, 2006) sobre um grupo de mulheres, mães de menores infratores, problematiza *“atributos e valores do ser mãe e do ser pai”* confirmando a presença expressiva de mães sensibilizadas a cuidar dos filhos. *“O significado de ser mãe, para estas mulheres é interpretado como uma função da qual não podem se eximir. As mães são vistas como a única possibilidade destes jovens não se encontrarem abaixo do “fundo do poço”.*

Estudar as mães dos jovens envolvidos em atividades ilícitas /tráfico de drogas permite dialogar com os conceitos de maternidade e maternagem. Na pesquisa qualitativa de cunho etnográfico uma conjunção de técnicas favoreceu esta oportunidade.

CAPÍTULO 3. O ESTUDO ETNOGRÁFICO: METODOLOGIA E CAMPO

O trabalho de campo da pesquisa etnográfica foi realizado no Rio de Janeiro no período de agosto a dezembro de 2008. Diante do desafio da interseção entre questões de maternidade e da violência urbana expressada no envolvimento dos jovens filhos no tráfico de drogas, escolheu-se uma metodologia de pesquisa qualitativa com abordagem etnográfica, uma vez que esta permite maior aproximação entre o pesquisador e o pesquisado (SPRADLEY, 1979), privilegiando três técnicas, na seguinte ordem:

1) Observação participante de duas reuniões entre as mães que participam do Movimento Moleque⁸. A observação participante é um importante recurso do método etnográfico que propicia captar os sentidos das atividades e as características das situações sociais (SPRADLEY, 1979). Durante a pesquisa foram realizadas observações participantes de três reuniões do Movimento Moleque.

2) História de vida de quatro mães de jovens envolvidos com as atividades ilícitas/tráfico de drogas⁹. A técnica da história de vida favorece a reconstrução das experiências, ressignifica o vivido e projeta uma iluminação particular ao social. Permite a articulação entre os três tempos: presente, passado e futuro e oferece a oportunidade de reconstruir os elos entre os eventos ocorridos, antes, durante e depois da experiência na qual se quer focar (MENEZES, 2007). Ao privilegiar a fala e perspectiva dos atores sociais, se pode atingir um nível de compreensão da realidade humana tornada acessível por meio de lembranças e revelações (FRASER e GONDIM, 2004). Nesta técnica foi usado, como recurso metodológico complementar, um roteiro semi-estruturado, com questões sobre o

⁸ Movimento Moleque grupo de mulheres, de caráter voluntário, que orienta mães de adolescentes em conflitos com as leis. Criado em 2003 por duas mulheres, mães de jovens cumprindo medidas sócio-educativas, com o objetivo de atuar frente às violações dos Direitos Humanos de adolescentes que estão ou estiveram cumprindo medidas sócio-educativa nas unidades do Departamento Estadual Geral de Ações Sócio-Educativas (DEGASE) do Rio de Janeiro.

⁹ As entrevistas foram gravadas e transcritas posteriormente para a categorização e análise dos dados obtidos. Tanto a observação participante, quanto a entrevista coletiva foram registradas em um diário de campo, instrumento fundamental da pesquisa etnográfica (HAMMERSLEY e ATKINSON, 1983).

envolvimento dos jovens: histórico/tipo/grau de envolvimento, reação das mães, repercussões sobre o seu cotidiano, passagens dos filhos em unidades de medidas sócio-educativas, dinâmica de acompanhamento dos filhos envolvidos, desfechos da situação-limite.

3) Entrevista coletiva com a participação de quatro mães de filhos envolvidos com o tráfico de drogas e com passagem no sistema sócio-educativo. A entrevista coletiva tem por perspectiva levantar em grupo as idéias sobre uma determinada temática, na presença de um moderador, no caso a pesquisadora.

4) Observação participante do encontro de confraternização natalina do Movimento Moleque com a presença das mães e de alguns adolescentes com vivência de internação em unidades do DEGASE.

Em seguida, será relatado o processo da pesquisa de campo.

3.1. O PROCESSO DA PESQUISA DE CAMPO

Por ocasião da qualificação, a pesquisadora procurou Mara que conhecera em uma Organização não Governamental e que na época tinha um filho envolvido em roubo de carros. O encontro foi dramático porque o jovem que, posteriormente se envolveu no tráfico de drogas, tinha sido assassinado pela polícia havia menos de um ano (2007). A sua tristeza, a sua insistência em ajudar outras mães na mesma situação a levou, assim como a pesquisadora, à certeza de que “valia à pena” investir neste tema da dissertação. Assumindo o lugar de informante-chave (FOOTE-WHYTE, 1990) Mara abriu o caminho para o encontro da pesquisadora com outras mães. Neste caso, teve funcionalidade o sistema de “rede”, em torno deste “ego” focal (DUARTE, 2002) que dispunha de informações a respeito do segmento social a ser estudado, sendo capaz de “mapear” o campo da investigação, “decodificar” suas regras, indicar pessoas com as quais se relaciona e sugerir formas adequadas de abordagem.

Mara favoreceu o “ritual de iniciação no campo” convidando a pesquisadora para fazer a observação participante de uma reunião com algumas mães que freqüentam o Movimento Moleque.

3.1.1. PRIMEIRA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

A primeira observação participante teve por objetivos a apresentação, feita por Mara, da pesquisadora às outras mães, e dos motivos pelos quais estava ali; entender a dinâmica do grupo; e selecionar as mães para as histórias de vida. Foi entendido por uma delas, Rita, que *“as mães das comunidades terão mais uma oportunidade de serem ouvidas, a pobre vive uma tristeza profunda pela culpa de ser pobre e ter tido filho”*.

As mães se encontram de dois em dois meses para discutir sobre a situação dos seus filhos em unidades de medidas sócio-educativas, receber orientações e trocar informações sobre os seus direitos.

Nós conversamos sempre porque uma ajuda a outra. Não é fácil a vida de uma mãe sozinha sem ter quem a ajude, desempregada e com filho envolvido com delitos.
Rita, diário de campo. 01.07.2008.

Uma oportunidade para desabafar e ter as informações sobre os direitos dos filhos mesmo cumprindo medida sócio-educativa.
Ana, diário de campo. 01.07.2008.

3.1.2. SEGUNDA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Na segunda reunião observada foi possível ouvir das mães, mais uma vez, sobre os seus filhos. Uma destas mães que em reunião anterior (segundo a informação de Mara) noticiou contente que o seu filho havia saído da unidade sócio-educativa, nesta reunião informou, frustrada, que ele já estava outra vez “cumprindo medida” .

A pesquisadora foi esclarecida de que estas mães além de frequentarem o Movimento Moleque, frequentam a Fundação Bento Rubião ¹⁰, ficando a cargo de Mara fazer a ponte entre as duas iniciativas. Segundo informou, mesmo obtendo este “duplo apoio”, o grande receio de todas, é que atinjam a maioria penal e sejam detidos no sistema prisional, onde o acesso aos filhos fica mais complicado.

3.1.3. HISTÓRIAS DE VIDA

Mara foi a primeira mãe a ser entrevistada. Posteriormente, indicou que uma das mães, Sonia, de participação ativa nas reuniões, também fosse entrevistada. No segundo encontro para a entrevista, Sonia apresentou uma vizinha, Carla, sugerindo que também fosse entrevistada. Carla já havia participado das reuniões do Movimento Moleque, por um determinado período.

A quarta entrevistada, Débora, foi indicada por uma agente de saúde que integra uma rede de lideranças comunitárias.¹¹ A pesquisadora comentou com Mara sobre Débora que também disse conhecê-la de diversas manifestações e passeatas e que sempre a convidava para conhecer outras mães que viviam a mesma situação e que frequentavam as reuniões do Movimento Moleque, na expectativa de que passasse a participar. Na reunião onde aconteceu a terceira observação participante (no final do trabalho de campo), e já finalizada a entrevista, Débora compareceu e se comprometeu a participar do grupo a partir daquele dia. Assim, duas entrevistadas tem participação ativa no Movimento Moleque, uma já participou de suas reuniões no passado, e a quarta iniciou a sua participação.

¹⁰ Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião. Tem por missão institucional apoiar as mães com assistência jurídica e recursos monetários para visitarem os filhos nas unidades sócio-educativas, objetivando que não percam o vínculo com eles.

¹¹ Rede Comunidades Saudáveis. Sediada no CEDAPS – Centro de Estudos e Promoção da Saúde/RJ.

Para estudar as situações-limite vividas pelas mães com filhos envolvidos em atividades ilícitas/tráfico de drogas foram, então, entrevistadas estas quatro mães: Mara (42 anos, um filho envolvido no tráfico de drogas, inúmeras passagens em unidades de medidas sócio-educativas; assassinado por policiais com 21 anos de idade); Sonia, 44 anos (um filho envolvido no tráfico de drogas e inúmeras internações nas referidas unidades); Carla (46 anos, dois filhos envolvidos em atividades ilícitas: um praticando assalto e outro no tráfico de drogas); Débora (um filho envolvido com roubos, inúmeras passagens pelo sistema DEGASE, onde foi assassinado aos 17 anos, por agentes de uma das unidades).

A primeira condição para participarem da pesquisa foi o envolvimento dos filhos no tráfico de drogas. No entanto, só ficou claro na entrevista que um dos jovens (Ricardo, filho de Débora) só cometia roubos. O filho de Mara (Pedro) iniciou a prática de atividades ilícitas com roubo à mão armada e fez rápida transição para o tráfico de drogas, onde galgou o lugar de “gerente da boca”. O filho de Sonia (Wellington, 19 anos) é envolvido com o tráfico de drogas e João (26 anos) e Carlos (23 anos), filhos de Carla, estiveram envolvidos em atividades ilícitas: o primeiro no tráfico de drogas e o segundo praticando assalto.

Não houve intenção de dividir este universo entre duas mães que têm filhos atualmente envolvidos nas atividades ilícitas e duas mães, cujos filhos estiveram envolvidos, e que morreram em decorrência deste envolvimento. Mas aconteceu desta forma.

A entrevista com Carla - um encontro - foi realizada no Passeio Público (Cinelândia); com Débora (dois encontros) foi realizada na Praça General Osório (Ipanema), já que ela reside na comunidade do Cantagalo, no mesmo bairro. Com Mara foram realizados três encontros na sede da Rede de Comunidades Contra a Violência. Com Sonia, o primeiro encontro também foi realizado na sala da referida Rede, o segundo no CEDAPS e o terceiro no Passeio Público. Apesar de ser um local público sentamos em um banco em espaço

retirado, longe do movimento e mais silencioso, para garantir a privacidade e uma gravação de qualidade.

Algumas entrevistas foram realizadas pela manhã com uma mãe e à tarde com outra. Isto fazia com que, no espaço entre uma e outra, nos juntássemos as três para almoçar e a conversa geralmente girava em torno dos “filhos envolvidos”. Demonstravam um grande conhecimento da dinâmica do tráfico, da polícia, das unidades de medidas sócio-educativas e dos direitos dos seus filhos, quando sempre reforçavam a informação: *“porque eles têm direitos mesmo que em conflito com a lei”*. Como sabiam que estavam fazendo parte do universo da pesquisa, faziam questão de “marcar” um conhecimento, onde se incluía uma linguagem específica relacionada ao tráfico de drogas e toda a sua encenação. Encontramos entre as mães um discurso com elementos bélicos quando se referem aos filhos e aos demais jovens dos espaços populares que se envolvem com os grupos armados que dominam o tráfico de drogas. Refletindo sobre estas bases referenciais e acompanhando na mídia, sabe-se que “guerra” é a categoria usada quando o assunto é tráfico de drogas, assim como são chamados de soldados aqueles que integram este negócio. Armados (de fuzis provenientes de guerras e das forças armadas, granadas, entre outras armas), disputam territórios (“faixas de gaza”) e utilizam uma linguagem bélica: comandos, facções, tiroteios, trincheiras, barricadas, inimigos, espiões, “perdido” (rendição), “dominado”.

A densidade e a riqueza dos dados obtidos nas entrevistas individuais demonstraram condições para o início da análise optando-se por não aumentar o número de histórias de vida. A entrevista coletiva e a observação participante de três reuniões também trouxeram elementos complementares, importantes para os objetivos da dissertação.

Em seguida, serão apresentadas informações que compõem os perfis das mães entrevistadas.

Mara, 42 anos, nascida no Rio de Janeiro, hoje mora no bairro do Riachuelo. Não concluiu o segundo grau. Exerceu diversas ocupações: cozinheira, vendedora de seguro saúde, frentista de estacionamento, agente de saúde, proprietária de uma pensão doméstica. Teve três filhos. O segundo filho (por ordem de nascimento), Pedro, iniciou a sua trajetória em atividades ilícitas praticando roubo de carros à mão armada, fazendo rápida transição para o tráfico de drogas, onde galgou o lugar de “gerente da boca” em uma comunidade da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Foi assassinado, com 21 anos, por policiais. Mara é co-fundadora de um movimento, de caráter voluntário - Movimento Moleque - que orienta mães de adolescentes em conflitos com a lei e também é agente de promoção de Direitos Humanos de Organização Não Governamental (Bento Rubião). Mara revelou ter adquirido pressão alta, em consequência da experiência, assim como paranóia, depressão e síndrome do pânico.

Sonia, 44 anos, nascida em Recife foi abandonada pela mãe na maternidade. Foi internada pelo pai em um orfanato religioso onde viveu até os oito anos de idade, até que ambos se mudaram para o Rio de Janeiro, onde moraram na Favela Tavares Bastos, localizada na Zona Sul. Revelou que seu pai e sua tia (que já residia no Rio) eram alcoólatras e a maltratavam muito. Fugiu de casa e passou a viver em situação de rua todo o tipo de escassez, sobrevivendo de pequenos furtos, esmolas e tráfico de drogas. Foi nesta situação que engravidou de sua primeira filha, aos 11 anos; com 12 anos engravidou da segunda filha e com 14 da terceira. Adotou dois meninos. Estudou até a segunda série do primeiro grau. Seu filho de criação (Wellington) já passou por sete internações em instituições de medidas sócio-educativas por envolvimento no tráfico de drogas. Sonia está desempregada e sobrevive da venda de balas e doces nas calçadas. Frequenta as reuniões da ONG Bento Rubião e do Movimento Moleque. Indagada sobre como se sentia com esta situação do filho, Sonia revelou que tem vontade de “tirar a roupa e gritar ,“ pegar no pescoço das pessoas”, assim como fica tentada a “pular da janela do ônibus”.

Carla, 46 anos, nasceu em Salvador (BA), de onde se mudou aos 6 anos de idade, com a mãe, trabalhadora doméstica, para o Rio de Janeiro. Atualmente mora na Cidade de Deus, e é diarista (faxineira). Teve quatro filhos, adotando uma sobrinha. Seus filhos, Carlos e João, tiveram cada um, uma passagem no sistema DEGASE, detidos por assalto e tráfico de drogas, respectivamente. O primeiro é considerado fugitivo por não ter se apresentado depois de uma saída de fim de semana. Carla insiste em afirmar que foram influenciados por terceiros e que hoje não se envolvem mais com “estas coisas”, o que foi, em outro momento, desmentido (!) por Sonia, em relação a um dos jovens.

Débora, 37 anos, nasceu e se criou no Cantagalo (favela na Zona Sul do Rio de Janeiro). Conviveu com pai e mãe até os 18 anos, quando engravidou pela primeira vez. Teve quatro filhos. Não concluiu o segundo grau. Trabalhou como faxineira, cozinheira e está desempregada. Sua vida tomou um “novo rumo” quando o seu filho mais velho (Ricardo) começou a envolver-se, armado, com atividades ilícitas como roubos, tendo inúmeras passagens em unidades de medidas sócio-educativas. O jovem foi assassinado, aos 17 anos de idade, por seis agentes do Sistema Degase. Débora processou os assassinos e está acompanhando o processo junto a uma Organização não Governamental – Projeto Legal¹². Também circula um abaixo-assinado exigindo prisão para os agentes que denuncia como assassinos do seu filho e que “*continuam recebendo salário*”. Depois da morte do seu filho passou a ter problema de angina, “pânico do telefone”, pois foi através de um telefonema que soube que o seu filho estava preso e, posteriormente, pelo mesmo meio, recebeu a informação de que ele estava morto. Débora diz que passou a ter problema de angina, pressão alta e “sistema nervoso muito abalado”.

As histórias de vida destas quatro mães atenderam a intenção de resgatar como foram cuidadas (ou maternadas) na infância, como viveram seu ciclo reprodutivo e as relações com

¹² Projeto Legal - ONG em defesa de direitos humanos de crianças e adolescentes. Atua nos campos da proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte, no combate ao tráfico de seres humanos, exploração sexual, ato infracional, sistema sócio-educativo e denúncia internacional.

os pais dos seus filhos, ou outros homens, como desempenharam a maternidade e a maternagem, antes e durante o envolvimento dos filhos nas atividades ilícitas/tráfico de drogas.

Seguindo a história de vida como uma sucessão longitudinal de acontecimentos e se considerando a história pessoal em relação ao espaço social e às posições ocupadas pelas mulheres, obteve-se a condição de escapar da inexorabilidade do desfecho de uma história de vida encerrada em uma visão linear. Falaram de forma não direcionada sobre suas origens, configurações familiares, infância, adolescência, juventude, experiências de trabalho, relacionamentos afetivos, casamentos, violência doméstica, gravidezes, filhos, sentido da maternidade, vivências da(s) maternidade(s), expectativa em relação aos filhos e crenças.

Ao apresentarem seus filhos o fizeram por ordem de nascimento. Ao chegarem àquele que se envolveu com alguma atividade ilícita, a narrativa tendeu a centrar-se nestes filhos. Foi então usado o roteiro semi-estruturado, com as perguntas específicas sobre o envolvimento, unidades sócio-educativas e tudo o mais a este fato relacionado.

A forma específica de conversação que se estabeleceu via história de vida complementada pelo roteiro semi-estruturado favoreceu o acesso - direto ou indireto - às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que estas mulheres atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante, assim como a alguns “segredos” que uma pesquisa desta natureza pode desvendar (FRASER e GONDIM, 2004).

Nenhum dos estudos de situações adversas, aqui entendidas como situações-limite vividas pelas mães e abordados no capítulo de referências teóricas utilizou, como técnica, a história de vida, um dos recursos metodológicos de maior potencial para se estabelecer uma comparação entre a maternagem vivida por estas mulheres – escolhidas para as entrevistas - enquanto filhas e o grau de maternagem que exerceram em relação aos seus filhos, especificamente, em relação aos filhos envolvidos em atividades ilícitas/tráfico de drogas.

3.1.4. ENTREVISTA COLETIVA

Esta entrevista contou com a participação de quatro mães objetivando o levantamento em grupo sobre a temática. Mara comentando que as mães, tão envolvidas com seus problemas, se esqueciam de si, sugeriu o encontro na Praia do Leme. O verão estava convidativo e elas concordaram. Participaram Mara e Sônia, que já haviam sido entrevistadas individualmente; Joana (35 anos), cujo filho único estava em uma unidade sócio-educativa e que, segundo observação de Mara vinha se recuperando de uma forte depressão iniciada com o envolvimento do garoto no tráfico de drogas; e Pilar (42 anos, três filhos). O segundo filho desta última já tinha inúmeras passagens por unidades sócio-educativas. O mais jovem foi assassinado na saída de um baile (15 anos de idade). Toda a sua fala está centrada no filho que pratica a atividade ilícita do roubo: *“Jorge me dá tanto trabalho que não tenho tempo nem de sofrer a perda do outro filho”*.

Neste encontro, com duração de quatro horas entre conversas gerais e questões focadas, se teve a oportunidade de contemplar o que havia sido previsto no projeto da pesquisa: que cada uma fizesse às demais uma pergunta relacionada à questão dos filhos envolvidos nas atividades ilícitas/tráfico de drogas. Cada pergunta suscitou um acalorado debate.

“Vocês acham que tem solução? Qual é a solução?”

Pilar, 42 anos, um filho internado em unidade do DEGASE

“Vocês não têm vontade de largar os meninos, de deixar eles prá lá, não desejam que eles morram?”

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais

“E a milícia na comunidade de vocês? Na minha tem uma lista imensa com os nomes dos meninos marcados para morrer”

Sonia, anos, 44 anos, filho em unidade sócio-educativa

“Será que isto só acaba com a morte deles ou da gente?”

Joana, 35 anos, um filho com passagens no sistema sócio-educativo

3.1.5. TERCEIRA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

A terceira observação participante se deu durante a reunião de encerramento das atividades do Movimento Moleque. Acontecendo no mês de dezembro teve o caráter de festa natalina. Participaram 12 mães e quatro foram acompanhadas dos filhos recém recém-saídos de unidades de medidas sócio-educativas.

Entre as mães estava Débora, cujo filho tinha sido assassinado no DEGASE, e que foi se encontrar com o grupo pela primeira vez. A sua participação foi fruto da entrevista para esta dissertação. Ela era conhecida por algumas destas mulheres por ter desmaiado em uma manifestação na Candelária (centro do Rio de Janeiro) contra crimes cometidos contra os jovens.

Débora trazia consigo um dossiê com todas as informações, depoimentos, cartas de jovens internados na mesma unidade sócio-educativa em que estivera o seu filho, provas e cópia do processo que instaurou contra os agentes do DEGASE, acompanhado de um livro onde recolhia assinaturas solicitando punição para os assassinos. Todos (as) assinamos.

Débora também mostrou a todos um álbum com fotos do seu filho. Na contra capa do álbum tinha um texto escrito por ela, que permitiu fosse copiado:

O verdadeiro amor ele não morre apenas adormece. Se um dia nos separássemos e tivéssemos caminhos diferentes neste dia saberia que o seu coração e sua vida já não fazia parte mais de mim. Em cada estrela verei a luz de teus olhos, no calor do sol sentirei o calor do seu abraço. Em cada lugar que eu passar onde tivemos juntos e felizes eu encontrarei, sombras, sombras de um futuro que não fomos felizes.

A entrevista coletiva e a observação participante das reuniões entre as mães permitiram vislumbrar, em uma perspectiva coletiva, o problema da vivência da maternidade de filhos envolvidos em atividades ilícitas/tráfico de drogas; filhos em reincidentes entradas no “sistema”; filhos que não abandonam tais atividades e filhos mortos. Consequentemente se pode vislumbrar três planos: no primeiro, a idéia de situação-limite fica bastante evidente nestes momentos de troca. Percebe-se nos tons das falas, nas indagações sobre os direitos dos filhos, nas queixas sobre o tratamento que recebem nas unidades de ressocialização, no sofrimento que elas declaram sentir, nas perdas irreversíveis, e na idéia de que aquele momento que cada uma está vivendo “*é o pior momento*”.

Em um segundo plano também se observa a irritação, a sensação de derrota, a situação de crise. Crise com os filhos envolvidos, crise pela falta de tempo para cuidar de si e dos outros filhos, crise pela dificuldade de encontrar saída, crise pela pobreza.. No terceiro plano, paradoxalmente, se observa uma dedicação absoluta e solidária em relação a este filho “envolvido”, por quem lançam mão de uma maternagem extremada, quase vigilante. Há uma circulação entre estas mães de que os filhos “*em conflitos com a lei*” precisam mais que nunca, ou mais do que qualquer pessoa, de carinho e atenção, porque sofrem.

Para a realização das três técnicas em que se podem adquirir dados importantes sobre um assunto tão delicado é fundamental para a pesquisa, para o (a) pesquisador (a) e os (as) pesquisados (as), que seja observado o cuidado ético.

3.2. INVESTIGANDO SITUAÇÕES-LIMITE: CUIDADO ÉTICO

O sucesso da inserção no trabalho de campo é resultado do processo de interação entre investigador e investigado (VASCONCELOS, 2002). Nesta relação o cuidado ético (THORNE, 1980) deve ser seguido à risca. Realizar uma pesquisa etnográfica em que se

discorre sobre jovens envolvidos no tráfico de drogas, sobre as suas mortes por agentes de unidades sócio-educativas e agentes de segurança pública, requer cuidados especiais: de proteção às mães e seus filhos (vivos e *in memoria*), testemunhos e vítimas de atos violentos e impunes. Pesquisas que lidam com problemas como violência, comportamentos “em conflitos com a lei” ou comportamentos desviantes devem ser precedidos de uma discussão ética (PUNCH, 1986). Foi então feita uma avaliação dos possíveis riscos para os atores envolvidos principalmente aqueles com maior grau de vulnerabilidade (VASCONCELOS, 2002), tais como as mães entrevistadas e as que participaram das entrevistas coletivas das reuniões onde se fez a observação participante.

Neste sentido foram tomados os seguintes cuidados éticos: 1) dar nomes fictícios para as entrevistadas e seus filhos, preservando os direitos à privacidade e confidencialidade; 2) não revelar os nomes dos prováveis assassinos dos dois jovens, nem da unidade sócio-educativa do DEGASE em que estavam alocados os agentes que assassinaram o filho de Débora e nem do destacamento dos policiais que assassinaram o filho de Mara; 3) assinar - entrevistadas e pesquisadora¹³ - o Termo de Consentimento Informado reconhecido (VICTORA, HASSEN e KAUTH, 2000) como solução por dispor de informação de todos os riscos, desconfortos e benefícios.

O exemplo do desconforto em falar sobre o assunto pode ter acontecido com Carla com a qual só aconteceu um encontro apesar de várias tentativas para revê-la. Seus dois filhos já tiveram envolvimento com conflitos, já passaram por unidades sócio-educativas (assalto e tráfico de drogas). A mãe, durante a entrevista, fez questão de frisar que um deles foi “enganado por um amigo que o levou para praticar um assalto”. E para o outro que foi detido por porte de droga, tem a seguinte explicação: “não era dele, não sabia o que estava

¹³ Ficando cada uma com uma cópia assinada pelas duas.

levando”. Ao responsabilizar “outros” pelo envolvimento dos dois filhos parece, com isto, resolver o problema. Ou “escapar” de temidas consequências.

Outro cuidado diz respeito à segurança, não realizando as entrevistas nas comunidades onde moram, pois sabem que o envolvimento dos filhos com o “*movimento*” é conhecido por muitas pessoas, além do fato de que alguém indagando sobre assuntos pertinentes ao tráfico de drogas poderia chegar aos ouvidos de “outras pessoas” e transformar o trabalho em risco de vida¹⁴. A intenção da pesquisadora foi a de proteger as mulheres, seus filhos e também a auto-preservação. Como dizem na linguagem do tráfico: “*X 9 não tem perdão*”¹⁵.

A situação-limite que envolve uma relação tão significativa, como no caso de mães e filhos envolvidos em atos ilícitos/tráfico de drogas, parece provocar nestas mães a necessidade de construir um discurso de auto-justificação, com o objetivo de reduzir ora a sua culpa, ora a sua frustração diante da idéia do “fracasso”, uma vez que pactuam com o valor da incondicionalidade do amor materno e que elas consideram não ter correspondido, principalmente em relação a estes filhos. No entanto, ao descreverem as suas inúmeras tentativas e estratégias para enfrentarem a situação-limite, para demoverem os filhos das práticas ilegais, para defendê-los frente a diversos atores, como traficantes e policiais, nos permite validar os dados, alguns destes dados já validados pelas outras mães que acompanham as trajetórias dos seus filhos, através das reuniões realizadas pelo Movimento Moleque. Em alguns momentos também se encontram nos dias de visitas nas unidades sócio-educativas. O conhecimento que uma tem da “história da outra” ficou evidente nas reuniões onde se realizou a observação participante, ficando claro o quanto se esforçam e de como estas “histórias” procedem.

¹⁴ Os dados obtidos através das histórias de vida, as falas gravadas, as transcrições das entrevistas, os registros no diário de campo, os arquivos no computador, conformam um material importante e delicado e que deve ser bem protegido. As entrevistas foram transcritas por uma profissional solidária e ativista de movimentos de promoção dos Direitos Humanos, e, posteriormente, as fitas foram destruídas. A idéia é de que o material digitado seja arquivado, com senha, em computador.

¹⁵ X 9 = alcagüete

Algumas revelações, que ilustram situações de extrema gravidade, foram obtidas porque o clima de confiança ficara estabelecido. Débora, uma das entrevistadas, revelou que considerava a entrevista mais um espaço para denunciar o drama de ter o filho (17 anos) assassinado em uma unidade sócio-educativa. Mara, que perdeu o filho assassinado pela polícia, diz saber quem o matou, mas guarda “o segredo”, com receio de represálias. Tem outros filhos e “*eles sabem disto*”.

Esta postura, no entanto, diz respeito à situação em que vivem e à idéia de que todos suspeitam de todos. Tanto os traficantes quanto a polícia ou a milícia, usam estratégias de controle da população que, sofrendo o medo de represálias, muitas vezes se calam. Conversar sobre filhos, envolvidos ou não em atividades ilícitas, mais complexo quando se trata do tráfico de drogas, conversar sobre o significado da maternidade, sobre os relacionamentos afetivos, não deixou de ser um tema que “absorveu” estas mulheres. Se em determinados momentos choram porque eles se envolvem, em outros momentos sorriem das suas próprias “bravatas”, isto é, das estratégias que criaram para superar esta situação-limite e que serão expostas no próximo capítulo, de resultados.

CAPÍTULO 4. HISTÓRIAS DE VIDAS EM SITUAÇÕES-LIMITE

Neste capítulo serão apresentados os resultados atendendo a um maior detalhamento entre as semelhanças e diferenças surgidas nas histórias de vida das quatro mães. A técnica permitiu apreender em profundidade a vivência de cada entrevistada, além de ampliar a compreensão de tópicos específicos que podem perpassar por todas ou que as diferem (FRASER; GONDIM, 2004). O fato de serem mães de jovens envolvidos em atividades ilícitas/tráfico de drogas permite explorar as singularidades desta situação-limite para cada entrevistada.

Em um primeiro plano, as semelhanças entre elas são: serem pobres, serem negras, habitarem em favelas na cidade do Rio de Janeiro; terem baixa escolaridade; terem se tornarem mães na adolescência, estarem solteiras, desempregadas e terem filhos envolvidos em atividades ilícitas, ressaltando-se que três deles se envolveram com o tráfico de drogas.

O marco diferencial de grande significado e impacto nas histórias de vida de duas mães é a perda dos filhos por assassinato, um praticado por agentes de unidade sócio-educativa (DEGASE) e o outro por policiais. Enquanto três tem (tiveram) apenas um filho que se envolveu com as referidas atividades, a quarta mulher tem dois filhos que se envolveram (um com assalto e o outro com o tráfico de drogas).

No trabalho de categorização, ficaram evidenciados dados que davam mais sentido (FETTERMAN, 1989) à trama, possibilitando os resultados e as interpretações que serão apresentados a seguir.

4.1. “SEM AÇÚCAR E SEM AFETO”: A AUSÊNCIA DE MATERNAGEM

Nos depoimentos favorecidos pela técnica da história de vida, as marcas expostas nos resgates expressam a ausência de maternagem na vida das quatro mulheres entrevistadas. A maternagem é entendida como cuidado e satisfação das necessidades (de *handing* e *holding*) nos primeiros anos da vida. Vale pontuar que Winnicott (2005) estudou as consequências da privação da maternagem de crianças abrigadas no período da segunda guerra mundial, mas não aborda determinantes sócio-econômicos, o que se faz necessário em um trabalho de perspectiva interdisciplinar. Sobre o contexto em que as mães entrevistadas e seus filhos vivem – favelas no cenário da pobreza e violência do tráfico de drogas – não foi encontrada nenhuma pesquisa ou qualquer produção de cunho teórico que enfoque a questão da maternagem, seja no campo das Ciências Sociais, seja no campo da Psicologia.

Uma das entrevistadas (Sonia, 44 anos) foi abandonada pela mãe na maternidade, vivendo a infância em um internato religioso (PE) até os oito anos de idade, onde diz ter sofrido maus tratos e sedução, além de ter iniciado o hábito de cometer pequenos furtos. Depois do internato conviveu com o pai e a tia, ambos adictos que a maltratavam. Em resposta a este ambiente doméstico hostil preferiu viver perambulando pelas ruas uma “nova” experiência de hostilidades e carências em cenários de violência, inclusive violência sexual e de consumo e tráfico de drogas.

A minha mãe me abandonou num hospital, então quem me criou foi meu pai que bebia muita cachaça, aí me largava muito na rua, eu ficava sozinha. Fui muito mal tratada.

A minha vida na rua.... ficava pedindo dinheiro. Às vezes eu entrava dentro da farmácia, roubava, dentro do mercado ficava roubando. Tinha umas garotas lá que levava a gente, que era maior, aí pedia a gente pra segurar a bolsa pra roubar. Aí a gente roubava e aí ficava dormindo na rua, ficava lá, às vezes usava droga também, usava muita droga. Aí depois fiquei na rua...aí eu virei uma viciada, eu virei uma viciada...eu consumi muita droga, cola, cheirava muito cola.

Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa.

Outra experiência contundente de ausência de maternagem nos primeiros anos de vida se sobressai na história de Mara. Logo após o seu nascimento viveu com a mãe nas ruas, pois esta por ter engravidado (com 19 anos e solteira) foi demitida do emprego e expulsa de casa pela mãe (avó de Mara). Sozinha, e sem nenhum tipo de recurso, recebeu o apoio de um casal que passava pelo local, que as levou para casa. Poucos dias depois Mara foi abandonada pela própria mãe que a deixou com o casal. Retornando após cinco anos “raptou” a filha para com ela viver uma vida tumultuada e sem vínculo afetivo.

A minha mãe quando me raptou, ela não me raptou pela questão de “eu não criei a minha filha e eu quero reparar esse erro, né? Porque eu gosto dela, e sei que errei por ter deixado ela cinco anos com um casal que eu nem conhecia”. Ela me pegou de volta porque ela era louca pelo meu pai, muito apaixonada. E meu pai realmente muito safado, não queria nada com ela. E aí ela queria se vingar do meu pai de alguma forma e a única forma que ela tinha de se vingar do meu pai era através de mim. Porque eu era registrada por ele. Era uma forma de sacanear, pedir pensão pra ele... era uma forma de sacanear porque ninguém precisava. E assim ela fez. Me roubou pra poder tá todo dia na firma dele só pra fazer escândalo.

Mara, 42 anos, um filho um assassinado por policiais.

Dois anos depois Mara e sua mãe foram encontradas pela “madrinha” (a mulher que a criou). Tornou-se “*objeto de disputa*” entre esta e a “*mãe biológica*”, até a Justiça definir que seria “*dividida entre as duas*”.

O juiz determinou que por conta do Natal, Ano Novo, aniversário, dividissem essas comemorações. Eu tinha que escolher o Natal com uma, o Ano Novo com a outra, aniversário com uma, aniversário com a outra. Assim foi se indo os anos e eu tendo que viver com essa coisa, dividida entre as duas.

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

Carla (46 anos), apesar de ter vivido com a sua mãe (nunca conheceu o seu pai) reforça a importância da infância vivida na casa dos patrões, onde a sua mãe era trabalhadora doméstica e se sentia “*quase filha adotiva*”. Quando a sua mãe foi demitida ficou com eles até o início da adolescência, sendo “*devolvida*” aos 12 anos de idade sofrendo impacto na sua qualidade de vida.

Eles conversaram com a minha mãe, me entregaram de volta para minha mãe, eles fizeram muitas coisas por mim, tive professores particulares, pude fazer até a 8ª série, aí depois que fui morar com a minha mãe...ficou mais difícil.

Carla, 42 anos, dois filhos com passagem no sistema sócio-educativo.

A infância destas mulheres se caracterizou – em maior ou menor grau – pela ausência da figura paterna (apenas Débora conviveu com a figura paterna) e uma vivência de laços frágeis com as mães, denotando ausência de vínculos e de apego, considerados elementos relacionais importantes que pode repercutir – caso tenha existido ou tenha sido ausente - por toda a vida. Bowlby (2002) defendeu a essencialidade, para a saúde mental do bebê e da criança pequena, da experiência de um relacionamento carinhoso, íntimo e contínuo com a mãe (ou mãe substituta permanente), no qual ambos encontrem satisfação e prazer, o que não foi precisamente o caso das entrevistadas. Mesmo Mara que revelou o cuidado que sua “madrinha” lhe dispensava, a disputa com a “mãe legítima” criava transtornos a esta relação.

Claro que nós nunca tivemos uma relação afetiva, eu e minha mãe biológica. Além de ela não ter me criado, quando ela me roubou, ela não me tratou bem. Assim sempre muito... muito grossa, muito... como é que eu vou falar... ignorante mesmo comigo. Me tratava hiper mal. Dizia na minha cara que não gostava de mim e que tinha sido uma gravidez que ela não queria. Por conta dessa gravidez o meu pai não queria ela. Ela jogou prá mim toda aquela frustração, todo aquele relacionamento ruim que ela viveu com aquele homem ela jogou em cima de mim.

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

Parte-se do pressuposto de que vivências de abandono interferem na construção das identidades e deixam marcas profundas em quem as viveu. São experiências de situações que em nada se assemelham à idéia de maternagem como condição primordial (KAMERS, 2004), ou um clima emocional favorável (BOING e CREPALDI, 2004). Estas últimas autoras confirmam postulados anteriores (WINNICOTT, 2005 e BOWLBY, 2002) de que a atitude emocional da mãe serve para orientar os afetos do bebê e dos primeiros anos de vida da criança e, desta forma, conferir qualidade à sua experiência de vida.

Segundo Winnicott (2005) as crianças são cuidadas e educadas não só para usufruírem de uma vida agradável, mas também para serem ajudadas a crescer. No caso das mães entrevistadas, a carência afetiva de imensa repercussão mostra a ausência de uma segurança real que se espera seja propiciada pelo lar, o que as levaria a desfrutar, de forma satisfatória, de suas habilidades para lidar com mundo, e é neste mundo que, futuramente, tiveram que se deparar com a realidade da gravidez e da maternidade ainda adolescentes e com a realidade de filhos envolvidos com as atividades ilícitas/tráfico de drogas em um cenário de pobreza e violência(s).

A escassez de afeto se torna ainda mais dramática se somada a uma vida em situação de rua. O período em que Sonia viveu a experiência coincide com aquele em que as questões relacionadas à vivência de crianças nas ruas ocupavam espaço no drama urbano brasileiro, tornando-se emblema de uma realidade complexa¹⁶, cujo problema até hoje não foi solucionado. No início da década de 1980, pesquisadores (RIZZINI e BUTLER, 2003) começaram a dar visibilidade à situação de rua das crianças das classes populares no Rio de Janeiro. Suas idades variavam de 7 a 17 anos, com a maior concentração no grupo entre 10 e 14 anos.

¹⁶ Crianças em situação de rua é a categoria adotada pela UNICEF, para se referir- a crianças em situação de risco que, fora do alcance da sua família e longe dos seus cuidados em geral, sobrevivem das ruas, podendo passar algumas horas do dia fazendo algo que lhes renda dinheiro, como furtos, engraxando sapatos, olhando carros. (LUCHINI, 2003).

4.2. GRAVIDEZ E MATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA: DESCONHECIMENTO DO CORPO E DA VIDA

A adolescência das entrevistadas foi marcada pela experiência da gravidez e da maternidade, problema que se destacou no campo da saúde sexual e reprodutiva. A vivência precoce da maternidade tem sido uma das consequências de vivência de adolescentes pelas ruas, sem cuidados e informações, o que demanda um olhar de gênero sobre a possibilidade reprodutiva deste segmento e sobre a ausência de uma rede de apoio para a vivência da maternidade em situação de rua, como Sonia que teve suas duas primeiras filhas na adolescência inicial (11 e 12 anos) e a terceira com 14 anos.

Eu tava com dez anos, ia fazer onze anos...eu vivia na rua. Ele passava por lá todo o dia. Foi com ele a primeira vez, foi com ele que eu me perdi novinha, foi com ele que eu me perdi. Eu fiquei grávida, mas nem sabia que estava grávida, nem sabia que tava grávida. Eu não sabia... eu não sabia de nada.

Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa.

Por ser tão menina revela que ficou “*presa na maternidade*”¹⁷ durante três meses, esperando que alguém viesse buscá-la, o que não aconteceu, levando-a a criar estratégias de fuga.

Aí eu fiquei conhecendo o hospital lá dentro, um tempão, pra poder fugir. Aí ficava entrando naquelas salas, entrei em várias salas que os pessoal ficava morto, aí eu descobri um buraco que saía pra rua. Aí eu fui, quando foi a noite, esperei todo mundo dormir, ficar calmo, aí eu fui e fugi. Fui morar na rua, e morei na rua, criei ela na rua, criei ela na rua.

Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa.

As demais engravidaram, pela primeira vez, com 15, 17 e 19 anos. Uma delas engravidou ainda solteira e foi “*obrigada*” por isto a casar-se.

Foi o homem que eu perdi a minha virgindade e aí naquele tempo, em 1980, perder a virgindade era um escândalo. E aí minha mãe disse que eu ia ter que casar. Por que como é que ia ter uma filha que tinha perdido a virgindade e não ia casar? Como é que a minha filha

¹⁷ A partir do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente as meninas nesta situação devem ser acompanhadas pelo Conselho Tutelar.

vai ficar sem nome? — ela dizia assim — que até o andar, conforme eu andasse, as pessoas percebiam que eu já tinha dado a virgindade.

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

Apenas a que engravidou na adolescência final (OMS), com 19 anos, expressou ter sido este filho “*muito, muito, muito desejado*” (Débora, 37 anos).

O total desconhecimento do corpo, da sexualidade e do potencial reprodutivo é um dado marcante entre as entrevistadas. Suas mães, madrastas, professoras, ou qualquer mulher de sua convivência, não lhes transmitiram tais conhecimentos. Se este silêncio sobre a sexualidade, de forma mais ou menos acentuada em determinada classe social pode ser considerado uma estratégia para preservação da honra feminina (PITANGUY e SOUZA, 1997), este mesmo silêncio impede as mulheres, principalmente das classes populares, o acesso à informação sobre a saúde sexual e reprodutiva, seja nos lares, seja na escola, o que de certa forma, contribuiu para o crescimento da gravidez na adolescência.

Eu não tive ninguém que me orientou a isso, entendeu? Nem como é ser mãe, porque como é ser mãe ninguém vai orientar cada um é da sua forma, mas tem algumas coisas que as nossas mães nos falam, né? A forma de como é tá grávida, de como o neném vai nascer, como é tratado um nenenzinho quando ele tem isso, quando ele tem aquilo, porque a mãe já passou com a gente. Quer dizer, eu nunca tive essas orientações nenhuma. (...) Quando eu vim com aquele bebê pra casa aquilo parecia um boneco dentro da minha mão. Eu tratava ele como eu tratava a minha boneca.

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

O cenário demográfico brasileiro foi caracterizado no final da década de 1990 por uma redução expressiva da taxa de fecundidade no nível da reposição das gerações e pelo aumento do uso de contracepção (BEMFAM, 1999; CAMARANO, 1998). Entre 1965 e 1995, a fecundidade declinou de quase 6 (seis) crianças por mulher para um pouco mais de 2 (duas) (BERQUÓ, 1998; HEILBORN; 2002). Paradoxalmente, a fecundidade adolescente foi na direção inversa, isto é, a sua participação relativa na fecundidade total aumentou, passando de 7,1%, em 1970, para 14,1%, em 1991. Tornou-se um fato intrigante desde que considerado

que a fecundidade nos demais grupos etários havia declinado no período analisado (REDE FEMINISTA de SAÚDE, 2004).

Hoje, há uma mudança no quadro. A pesquisa¹⁸ *GRAVAD – Gravidez na Adolescência* (2008) indica uma curva decrescente deste índice. O registro de ocorrência de gravidez antes dos 15 anos foi pouco freqüente (1,6%). Estabelecendo uma comparação entre os “dois tempos” os dados da pesquisa atestam a associação entre a maior precocidade reprodutiva com os menores níveis de escolaridade e de renda, tanto para homens quanto para mulheres e, nos segmentos mais privilegiados, o recurso ao aborto é mais freqüente.

No entanto, estudos sobre a gravidez começam a tornar visível o fenômeno deste evento entre meninas de 10 a 14 anos de idade, o que chama a atenção para a necessidade do reconhecimento de que engravidar nesta etapa provoca a vivência de um momento distinto daquela que engravida no final da adolescência¹⁹.

Problematizar a experiência da gravidez na adolescência e, conseqüentemente, da maternidade, torna-se crucial nesta dissertação. Se, por um lado, o exercício da maternidade pressupõe certa condição, seja emocional, social e/ou econômica, por outro lado, se estas mulheres entrevistadas também demonstram uma vida inicial sem a vivência da maternagem por conta daqueles com quem conviveram (pais, mães biológicas, mães de criação, tias, madrastras, irmãs de caridade, etc), tornarem-se mães neste período da vida, certamente influenciou na forma com que exerceram a maternidade e a maternagem. As experiências vividas por estas mulheres da maternidade, ainda adolescentes, foram seguidas de outras gravidezes, sem projeto e sem preparo, como se fosse uma contingência imperiosa do “destino

¹⁸ A pesquisa GRAVAD foi elaborada e executada por Maria Luiza Heilborn (IMS/UERJ), Michel Bozon (INED), Estela Aquino (ISC/UFBA) e Daniela Knauth (NUPACS/UFRGS). 2008. www.clam.org.br

¹⁹ Existe sempre a suspeita de que a gravidez de crianças é decorrente de abuso sexual (ECOS, 2004). Em 1996 a Pesquisa Nacional em Demografia e Saúde, mostrou que entre as garotas grávidas atendidas pelo SUS no período de 1993 a 1998, houve aumento de 31% dos casos na idade entre 10 e 14 anos.

feminino”. Sem ter com quem contar para a criação e sustento das crianças as quatro desenvolveram uma responsabilidade gerada pela condição de pobreza e urgência, mas também pela idéia de que são mães, independente de qualquer outra coisa.

Quem pariu Mateus, que o embale.

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

Indagadas sobre que métodos contraceptivos usavam antes da primeira gravidez e quais passaram a usar depois responderam que nenhum. Três é o menor número de filhos entre elas e a gravidez é relatada como tivesse acontecido de “surpresa”. Referem-se à pílula como a única possibilidade contraceptiva, mas três delas seguiram a prescrição medica de não usá-la por diversos motivos.

O médico falou pra mim que as pílulas não adiantavam pra mim não, os comprimidos, ele foi mudando, mudando e não adiantava pra mim. Aí eu não tomei mais.

Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa.

Eu tenho problema de coração, então eu não posso tomar remédio de evitar, entendeu?

Carla, 46 anos, dois filhos com passagem no sistema sócio-educativo.

Eu não podia tomar anticoncepcional, não era porque eu queria engravidar, o método que o médico me ensinou foi do muco do colo, entendeu? E falhou.

Débora, 37 anos, um filho assassinado no DEGASE.

O quadro a seguir mostra as idades em que mulheres tiveram os seus filhos e a idade dos mesmos na ocasião da entrevista. Estão sublinhadas suas idades quando nasceram os filhos que se envolveram com o tráfico de drogas.

Quadro 1. Ciclo reprodutivo das entrevistadas

Idades	Idade das gravidezes	Idade dos filhos
Carla 46 anos	<u>15 anos</u> <u>18 anos</u> 29 anos 31 anos 38 anos (adoção)	30 anos* 27 anos* 16 anos 14 anos 9 anos
Débora 37 anos	<u>19 anos</u> 26 anos 28 anos 29 anos	Morto aos 17 anos 11 anos 9 anos 8 anos
Mara 42 anos	19 anos <u>20 anos</u> 34 anos	27 anos Morto aos 20 anos 14 anos
Sonia 44 anos	11 anos 12 anos 13 anos <u>26 anos (adoção)</u> 29 anos (adoção)	33 anos 32 anos 31 anos 18 anos * 15 anos

*Idade dos filhos envolvidos com atividades ilícitas/tráfico de drogas.

Neste quadro chama à atenção a vivência de maternidade de Sonia. Com três filhas cujo espaçamento de nascimento entre a primeira e a segunda é de um ano e da segunda para a terceira de dois anos adotou um garoto, quando a sua terceira filha tinha 13 anos mesmo vivendo nas ruas. Três anos depois adotou mais um garoto. Não se sabe ao certo o estado legal destas adoções. Quando indagada respondeu que “*ganhou a guarda*” do primeiro e que o segundo foi “*adoção 171*”²⁰. O mais velho destes jovens se envolveu com o tráfico de drogas e, segundo Sonia, o segundo tem “*uma verdadeira obsessão por armas...ele sabe o nome de todas e conhece cada uma pelo barulho dos tiros*”.

Alguns fatos particulares colocaram uma ou outra mãe em um grau mais extremado de vulnerabilidade. A que morava em situação de rua, por exemplo, teve a sua segunda filha praticamente tomada das mãos por uma “patroa” que durante muito tempo a seduziu, segundo

²⁰ Art. 171. Código Penal. Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.

seu próprio depoimento, dando-lhe ora alimento, ora abrigo. Ficando com a garota, enquanto a entrevistada estava na maternidade para ter a terceira filha, recusou-se a devolvê-la. A entrevistada diz ter recorrido à Justiça e, com orgulho revela que, apesar de viver nas ruas, o Juiz a considerou uma “*boa mãe*” e lhe assegurou a guarda da menina.

Aí eu falei: - Ah, mas a minha filha eu não vou dar não. Porque onde cria uma, cria todas. Se eu criei uma na rua, vou criar outra também. ...minha mãe me abandonou quando eu era bebê e eu não vou abandonar a minha filha, minha honra é eu amostrar que eu vou criar a minha filha. ... aí o juiz falou com ela: -“ Olha só, a senhora não tem nenhum direito de tomar a filha dela, só quem tem o direito de tirar a filha dela só uma mãe dela. A mãe dela tem direito de tomar a filha dela. Entrega a filha dela agora. Ela dá a filha dela se ela quiser, se ela não quiser ela não é dada.... o que eu tô vendo aí que a filha dela é criada na rua, mas a filha dela é bem tratada, a filha dela não é mal tratada não, é gordinha, não tem coceira”, – que eu sempre cuidei bem da minha filha na rua – “não tem coceira, não tem nada, a filha dela é bem tratada. Se ela quiser deixar a filha dela com você, ela pode até deixar, vai ser o querer dela.

Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa.

O depoimento acima não desfaz a interpretação de que, pelas condições em que engravidaram, a idade precoce em que iniciaram o exercício da maternidade, não o fizeram de forma a possibilitar para os filhos um “ambiente suficientemente bom”. Pelo contrário, premidas pelas diversas privações desde suas infâncias, exerceram a “maternidade de rotina” como se seguissem uma prescrição.

4.3. A MATERNIDADE DE “ROTINA”

A maternidade enquanto papel social, vivida de forma objetiva e rotineira pelas mães entrevistadas é por elas expressada nas tarefas cotidianas como “*fazer os deveres com eles*”; “*trocar fralda, dar banho*”; “*levar e buscar na escola*”; “*fazer comida, arrumar a casa*”; “*levar para cortar cabelo, limpar os ouvidos, limpar e cortar as unhas*”. Inserem-se também, no “rol”, as atividades ligadas à saúde/doença dos filhos: “*levar ao posto de saúde*”; “*dar vacina*”.

A maternagem fomentada pela psicologia como um cuidado mais sensível e que permeia a relação com os filhos, diante da predisposição materna de criar um ambiente bom o

bastante para que cresçam e se desenvolvam física e psiquicamente, tendo por função atender às necessidades primordiais de *handing* e de *holding* (WINNICOTT, 2005) das crianças, não chega a ser percebida de forma tão contundente na relação inicial entre as mulheres entrevistadas e seus filhos. Não se pode afirmar que não maternaram, mas a idéia que passam é a da incondicionalidade de um amor pelo viés do destino, do sacrifício.

Leva-se a conjecturar que a ausência de maternagem na primeira fase da vida das entrevistadas, a gravidez e a maternidade na adolescência, fez com que a relação estabelecida com seus filhos fosse uma mescla de desconhecimento, naturalização, obrigação, frustração e dificuldade de atender na sua plenitude a maternagem, vista como a possibilidade da atenção e do cuidado “diferenciado” que Winnicott (2005) preconiza como papel principalmente das mães, exatamente o que vem a ser questionado pelo feminismo, isto é, o destino irrefutável para a maternidade e o amor incondicional (BADINTER, 1980).

A “culpa materna” foi expressada pelas entrevistadas como consequência de outros e diversos fatores: terem deixados os filhos ainda crianças, sozinhos em casa, ou sob a responsabilidade de um irmão mais velho, também criança; namorem; usufruírem do lazer “*como os homens fazem*”.

De uma hora pra outra, os meus filhos ficaram perdidos. O que eu fazia era: pagar aluguel, botar comida, chegar meia noite...(...)... eu não via meus filhos mais. Quando eu chegava em casa, eu lembro bem disso, eles estavam dormindo na cama de pé sujo...a cara suja, porque não tinha nem tomado banho.. Quem é que mandava tomar banho? Ninguém.Ou eu tava trabalhando ou tava na farra, fazendo igual o meu marido fazia antes comigo, fazendo como os homens fazem.

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

Ter ensinado os filhos a roubar ou tê-los tratado de forma que agora reconhecem como violenta as fez rever não só a sua relação com os filhos “envolvidos” como a relação com os “filhos não envolvidos”.

Comecei a roubar na rua, roubar no mercado, roubar junto com a minha filha, minha filha ficava segurando a bolsa e eu roubava. A gente saía pra roubar pneu de carro pra vender, roubar no supermercado.... Mas também ensinei ela a roubar...

Sonia, 42 anos, um filho em unidade sócio-educativa.

Sabe, assim, não vou dizer que eu não batia nos meus filhos, que eu vou estar mentindo pra você, agora não bato da forma que eu batia antes. Isso eu aboli, acabou. Os meninos tinham a vida deles, tinham o cantinho deles, tinha a privacidade deles. Tudo isso foi mudando porque eu me separei do pai deles e só queria saber da noite E com isso os meus filhos foi se revoltando, mas eu não fui percebendo, eu não fui percebendo. Porque pros meus filhos também foi uma mudança radical.

Mara, 42anos, um filho assassinado por policiais.

Em uma visão interdisciplinar, opção desta pesquisa, para a compreensão do problema estudado, deve-se considerar os cenários de pobreza, desigualdade e exclusão social e a violência urbana, intensificada pelo tráfico de drogas e pelo quadro de letalidade juvenil, em que estas mães criaram os seus filhos.

4.4. VIOLÊNCIA URBANA, SOLIDÃO E POBREZA: A MATERNIDADE DESAFIADA

As quatro entrevistadas vivenciaram a maternidade dos vários filhos/as em condições de escassez material, aprofundada pela baixa escolaridade e desemprego. As quatro somam 17 filhos. Três entre elas tiveram dois filhos do mesmo pai. Duas têm, cada uma, uma filha criada por outras pessoas e que delas se afastaram. E estas mesmas duas mulheres têm filhos adotivos. Nenhuma das quatro entrevistadas está casada e há muito tempo suas famílias são constituídos por elas, seus filhos e filhas. No caso de uma entrevistada, somam-se os netos.

Estes dados, no nível micro, ilustram os macros dados do IBGE (2003): 18% das famílias são chefiadas por mulheres sem cônjuge, porém com filhos. O percentual de famílias com pessoas de referência do sexo feminino é de 28,8% em 2003, contra 16% em 1981. Do total de 15,3 milhões de famílias chefiadas por mulheres, quase dois terços são monoparentais com filhos.

Os “arranjos familiares” em situação de risco e de maior vulnerabilidade são aqueles chefiados por mulheres sozinhas, cujo empobrecimento crescente das novas gerações tem sido crescente, na medida em que muitas crianças estão sendo criadas, cuidadas e educadas em famílias monoparentais femininas, logo, exclusivamente por mulheres, cuja posição no mercado de trabalho é inquestionavelmente mais desfavorável que a dos homens (LAVINAS e NICOLL 2006). São mulheres, solteiras, separadas, divorciadas ou viúvas, que enfrentam a contingência de constituir um mundo doméstico a partir de outros vínculos que não o conjugal (OLIVEIRA, 1992).

O fato de, estas mulheres, terem baixa escolaridade repercute na dificuldade para encontrar um emprego ou obtenção de renda, uma vez que o grau de escolaridade é um dos determinantes do lugar em que cada indivíduo é inserido – e permanece ou ascende - no mercado de trabalho. As desigualdades de gênero e raça no mercado têm várias dimensões, entre elas, o acesso diferenciado às ocupações. Esse diferencial na inserção ocupacional constitui a segregação ocupacional, que faz com que as mulheres negras (entre elas as quatro entrevistadas) trabalhem em setores e ocupações que tendem a remunerar pior ou gerar menores benefícios, como faxineiras, empregadas domésticas, vendedoras de balas e doces.

Das 1.3 milhões de pessoas na pobreza, 70% são mulheres²¹ (OLIVEIRA e RIBEIRO, 1998). Os estudos sobre a “feminização da pobreza” tem se voltado, principalmente para analisar as famílias chefiadas por mulheres (NOVELLINO, 2004), cujos domicílios com estas características vêm aumentando nos últimos 20 anos, em quase todas as partes do mundo. Comparar-se com mulheres de classe média foi recorrente em três entrevistadas quando questionadas sobre as suas condições de vida. Enfatizam a desigualdade social entre “*mãe de favela*” e “*mãe com dinheiro*”.

A mãe que tem dinheiro é valorizada. O filho que nasce num ventre, de berço de ouro é totalmente diferente de um filho que nasce, às vezes, dentro de uma patrulhinha. De um filho que às vezes nasce num banco de uma praça porque não dá tempo de chegar. Um filho que

²¹ .Human Development Report (1995)

nasce no meio de um corredor de um hospital, é totalmente diferente de você descer na Vieira Souto, ou descer na Avenida Atlântica e ir num hospital, num Copa D'Or ver um nascimento de uma criança de um berço de ouro.

Débora, 37 anos, um filho assassinado no DEGASE.

Alguns argumentos das quatro mães amplificam a idéia do sacrifício, como prova de um papel que exercem e que diferenciam do papel exercidos por mulheres cuja vida não significa tanta escassez, seja de bens materiais, seja de bens simbólicos.

A minha alegria eu acho que é bem maior do que a delas, porque ele já tem tudo e a gente ainda vai lutar pra ter. Então uma mãe que não tem nada, que gera um filho com muito sacrifício pra ter, eu acho que ela tem muito mais valor, aquele que não tem nada. Que não tem um médico pra poder assistir, que não tem um médico pra poder acompanhar no pré-natal. Você vai no pré-natal, a pessoa que vai pra consulta de manhã sai uma hora, duas horas da tarde. A consulta da tarde você sai seis horas da noite. É diferente de quem tem, na sociedade, dinheiro.

Débora, 37 anos, um filho assassinado no DEGASE.

No caso dos filhos em medidas institucionais, também apontam o tratamento diferenciado entre o que seus filhos recebem e os filhos de famílias de outra classe social.

Se é um filho de rico que vai entrar lá é cleptomania, sai dali logo e não passa as humilhações o qual um filho de pobre passa.

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

A dificuldade para a manutenção do lar e a criação dos filhos é uma situação que identifica estas quatro mulheres. A maternidade em uma situação de escassez configura um fenômeno onde geralmente as mulheres estão no núcleo familiar. Pesquisa da UNICEF (2002), sobre adolescentes brasileiros, indicou que o núcleo familiar é composto, predominantemente, por mães (em 87% dos lares), irmãos e irmãs (69%), pai (66%), avós e avôs (14%), tios e tias (13%).

Os grupos domésticos chefiados pelas mulheres entrevistadas se aproximam do conceito de matrifocalidade, isto é, os filhos sempre estiveram sob a responsabilidade das mães. Estas mantêm com os homens, pais ou não de seus filhos, “união visitante”, denominação dada quando a participação masculina não é co-residencial (SCOTT, 1990).

Estas visitas nem sempre significam criação de vínculos, paternidade responsável social ou economicamente.

Hoje, os escassos recursos com os quais sobrevivem são provenientes de faxinas, como o caso de Carla totalizando 120,00 semanais (*“mas não é sempre”*). Mara estava no momento da entrevista trabalhando como agente promotora de Direitos Humanos em organização não Governamental recebendo R\$ 400,00²² mensais, com o salário atrasado e o risco de ser demitida caso o projeto não fosse aprovado por agências de financiamento. Débora vive da pensão que uma das filhas recebe do pai (R\$ 300,00) mais a bolsa família de \$60,00. Sonia sobrevive com empréstimos, compras fiadas de alimentos, venda de doces e balas nas ruas *“quando tem dinheiro para repor a mercadoria”*. Sua renda é impossível de ser definida.

Minha grana é horrível, né, eu não tenho nada, o único benefício que eu tenho é o da bolsa família, da bolsa família ganho 70 reais²³, quer dizer, esse dinheiro que eu vou ganhar, já vou ter que pagar os outros que eu to devendo, lá em casa não tem mais arroz, sem feijão, sem as coisas, ai fica ruim, ai eu desço pra rua e vendo bala, mas é pouca bala, ai tem que repor a mercadoria, e eu não tenho o dinheiro pra repor a mercadoria, entendeu?, pego a mercadoria compro, ai gasto o dinheiro pra comprar as coisas pra ele, prá levar lá no Sistema, ai depois fico dura e fico no zero tudo de novo.

Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa.

4.5. A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A AUSÊNCIA DA FIGURA PATERNA

Além da responsabilidade solitária pela criação e sustento dos filhos as mulheres entrevistadas revelaram que, entre os homens com os quais se relacionaram, encontram-se atitudes não favoráveis a um ambiente saudável tais como, violência de gênero, consumo de álcool e drogas. Estes relacionamentos se manifestaram de forma corrosiva, levando à

²² Cujo salário, no momento da entrevista, estava atrasado há dois meses. Apesar disto, manifestava sentimento de gratidão e dívida para com a organização, pois esta lhe *“adiantou dinheiro”* para as despesas do enterro do seu filho.

²³ Em uma das entrevistas Sonia informou que havia perdido a referida bolsa, uma vez que o seu filho não estava frequentando a escola, condição para manutenção do benefício.

formulação de hipótese de que comportamentos violentos no lar podem influir no comportamento dos filhos e do seu envolvimento com atividades ilícitas/tráfico de drogas.

Um homem que entrou dentro de casa, que entrava drogado, batia na mãe deles, esculachava a mãe deles. Eu ficava nervosa e brigava com eles, batia neles...Os vizinhos chamavam a polícia. Era aquele horror todo. Coisa que eles nunca viveram com o pai quer dizer... e aí eles foram se modificando e eu não percebi isso.

Mara, 44 anos, um filho assassinado por policiais

Apenas uma entrevistada falou em amor como o sentimento que dedicou a um dos homens com o qual manteve relação de conjugalidade. Outra falou em paixão, como algo inconseqüente. Segundo seus depoimentos, os motivos dos seus casamentos ou uniões de características diversas aconteceram por uma série de fatores: sair de casa e do julgo paterno; sair de perto do pai alcoólatra; ter alguém que lhe desse alimento; ser muito criança para exercer este tipo de escolha; ter um pai para os filhos que tinham sido abandonados por seus pais legítimos; simplesmente “juntaram”; melhoria das condições de vida; sair da solidão.

Eu tive filho desde cedo porque eu me sentia muito só, também eu me sentia sozinha no mundo, porque eu já tinha perdido todo mundo.

Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa

Nas histórias de vida das mulheres entrevistadas, ressaltam-se inúmeras relações vividas, caracterizando-se ou não como “relação doméstica”. Os grupos domésticos – ou tentativas – vividos por três mulheres entrevistadas transformavam-se rápida e constantemente. Apenas Mara conviveu com o marido (casamento “oficializado” e pai dos dois primeiros filhos) durante 13 anos, período maior do que as uniões vividas pelas outras entrevistadas e, segundo ela “foi um bom pai até a separação”. Mesmo com esta experiência, o relacionamento com outro homem com o qual teve o terceiro filho, colocou em risco a sua relação seja com este filho seja com os outros dois.

Eu vivi para correr atrás daquele homem e larguei meu filho. E aí não larguei dois, larguei três. Porque quem criava o pequenininho era os dois. ...eu não, não... não tomava conta de filho mais. Eu só vivia correndo atrás desse homem pra cima e pra baixo, pelas favelas. Coisa que eu nunca vivi na minha vida. Tinha que entrar em favela, de madrugada, pra pegar esse

homem. Tinha que vim pra Cantagalo. Sair do Riachuelo e vim pro Cantagalo caçar esse homem de madrugada. Vinha pro Pavão-Pavãozinho caçar esse homem de madrugada. Então foi um inferno.

Mara, 42anos, um filho assassinado por policiais.

Sonia viveu entre as ruas e casarões abandonados, mas a precariedade da convivência com certos “companheiros”, ladrões e traficantes, não configurou um lar. Débora disse ter se casado pela segunda vez para dar um pai para o primeiro filho. Este rapaz foi assassinado por ter sido “*confundido com bandido*”. Em seguida juntou-se a um terceiro homem com quem teve duas meninas. Revela sua opção por viver sozinha, pois tem receio de que homens na sua casa possam “*importunar as meninas*”.

Segundo Salem (2006), a dinâmica das relações de gênero nas classes populares exacerba a tendência dos homens para a impermanência, mas há também, para a referida autora, o entendimento de que de um modo ou de outro, as mães dos seus filhos ou familiares se co-responsabilizarão. Sendo assim, a impermanência masculina se apóia na permanência feminina e/ou na sua rede de apoio. No entanto, este não tem sido o caso das quatro entrevistadas, que não receberam apoio de nenhum membro feminino da família. Uma delas, por exemplo, teve ajuda financeira de uma empresária “invisível” que, ao ler um jornal onde trazia depoimentos do seu filho sobre as condições da unidade onde cumpria medida sócio-educativa (posteriormente assassinado por agentes desta mesma unidade) depositou, durante um determinado período, uma quantia na sua conta bancária, desde que fosse guardado sigilo. Mara conta que apenas uma vez apelou à uma amiga empréstimo de dinheiro: o seu filho foi seqüestrado pela polícia que, através de incontáveis telefonemas, lhe extorquiou para libertar o jovem.

As experiências destas mulheres com o exercício da maternidade têm a característica da solidão ou de uma vida cuja relação com os homens, pais ou não e seus filhos, foi extremamente conflituosa. Se, em alguns casos, houve ausência da figura paterna, em outros casos aconteceu da parte dos homens com quem conviveram – pais ou não dos seus filhos - o

consumo de drogas e/ou a participação em atividades ilícitas (roubos, tráfico de drogas, assaltos a bancos, seqüestro do próprio filho, violência de gênero).

Apenas uma delas viveu relacionamento com um homem que para o perfil dos demais era “*bem sucedido*”. No entanto, ao separar-se dele não teve apoio financeiro. Quando o filho dos dois se envolveu com roubos e tráfico de drogas, e foi inúmeras vezes internado no DEGASE, não lhe deu nenhuma atenção, indo apenas uma vez visitá-lo.

Casos de violência de gênero – tanto moral quanto física e psicológica– são fatos na vida de duas destas mulheres. Incluindo-se o exemplo dramático da mulher que teve a sua infância e adolescência nas ruas. Além de ser violentada na perspectiva física, moral e sexual foi “obrigada” por mais de um “companheiro” (ela questiona o sentido da palavra companheiro) a consumir e traficar drogas.

Não, companheiro não. Eram uns home tudo esquisito, uns home que não queria compromisso, nada com a vida. Sentia que eles só queria me explorar, entendeu? Que eu tinha que trabalhar, às vezes, botar coisas pra dentro de casa, não chegava nenhum pra me ajudar, me dar apoio. E quando vinham em casa eles nunca chegava com dinheiro, e sempre era o meu dinheiro que era dentro de casa. Eu e minha filha que vendia bala, e o dele nada.

Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa.

O outro caso refere-se à relação de uma delas com um homem de temperamento extremamente violento, Além de espancá-la diversas vezes, lhe jogou álcool pelo corpo riscando um fósforo. Com queimaduras de primeiro grau, ficou enfaixada por seis meses tendo que ir ao serviço de saúde inclusive para tomar banho. As queimaduras deixaram várias cicatrizes no seu corpo. Em outro momento juntou-se a um terceiro homem, que se por um lado, contribuiu com a economia doméstica, além de dependente de cocaína, também a espancou muito.

Os filhos não foram poupados. Em um dos casos, para que o filho adolescente – que já tinha arma em casa – não matasse o agressor, uma das entrevistadas revelou ter “*apanhado calada*”.

E aí começou outro inferno na minha vida porque eu não queria deixar que o meu filho percebesse porque eu sabia que ia matar ele. Meu filho já tava um homem armado, não era mais uma criancinha não. Era um homem armado com dezenove anos na cara, ia matar ele. Esse homem me batia dentro do quarto e eu apanhava calada, pra não fazer escândalo, pra não acordar o meu filho. Uma vez ele escutou, pegou ele, quase o matou, botou o revólver na cabeça dele, eu fiquei doida. Como é que eu ia permitir meu filho matar uma pessoa?

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

Agravada no cenário da violência urbana, a violência de gênero que tem entre suas tipificações a violência sexual, a violência doméstica, pode acontecer em relação a qualquer membro da família. No entanto, aqui está se abordando sobre a violência masculina contra o gênero feminino de alta incidência e severidade quando comparada com a violência praticada por mulheres contra homens (BERGER e GIFFIN, 2005)²⁴, problema ainda não pesquisado no Brasil, o que não permite contrapor os dados. Deve-se considerar a complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres e o lugar que ocupa em uma rede de violência maior ou estrutural, não se perdendo de vista sua interseção com outros fatores determinantes, “*gramáticas sociais*”, ou “*sistemas de mediação social*”, como classe social, raça/etnia, as leis e representações sociais (BERGER e GIFFIN, 2005), ou como um sistema de interseção de gênero, raça e classe social (CRENSHAW, 2004).

Para SOARES (2006), a violência doméstica dos homens contra as mulheres, pode ser um elemento deflagrador de revolta dos filhos e de envolvimento com situações de agressão e de violência. Pode ser um demonstrativo da força que tem o padrão familiar enquanto transmissor de comportamentos para os filhos, como o consumo de substâncias psicoativas, e o envolvimento em atos ilegais (HORTA, HORTA e PINHEIRO, 2006). Duas entrevistadas que foram violentadas, por homens, revelaram ter, em um determinado momento, receado

²⁴ Em relação ao país, o resultado mais recente, produto das estatísticas das 267 DEAMs – Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher - identificou como o crime mais denunciado pelas mulheres, a violência física tipificada por lesão corporal. Outro levantamento informa que, em 2005, foram recebidos pela Central de Atendimento à Mulher²⁴, 20.385 denúncias: 94% relacionadas à violência doméstica e familiar; 73% causadas pelo cônjuge. Entre os agressores 57% usam substâncias psicoativas (SPM, 2007).

agressão dos filhos envolvidos em atividades ilícitas, contra elas, o que sugere o receio – e hipótese – da reprodução da violência de gênero.

Retomando a trama encenada pelas mães de filhos envolvidos com o tráfico de drogas, há uma idéia no senso comum de que são famílias “desestruturadas”. No entanto, Feffermann (2006) alerta para o fato de que esta também pode ser uma justificativa para imputar a estas famílias, oprimidas pelas condições sócio-econômicas em que vivem uma responsabilidade que não lhes pertence apenas. Em todas as camadas sociais as famílias vivem conflitos, crises, um maior ou menor equilíbrio entre seus componentes. No entanto, o conceito de família desestruturada é parte de muitos discursos que, ideologicamente, afirmam que a família de classes populares, por princípio, assim se caracteriza.

A ausência da figura paterna é um dado significativo na história dos filhos das entrevistadas. Sob o ponto de vista de uma das mães (Mara), mesmo que separadas dos pais dos seus filhos, mesmo que estes pais consumam drogas ou se envolvam em “terrenos pantanosos”, não estabelecendo nenhum tipo de relacionamento com os filhos, a sua simples presença– “*mesmo drogado*” – teria sido mais importante para o jovem do que o abandono.

Esse, o pai do meu menino nunca me apoiou em nada, nunca procurou reconhecer (registrar) o filho ... esse, o pai do meu menino, não foi um amor que nós tivemos, calhou de eu engravidar, entendeu? nunca me apoiou em nada, nunca procurou reconhecer o filho, queria reconhecer quando o menino já estava com 10 para 11 anos, entendeu, aí também, meu filho, já não quis reconhecer ele, e também nunca gostou dele também.

Carla, 46 anos, dois filhos com passagem em unidade sócio-educativa.

Na literatura pesquisada (EIZIRIK e BERGMANN, 2004; MUZA, 1998; MASON, 1994; PFIFFNER, 2001; PASCHALL, 2003) explora-se a relação entre a ausência da figura paterna e atos delinquentes, entendidos como causados pela dificuldade dos pais estabelecerem limites ou dos jovens filhos de reconhecer estes limites e de aprender regras de convivência social. A ausência paterna incidiria em um vazio, expressado em auto-desvalorização, sentimentos de culpa, tristeza e melancolia, até agressividade e violência

(EIZIRIK e BERGMANN, 2004; FERRARI, 2004). Em relação ao que estes autores falam sobre a tendência “antissocial” de filhos cuja figura paterna está ausente vale ressaltar que as entrevistadas tiveram, no mínimo, três filhos. Cada uma teve um filho que se envolveu em atividades ilícitas. Apenas Carla teve dois filhos envolvidos, cada um com uma passagem pelo DEGASE.

A presença do “homem da casa”, mesmo não sendo o pai, faz com que reverências a autoridade masculina se façam nos grupos familiares. Segundo esta perspectiva (SARTI, 1995), embora muitas unidades domésticas das mulheres entrevistadas possam ser definidas como matrifocais, não necessariamente se altera o padrão de autoridade, consubstanciada na figura masculina, que pode ser transferida para um parente consanguíneo, pai, irmão ou filho, ou um homem com o qual se associam e que não são os pais dos seus filhos.

Além da questão econômica a paternidade toma contornos subjetivos pela impregnação do significado que a sociedade brasileira, de raiz patriarcal, dá ao “nome do pai” no registro de nascimento. Uma das entrevistadas ao falar sobre relacionamentos posteriores, apesar da decepção com o primeiro homem do qual teve um filho, acha que o que mais importava – e por isto se casava com outros homens independentemente do sentimento - era que o seu filho tivesse um pai e, melhor ainda seria de lhe desse o seu nome.

Uma das filhas de Sonia entrevistada foi registrada por um homem, que não era o seu pai, mas é motivo de orgulho para esta mãe.

A primeira filha não é registrada com o nome dele, só com o meu nome, o nome dele não, porque ele nem quis registrar....pelo menos a terceira foi registrada, mesmo que não seja o pai biológico esta tem um nome.

Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa

Ao saber – ainda grávida - que o pai do seu primeiro filho era ligado a atividades criminosas, Débora diz ter se separado, registrando o filho apenas em seu nome. Não ter este

nome na certidão de nascimento, não ser “reconhecido” pelo pai, pode ter sido, segundo ela, o motivo pelo qual o seu filho se envolveu com roubos, experimentando repetidas entradas no sistema sócio-educativo.

Ele sabia que ele ia ter a recaída, porque ele sabia? porque todas as passagem dele, todos os relato pelo sistema, pela psicóloga, pela atendente que assistia ele, a assistente social, o relato dele sempre foi o mesmo, que o desejo era de conhecer o pai, que o pai morava nos Estados Unidos e ele ia conseguir dinheiro pra poder ir pra lá.

Débora, 37 anos, um filho assassinado no DEGASE.

Há também certa tensão relacionada à ausência da figura paterna e o que isto pode significar para o binômio mãe-filho.

Eu ate achava que meu filho não gostava de mim, ele se preocupava muito com o pai dele ...pra mim não dava muito valor. Porque por mais que a minha presença estava ali, ele não queria somente a minha presença, ele queria a presença do pai....Se transformou um problema porque ele se sentiu rejeitado. E eu não podia como mãe, suprir a necessidade de pai, eu queria ser pai e mãe dele, mas infelizmente não podia.

Débora, 37 anos, um filho assassinado no DEGASE.

Pesquisa ²⁵ realizada com o objetivo de analisar processos que tramitam na Justiça Gratuita na Comarca do Rio de Janeiro, para a realização do teste de DNA categoriza três discursos referentes à paternidade: 1) o que diz respeito à genetização do parentesco, ou seja, a concepção de que elos parentais emergem de ramificações biológicas; 2) o que trata dos princípios constitucionais da “doutrina da proteção integral de crianças e adolescentes” e do “reconhecimento do estado de filiação” como fundamentos para o “direito de identidade pessoal”; 3) o que versa sobre o significado simbólico da posse do “nome do pai” em nossa cultura. O estudo conclui que *“a parentalidade e sua genetização participam da engrenagem da construção dos “jogos de verdade” que compõem os processos de subjetivação na sociedade brasileira. Jogos estes que incluem o “nome do pai” enquanto senha obrigatória, e almejada, em um regime discursivo cuja hegemonia funda-se na figura masculina”*. (RINALDI e BARRETO, 2008).

²⁵ Cujos resultados foram apresentados em Seminário.

Para dar visibilidade ao referido “jogo de verdades” a tabela que segue demonstra com o que os filhos das mulheres entrevistadas podem contar proveniente da figura paterna.

Quadro 2.

Responsabilidade das mães X irresponsabilidade dos pais na vida dos filhos

Mães	Pais	No. de filhos com o mesmo pai	Apoio da figura paterna	Condição atual da entrevistada
Carla	Pai 1 Pai 2 Pai 3	1 filho 2 filhas 1 filho	Nenhum Nenhum Nenhum	Solteira Faxineira
Débora	Pai 1 Pai 2 Pai 3	1 filho 1 filha 2 filhos	Nenhum Pensão do pai Nenhum	Solteira Desempregada Bolsa família ²⁶
Mara	Pai 1 Pai 2	2 filhos 1 filho	Nenhum Nenhum	Solteira Desempregada
Sonia	Pai 1 Pai 2 Pai 3	2 filhos 1 filhos 2 filhos adotivos	Nenhum Nenhum Figuras paternas desconhecidas	Solteira Vendedora de balas nas ruas

Nas famílias estudadas, os pais legítimos não assumiram os filhos, não os registrando ou não os provendo com moradia, alimento, escola, medicamentos, visitas nos espaços de internação sócio-educativa, o que leva à exacerbação da função social da maternidade, cuja escassez econômica as coloca em uma situação de extrema dificuldade.

Eu não me sinto obrigada não, Deus me deu, então eu tenho que fazer por onde, se Deus me deu, Deus sabe, e me deu competência pra criar eles. A única coisa que eu falo, quem não tiver um marido, não tem filho não, porque tem que ter muita disposição pra bancar. Não é pra qualquer um, senão não banca não.

Carla, 46 anos, dois filhos com passagem no sistema sócio-educativo

²⁶ Bolsa Família - Programa Federal de transferências condicionadas de renda. Chegou ao Rio de Janeiro em 2006, através da Secretaria Municipal de Assistência Social. Destinada a pessoas em situação de pobreza com renda per capita mensal de até R\$100 ou de extrema pobreza, com renda per capita de até R\$50. O valor da bolsa pode variar de R\$40 a R\$125. O número de filhos e a renda per capita são levados em consideração para a definição do valor concedido pelo Governo Federal. Foi expandida para as famílias com filhos de 15 a 17 anos.

Nem a mãe que já roubou e fez tráfico de drogas e viveu com homens praticantes de roubos e tráfico de drogas, nem as outras três que se envolveram com homens que consumiam muita droga e/ou traficavam, conjecturam qualquer relação direta entre estes dados e o envolvimento dos seus filhos, que a tudo assistiram. Não relacionam as suas atitudes ou estilos de vida nem as atitudes do referidos homens com o envolvimento dos filhos nas atividades ilícitas/tráfico de drogas. No entanto, assumem a culpa por não terem “escolhido certo” o pai ou qualquer homem com o qual tenham se relacionado.

Fato curioso relatado por uma das mães entrevistadas é a participação de dois padrastos nas visitas aos adolescentes em uma das unidades sócio-educativas, o que, segundo ela, “*encanta as mães*” (Mara, 42 anos, mãe de jovem assassinado por policiais).

Deve-se considerar, pois é fundamental não incorrer em generalizações, que em uma mesma família podem existir filhos que não se envolvem com comportamentos infratores, tenham ou não a figura paterna presente, o que esta pesquisa confirmou.

4.6. A SITUAÇÃO-LIMITE DO ENVOLVIMENTO DOS FILHOS EM ATIVIDADES ILÍCITAS/TRÁFICO DE DROGAS

Responsáveis únicas pelos seus filhos receberam a notícia – vinda das delegacias, dos centros de triagem de menores infratores, da polícia, de moradores da comunidade - de que estavam praticando atividades ilícitas/tráfico de drogas, configurando-se a densidade de uma situação-limite que solitariamente começaram a percorrer, o que torna ainda mais dramática as suas vidas por somar à situação de pobreza e solidão, associada à dificuldade para acompanhar as trajetórias destes filhos e dos que “não se envolveram”.

Era meio-dia quando a detetive da 23ª do Méier me ligou “Boa tarde. Dona Mara?” - Sou eu. - “Aqui é detetive tal da 23ª. Eu estou aqui com o seu filho Ricardo”. - Ah! E aí? - “O seu filho está preso aqui”. - Preso? Como preso? Não, meu filho não. Não pode tá preso, tá saindo da escola. A senhora tá enganada. — “Não, eu não to enganada. O seu filho tá preso porque ele

cometeu um roubo e ele tá preso. Eu quero que a senhora venha até aqui porque ele é menor.” - Não, a senhora tá enganada. É claro que a senhora tá enganada. Aí bati o telefone. Daqui a pouco a mulher me liga de novo. “Oh, Dona Mara, eu estou falando sério. O seu filho tá preso e a senhora tem que vim aqui”. Gente, o meu filho preso? Como o meu filho preso?

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

O filho de Débora iniciou o envolvimento nas atividades ilícitas furtando carteiras e celulares, este último para revenda. O filho de Mara iniciou roubando carros, passando desta atividade para a participação no tráfico de drogas, inicialmente na comunidade vizinha à sua moradia e, posteriormente, em outra comunidade mais distante, quando assumiu o posto de “gerente”²⁷. Segundo sua análise o jovem foi socializado para o tráfico de drogas nas suas passagens pelo DEGASE – Sistema Sócio-Educativo.

Só se envolveu com o tráfico depois que entrou pra dentro do DEGASE, porque até então era só carro, né? Ele só foi pegar o conhecimento, o aprendizado, porque para ser do tráfico tem que ter não só o conhecimento, mas o aprendizado, mesmo que seja mínimo, dentro do DEGASE. Ali sim é uma escola. Até ele conseguir, já quase no fim da vida dele, a liderança de um morro.

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

O filho de Sonia iniciou no tráfico como “*fogueteiro*”²⁸, experimentando também a função de “*avião*”²⁹, o que desde cedo se tornou visível para a sua mãe.

Eu cheguei do serviço, tô vendo ele num lugar lá onde ficava os *fogueteiros*, aí perguntei pra ele, “o que você tá fazendo aí”? “Nada não, nada não”. “Não, você está fazendo alguma coisa, eu falei com você né?” “Pode deixar, quando eu sair, eu vou passar lá em casa, vou pegar minha roupa e vou sair”. Aí eu falei, “é contigo mesmo! Traficante e *fogueteiro* dentro da minha casa eu não quero! Que eu luto muito pra ter ela, pra você fazer uma coisa dessas.

Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa.

Os dois filhos de Carla se envolveram em situações que, segundo ela, não foi intencional, ou foram “levados” por terceiros.

Ele teve no sistema, ele teve no sistema, ele foi preso por causa desse rapaz entendeu? Porque esse rapaz tinha uma esposa, uma menina bonita, e ele, quando soube que essa ex mulher dele

²⁷ Gerente = responsável pelo ponto e coordenação do negócio.

²⁸ Fogueteiro = responsável por avisar, soltando foguetes, a entrada de policiais na favela ou integrantes da facção rival.

²⁹ Avião = responsável pela entrega da droga ao consumidor

tava se prostituindo, ele veio aqui no Catete buscar ela, e meu filho tava junto. Só que como ele agrediu ela, ficou como seqüestro. Ai meu filho foi preso, só que ela inocentou meu filho, ai meu filho ficou 5 meses e ele ficou 6 meses.

Carla, 46 anos, dois filhos com passagem no sistema sócio-educativo.

O uso de arma pelos filhos de duas mulheres entrevistadas é um diferencial importante, uma vez que a arma em suas casas coloca em risco os demais membros da família, além de agravar mais ainda a situação quando realizam o roubo ou o tráfico de drogas. Para estas mães esta constatação é terrível. A arma é o símbolo de que talvez o irremediável esteja acontecendo. A situação-limite pode ser ter um “filho armado” e, mais grave ainda, se esta arma também foi roubada ou se devem a quem a “alugou”.

E filho armado bandido é. Com quinze anos ele começou a cometer os primeiros atos de roubar carro. Aí saiu pra roubar com uma arma, deu volta numa arma, quer dizer, perdeu a arma pro polícia. Aí o cara que deu a arma ficou cobrando.

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

Nos relatos das quatro entrevistadas percebe-se que, a partir do momento em que tomaram conhecimento de que o “filho real”, isto é, o filho que se envolve em atividades ilegais, que correm risco de vida cotidianamente, não correspondeu ao “filho ideal” (BARBOSA, CHAUD e GOMES, 2008), as suas vidas mudaram, passando esta situação a ser o foco, senão privilegiado, pelo menos prioritário das suas vidas. Filho “ideal” é aquele que estuda, trabalha, ajuda trazendo dinheiro para casa, o oposto do filho infrator, em conflito com a lei ou cumprindo medidas sócio-educativas, um exemplo ameaçador para os irmãos. Mas também é o que demanda mais preocupação, mais cuidados, desafiando a maternagem.

Os adolescentes se tornam infratores³⁰, sob o ponto de vista materno, pelos seguintes motivos: aquisição de bens de consumo, conquistar mulheres, influência de outros jovens na própria comunidade. Em geral, os autores enfocam o lado econômico, institucional, as políticas

³⁰ Adolescente infrator é o termo classificatório ou identificatório utilizado após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em substituição ao termo delinquente, usado nos Estados Unidos. No entanto, os promotores dos Direitos Humanos e do próprio Estatuto usam a classificação de *adolescentes em conflitos com a lei*, pois implica em uma condição temporária (está em conflito) e não uma condição permanente, como no caso do termo *adolescente infrator* (GALLO e WILLIAMS, 2005).

públicas, as drogas, e mesmo o aspecto pessoal, como alguns recursos para explicar este fenômeno social de drásticas dimensões (FEIJÓ e ASSIS, 2004).

Em uma perspectiva de gênero consideram que “*os meninos são mais teleguiados que as meninas*”, isto é, cedem mais facilmente a cooptação ou a atração por este meio de vida. Carla mescla questão de índole com inocência.

É a índole da pessoa, é a índole, porque, o meu filho mais velho entrou nessa como eu falo pra ele até hoje, de “bucha”... eu sabia que você tinha entrado inocente, por isso que eu fui te visitar, mas a próxima vez, você errar, você entrar, meu filho não conta comigo! (brava) Não conta comigo, sabe por que? Se você erra, e eu for te visitar, você vai persistir no erro. A maioria entra porque quer mesmo. Ninguém é obrigado a entrar em boca de fumo.

Carla, 46 anos, dois filhos com passagem no sistema sócio-educativo.

Conquistar mulheres é motivo alegado por três mães, de certa forma associado a status ou “reconhecimento” destes jovens e suas atividades ilícitas pelo “grupo feminino”.

A gente que mora em comunidade, a gente vê, às vezes, tem um garoto, ele pode ser até bonitinho, mas menina nenhuma quer nada com ele, mas se o menino for ali, botar uma pistola na cintura, e voltar, chove! Isso aí é verdade, não é mentira.

Carla, 46 anos, dois filhos com passagem no sistema sócio-educativo.

E aí começou a dar muito trabalho por conta de mulher.

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

Quando o Wallace tava na “boca”, ele tinha um montão de mulher dando em cima dele, as mulher voava, entendeu? Voava em cima dele.

Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa.

Outro forte motivo, ou um motivo que sempre associam aos outros já abordados, refere-se a aquisição de objetos de consumo desde alimentos, como “*frequentar lanchonetes para comer hambúrguer*”; a aquisição de “*roupas de marca*”, e de “*sandálias Kenner*” (símbolo importante de consumo entre os filhos de três entrevistadas); e frequentar *lan house*.

Aí eu perguntei pra ele: - Mas Wellington, qual o motivo que você tá se envolvendo na boca? – Ah, porque eu quero comprar um tênis pra mim... todo mundo tá com tênis novo, tá com Kenner .Olha, eu acho em primeiro lugar, o negócio de roupa, né? Ah, é um jeito deles

mesmo, né? Eles vê as vagabundagem tudo com sandália Kenner. Aí eles acha também que tem que usar....

Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa.

Além de destacarem estes símbolos, vale pontuar a existência de modos de vida marcadamente atravessados por necessidades de consumo de todo o gênero, desde as mais básicas e elementares.

Eu acho também, que às vezes eles querem comer alguma coisa e a gente não tem, às vezes o máximo que a gente pode dar é um arroz e um feijão. (...) O Wellington grita comigo porque não tem um biscoito, não tem uma fruta, não tem um lanche.

Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa.

Nenhuma das mães afirmou que o envolvimento dos filhos nas atividades ilícitas/tráfico de drogas foi causado pela necessidade de ajudá-las ou para contribuir com os gastos em casa, e as quatro negaram usufruir do dinheiro proveniente dos furtos ou do tráfico de drogas.

As mães sentem-se alvo de uma cobrança social muito intensa. Na idéia da incondicionalidade, o sentimento materno é colocado à prova. Pelos filhos, por elas próprias e pela sociedade. Desde o marco divisor – descoberta do envolvimento dos filhos em atividades ilícitas/tráfico de drogas - que não é possibilidade apenas dos jovens pobres, mas é entre eles que acontece na maioria das vezes - a vida das entrevistadas passou a seguir uma rotina de medo, seja das facções do tráfico; seja da repressão policial; do tratamento dispensado aos seus filhos nas unidades de medidas sócio-educativas; das reincidências, e, mais recentemente, das milícias³¹. Um medo projetado destas mães, já que seus filhos são adolescentes, é que continuem envolvidos nas atividades ilícitas/tráfico de drogas na maioridade, o que tem implicações consideradas mais graves, como prisões.

³¹ As primeiras milícias, que começaram a atuar em Jacarepaguá (Zona Norte) sempre com a participação de policiais, tinham como principal inimigo o tráfico de drogas. Expulsam os traficantes e, em troca de “segurança”, cobram taxas dos moradores. O “modelo”, criado na década de 1990, se expandiu para outras favelas da cidade. Atualmente, com seu crescimento, os grupos (paramilitares) disputam entre si o controle das regiões. Na esteira do poder territorial e dos lucros, veio o poder político, alguns se tornando vereadores e deputados.(O GLOBO, 10/03/2009).

Olha, você hoje está completando dezoito anos, eu só quero que você se ligue no seguinte, porque a partir de agora você não é mais um adolescente, é maior de idade, você já pega

DESIPE, cadeia, Bangu um, dois, três, aquele complexo todo, você já pega aquilo.
Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

Enquanto em medida sócio-educativa você tem a mãe que protege, na cadeia você terá o pai que é o Estado e maltrata.

Débora, 37 anos, um filho assassinado no DEGASE.

Mas o maior medo que sentem, a partir do momento em que descobrem que os filhos estão envolvidos, principalmente no tráfico de drogas, é o medo da morte dos mesmos, o ápice desta situação-limite. O que aconteceu com duas delas (Mara e Débora) confirmando, de certa forma, a “morte anunciada” ou ,como aconteceu com o filho de Sonia, participação em mortes de outros jovens.

Ele ficava com 5 cargas de cocaína com ele, ele tinha um amigo, ai ele pegou essas cargas e deu pra esse garoto vender, porque esse garoto também tava devendo a boca, que ele pegou o dinheiro da boca e “cracou” o dinheiro todinho, comprou crak. E os caras já estavam de olho nele. Ai o amigo dele roubou a carga toda, os caras fez a cobrança ao Wallace, né, os caras levaram eles todos lá pra trás, né, ai ficou “desenrolando”, eu nem sabia de nada, depois que “nego” me contou, que ele estava lá atrás pra morrer, ai, eu fui lá correndo, quando eu cheguei lá, eu conversei com os caras lá, ai os caras, explicaram que ele tinha vacilado, que ele tinha dado carga na mão do rapaz lá, e o amigo dele, disse que perdeu,disse que roubaram, mas eles estavam desconfiados que eles “cracaram” tudo... ai eu tive que “avançar” lá, ai os caras mataram o amigo dele lá, na frente dele, e queriam obrigar ele a puxar o corpo e queimar, eu disse que ele não ia queimar, ai fiquei brigando com os caras lá, arrumando problema, ai os caras foram, pegaram ele, deu uns “paus” nele lá, quebrou ele todinho.

Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa.

Com a descoberta do envolvimento do filho em atividades ilícitas, sendo o tráfico de drogas o que mais as ameaça iniciam então uma “via sacra”, às vezes penitente, para estarem ao seu lado, quadro por quadro neste ciclo de situação-limite que, gradativamente se amplia.

Naquela luta com o meu filho preso. E aí foi um outro sofrimento. Porque assim, na minha vida, pra falar a verdade, teve três momentos. Claro que esse momento foi muito pior, esse foi o pior de todos, o terceiro momento pior da vida, quando o meu filho ingressou pro lado do crime. E quando ele foi preso eu fiquei maluca porque eu não tinha noção nenhuma, as pessoas me jogavam de um lado pro outro. Eu nem sabia que tinha esse negócio de adolescente e maior, que tinha uma separação. Na minha cabeça meu filho tava preso com

todo mundo. E aí a primeira vez, realmente, eu não posso falar não entendia de nada de social. Não sabia que isso existia. Eu fiquei foi muito nervosa, muito desesperada.
Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

Segundo pesquisa com “jovens infratores”, as mães são tratadas com deferência, são as pessoas em que podem confiar. A preocupação de não magoá-las é constante, mas isto não os impede de continuar cometendo transgressões. A mãe representa continência e proteção. Algumas sabem que o filho está no tráfico e fazem tudo para que ele abandone esta atividade. Quando o jovem está devendo dinheiro, são elas que procuram a forma para pagar os traficantes. Se o jovem é preso, são elas que procuram advogado, caso o tráfico não o faça. Em várias circunstâncias arriscam a própria vida para encontrar os filhos. (FEFFERMANN, 2006).

Outros autores (ATHAÍDE e MVBILL, 2006)³² expressam a força da relação das “mães dos falcões”, como são também chamados os jovens envolvidos no tráfico de drogas, com os seus filhos: *“mulheres que nunca aceitaram que seus filhos se tornassem “foras-da-lei”, mas também nunca acreditaram que as leis, no Brasil, foram criadas para defender seus direitos mais básicos, a subsistência de suas famílias, a educação dos seus filhos”*

Vendo na perspectiva da exclusão social e das desigualdades, os próprios sujeitos que ameaçam as mães receosas do envolvimento dos filhos da rede do tráfico de drogas, ou sejam, os traficantes, em alguns momentos podem ser a possibilidade de ajuda e de estabelecimentos de dívidas e dádivas. A força moral que emana do status de alguns moradores – mães e evangélicos, em especial – impõem “respeito” aos traficantes permitindo-lhes obter, assim, certa “imunidade” em relação à arbitrariedade violenta das suas ações. Estas “vantagens” podem ser usadas para tentar livrar ou reduzir a punição de familiares ou amigos com sucesso variável (SILVA, 2000). Duas entre estas mães revelaram ter recorrido ao *“pessoal do*

³² Em 2005, foi apresentado ao país um documentário denominado *Falcão – Os Meninos do Tráfico*. Em seguida, os seus diretores (ATHAÍDE e MVBILL, 2006)³², lançaram o livro com o mesmo título, um relato dos bastidores da produção sobre o universo dos meninos que trabalham no tráfico de drogas (os falcões) em diversas cidades do país. O livro é dedicado ao único sobrevivente e especialmente às mães. Entre a realização do documentário e do livro, e o lançamento dos mesmos, 16 destes jovens foram assassinados.

tráfico”, por motivos diferentes: uma para que “ele” conversasse com o seu filho e o impedisse de fazer parte do tráfico (este mesmo traficante, segundo ela, “*não quer isto de jeito nenhum para o filho dele*”); e a outra para que não convocassem o seu filho para a execução de outro jovem. A terceira recorda da ocasião em que o seu filho ainda bem criança estava passando mal com problemas de bronquite e não obtendo ajuda de ninguém, não tendo uma unidade de saúde na comunidade, recorreu a um determinado traficante solicitando ajuda, no que foi correspondida. Neste sentido, paga a dívida permitindo que a sua casa, em momentos de confronto entre facções, sirva de esconderijo.

Na ocasião do meu filho quando ele ficou doente, eu tive essa ajuda sim. Só que eu não quis manter ajuda pra não ficar devendo favores a ninguém, porque eu morava sozinha, num barraco, com meu filho, e eu sei que normalmente quando eles precisam eles sempre vão querer correr, polícia chega na comunidade quebrando tudo então, no momento que eles precisassem de mim eu ia ter que ajudar. E foi de fato o que aconteceu. Um dos rapazes que me ajudou, numa ocasião que tinha uma blitz policial na comunidade, correu pra minha casa. Eu não pude fechar a porta, porque quando eu precisei também, ele me ajudou.

Débora, 37 anos, um filho assassinado no DEGASE.

Para autores (EMUTH e BROWN, 2004) o acompanhamento dos filhos e punições (controle direto) são elementos necessários para evitar o seu envolvimento com a delinquência, e defendem como fundamental que viva com pais e mães juntos. No entanto, dizem ser a afetividade (controle indireto) mais importante que a punição. Sugerem que seja trabalhada com os filhos, no âmbito familiar, a perspectiva da consciência (controle internalizado) sobre os seus próprios atos e conseqüências.

Em relação ao controle direto, uma das entrevistadas tentou esta estratégia de diversas formas e desde a infância do seu filho. O que não quer dizer que seja cem por cento eficazes, uma vez que, ao ser pego roubando com 14 anos, não significa que tenha iniciado com esta idade.

Eu sempre fui uma mãe que olhava nas mochilas um lápis diferente, uma borracha diferente eu fazia ele devolver, então ele sabia que eu ia fazer isso, então ele armou com o colega, entendeu? Inventou que tinha ganhado o tênis. E aí eu não desconfiei.

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

Com todo o tipo de escassez e vivendo em territórios dominados pelo tráfico de drogas e tudo o que está nesta atividade fica enredado, o envolvimento dos filhos com atividades criminosas, foi e é uma ameaça real para estas mães, em estado de alerta e não se cansam de alertar os filhos.

Você não pode ir ao shopping, você não pode ir no cinema, você não pode sair pra baile em lugar nenhum, a não ser baile em área de facção, você não pode ir a lugar nenhum, cara, você não pode ir em uma feira! Você acha que isso é vida? Você não pode pegar a sua moto e sair daqui e ir na praia do recreio .

Carla, 46 anos, dois filhos com passagem no sistema sócio-educativo.

O contato com a ideia de “falência” da maternidade, atrelado à culpa levam as mulheres entrevistadas a uma incessante busca da compreensão de como exerceram o seu papel de mãe e no que isto pode ter interferido na “escolha” dos filhos e, assim, encontrar as justificativas. Sobre esta dúvida, perguntam-se e perguntam as outras mães que vivem a mesma situação: *“será que tem jeito?”*

Wallace foi várias vezes procurar emprego e não arranhou nada...

Sonia, um filho em unidade sócio-educativa.

É muito difícil (quase impossível) encontrar um trabalho devido à baixa escolaridade. Mas também não quer estudar.

Pilar, 45 anos, filho evadido do Sistema DEGASE.

A terceira, que viveu a experiência do filho assassinado, associa diversas respostas para dar às demais, já que trabalha em organização que as atende e orienta:

Não sei a fórmula mesmo sendo este o meu trabalho; ainda digo que mesmo não tendo a solução: é o diálogo, a ocupação... Falta oportunidade para os meninos... os projetos e

programas nas comunidades só oferecem qualificação para pedreiro, por exemplo... nunca perguntam se querem ser médicos, advogados.

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

Estando o filho pela comunidade pode ter a idéia (falsa idéia) de que o controle ainda é possível, mesmo que uma das mães exemplifique como situações-limite: a descoberta de que o filho, armado, estava roubando carros, seguida da internação em unidades do sistema sócio-educativo.

4.6.1. FILHOS INTERNADOS EM UNIDADES SÓCIO-EDUCATIVAS: NOVA AGENDA MATERNA

Depois do envolvimento dos filhos nas atividades ilícitas/tráfico de drogas, na maioria das vezes, ou inicialmente, na própria comunidade, mas ainda “sob os olhos da mãe” as próximas cenas do drama são as delegacias e a triagem para as unidades do DEGASE³³. Esta realidade é o marco de que uma nova agenda está para ser preenchida pelas mães, assim como a aquisição de uma nova identidade: *“mães de adolescentes em conflito com a lei”* ou *“mãe de adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas”*. Perfaz-se, então, uma situação-limite para as mães capaz de gerar tantas outras, onde se incluem as repetidas passagens dos jovens nestas unidades, os conflitos entre eles nas suas dependências e entre estes e os agentes.

As maiores incidências de atos infracionais cometidos por esse segmento que os leva à internação nas unidades sócio-educativas são: em primeiro lugar, o roubo; em segundo, perturbação da paz pública, baderna, vadiagem; em terceiro lugar as drogas, tanto o tráfico quanto o consumo (SENTO-SÉ, 2003).

³³ As medidas sócio-educativas vão desde a simples advertência até a privação da liberdade. Entre um extremo e outro, há várias medidas que podem ser cumpridas. Casos considerados de gravidade relativa podem ter como medida o encaminhamento a uma casa de acolhida ou a um abrigo. Os adolescentes são distribuídos nas unidades de acordo com o gênero, idade, tipo de medida a ser cumprida, compleição física, proximidade à rede familiar. Há fortes indícios de que tal determinação é recorrentemente descumprida.

Com um filho preso a situação adquire nova perspectiva, e esta situação-limite vivida por eles e por suas mães tem um novo contorno. São diversas e repetidas com pouco espaço de tempo as passagens dos filhos pelas unidades sócio-educativas. Os jovens assassinados tiveram inúmeras passagens: o filho de Mara, sete e o de Débora, quatro. Os dois filhos de Carla, uma passagem e o de Sonia, esta diz já ter “perdido a conta” .

Foi preso com doze anos de idade, aí ficou um tempão preso, aí, né? Depois saiu, fugiu, levou CRIAN fugiu, depois foi de novo, preso de novo. Já perdi a conta.

Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa.

Paradoxalmente, a internação dos filhos em unidades sócio-educativas que em uma primeira instância foi considerada uma situação-limite para Mara, passa a ter o significado de maior controle (um controle que a família ou a mãe perdeu) e proteção.

Sabendo onde eles estão a gente fica mais tranquila. Quando estão soltos por aí a gente não dorme.

Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa.

Mara revelou ter acreditado que o Sistema “*consertaria*” o seu filho dando a ele o que ela, enquanto mãe, não fez. Depois do impacto das primeiras interdições, chegou a considerar este espaço como uma oportunidade do jovem estudar, distante das redes ilícitas com os quais convivia. Uma expectativa de que fosse maternado na instituição.

A mãe, antes de entender o sistema, acha que aonde ela falhou o Sistema vai suprir, o Sistema vai consertar o que ela errou e não é assim, mas ela só vai entender isso depois.

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

A partir do momento que seus filhos se inserem no universo – ou sistema DEGASE - das medidas sócio-educativas, o tempo das mães é transformado, passando a cumprir um calendário de inúmeros compromissos: conseguir recursos para visitá-los; buscá-los caso estejam em LA (liberdade assistida) para o fim de semana em casa; levá-los de volta à

unidade na segunda feira; ir a cartórios e afins para resolver pendências de documentação; conversar com professores das escolas em que estão estudando; participar de reuniões com a assistência social; participar de reuniões em Organizações Não Governamentais³⁴, manifestações, passeatas, etc.; cumprir idas ao Conselho Tutelar; comparecer às audiências no Juizado de Menores.

Seus filhos, envolvidos nesta “guerra” são estigmatizados, isto é, marcados socialmente como desviantes, portadores de atributos depreciativos (GOFFMAN, 1975) como “soldados do tráfico”; “falcões”; “traficantes” “bandidos”, identidade que repercute sobre os membros das famílias. As mães se vêem no risco de também adquirirem uma identidade que as marca profundamente: “mãe de bandido”; “mãe de traficante”.

A questão da infração cometida por crianças e adolescentes tem sido alvo de debates desde a década de 1980, com diversas propostas³⁵, até culminar com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990), que considera a população infanto-juvenil sujeito de direito e merecedora de cuidados especiais e proteção prioritária. No Rio de Janeiro foi criado (1993) o Departamento Geral de Ação Sócio-Educativa (DEGASE), com três unidades para aplicação de medidas sócio-educativas³⁶. Estudo (OLIVEIRA e ASSIS, 1999) sobre as condições destas unidades, constata a perpetuação do descaso para com os jovens infratores: superlotação, ambiente inapropriado para a socialização dos jovens, desumano e descumprimento do referido Estatuto.

³⁴ Bento Rubião, Movimento Moleque, Projeto Legal.

³⁵ 1917 - Apresentada ao Senado a primeira lei que considerou como "não criminosos" os adolescentes entre 12 e 17 anos.

1927 - Começou a vigorar no Brasil o Código de Menores que não permite que o menor de 14 anos seja submetido a processo penal de natureza alguma.

1941 - Criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM). “*Alguns juízes passaram a condenar o SAM como fábrica de delinquentes, escolas do crime, lugares inadequados, sistema desumano, ineficaz e perverso*”. (OLIVEIRA E ASSIS, 1999).

1964 - Criada a Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM), para pesquisar métodos, testar soluções. Sua meta era a abordagem preventiva e sócio-terapêutica.

³⁶ Instituto Padre Severino e Escola João Luiz Alves, para meninos e Educandário Santos Dumont, para meninas.

O imaginário cristalizado dos espaços destinados à “recuperação” de menores infratores está calcado na trágica experiência da FUNABEN. A corrupção do sistema, os maus tratos a que submetiam os adolescentes e jovens em conflito com a lei, a freqüente reincidência, se tornaram uma marca. As unidades de medidas sócio-educativas foram criadas exatamente para atender ao ECA.

Ainda há controvérsias sobre o atendimento no Sistema. Enquanto Débora declara ser ali uma “sucursal do inferno”, Sonia diz ter “fixação de tirá-lo ali”.

As entrevistas para essa dissertação foram realizadas quase 10 anos após o estudo. No entanto, pelo depoimento das mães, são as pessoas que mais sabem sobre a vivência dos seus filhos nestes espaços, e algumas situações fazem retomar um passado não muito distante no que diz respeito à política de medidas sócio-educativas:

Quando eu ia lá ele falava: “Isso aqui é um inferno. A senhora não sabe o que é isso aqui. Me tira daqui mãe. Eu to dentro de um lugar, deixa eu te contar, deixa eu te contar. Não pode gritar não, mãe. Não pode falar alto não, mãe”....Como você dorme? – “ Aqui a cama é de cimento, mãe. Tem só o colchão aqui. E tem colchão assim: quando um sai a gente pega o colchão. Porque se não pegar colchão dorme lá no cimento mesmo. E aí os agentes entra prá bater toda hora. Toda hora os agentes entra prá bater. A gente apanha na hora de dormir, apanha na hora de comer, apanha na hora de tomar banho”. Falei: E tomar banho? Com é que é o banho? — “Que tomar banho no banheiro, mãe. Tem um cano dentro do alojamento que aí, quando tem hora pra ligar, molha todo mundo e aí a gente...fecha o cano, é muito rápido. É quinze minutos. Aí falei: E é quantos? —“Ih, mãe. É trinta, quarenta dentro de um alojamento”.

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

Com treze anos ele teve a primeira passagem dele no Padre Severino, ele chorou muito, sofreu muito humilhações, ele pedia pelo amor de Deus pra mim poder tirar ele de lá que o negócio ali era um inferno. Ficou quarenta e cinco dias, cumpriu por furto, né? aí ganhou a medida, a LA, né? que é liberdade assistida.

Débora, 37 anos, um filho assassinado no DEGASE.

O tratamento que o sistema sócio-educativo dá aos jovens, é frequentemente criticado pelas entrevistadas, assim e como se pode observar em relação à outras mães nas reuniões do Movimento Moleque.

Ali os nossos filhos apanha, ali os nossos filhos é maltratado verbalmente, num lugar onde que era pra ser zelado o bem estar físico e mental dos adolescentes. É onde os adolescente sai dali

super revoltado, porque a alimentação é de péssima qualidade. Por que o governador, a assistente social não come dessas própria comida? E no dia que eles sentarem prá poder comer, com certeza a comida vai ser de ótima qualidade, porque quem for fazer, quem for fornecer a comida sabe que alguém importante vai estar sentado à mesa, que não é uns animais, uns bicho que nem eles tratam os nossos filho. E muita das vezes a comida azeda.

Débora, 37 anos, um filho assassinado no DEGASE.

Batiam o tempo todo e até cuspiam na comida. E quando as mães reclamavam eles riam e depois descontavam no jovem que ficava na instituição .

Sonia, 44 anos, um filho em medida sócio-educativa.

Vi o oficial na cara do meu filho dizendo para ele ir reclamar com a mamãezinha, e eu não poder fazer nada por que caso eu falasse alguma coisa ele iria receber represália por parte do agente .

Pilar³⁷. 47 anos. Filho evadido do Sistema Degase.

Uma das maiores queixas relacionadas a estas agendas dizem respeito à espera, à burocratização e à prática da revista íntima. Esta prática é considerada por duas delas uma exposição “*constrangedora*” e “*humilhante*.”

É, eles gostam de humilhar a gente, uma vez eu cheguei lá e o cara perguntou pra mim se dentro da garrafa não tinha nem cocaína nem maconha. E ficou debochando da minha cara. Eles gostam é de ficar esculachando, soltando piada, fica desrespeitando, eu sou uma senhora, tudo bem, tem gente que faz isso, mas eles têm que perceber qual tipo de pessoa que faz isso. Desrespeitando a gente, a gente já passa a humilhação de ter que tirar a roupa, tem que entrar com o cabelo todo despenteado, porque não pode entrar com o cabelo amarrado, aí ainda por cima tem isso... Vê, vê a parte íntima da gente, a gente tem que abaixar cocorar...isso é a maior humilhação, eu acho assim, que tinha que dar geral nos meninos não na gente, pegar eles lá dentro, dar geral neles não na gente, porque aí é muita humilhação.

Sonia, um filho em unidade sócio-educativa.

Enquanto que, para outra mãe, despir-se para poder ver o filho internado em unidades do sistema é “*suportável*” – ou assim pensa para suportar – pois iguala esta imposição ao despir-se na maternidade para pari-lo.

Como já abordado, as mães entrevistadas sofrem a escassez de recursos econômicos. Levar para os filhos lanches, roupas, produtos de higiene, muitas vezes significa retirar da própria casa e dos demais filhos. No entanto, reclamam muito do desvio destes produtos pelos próprios agentes do Sistema.

³⁷ Participação na entrevista coletiva.

Tudo a gente tem que levar. E o melhor sabonete, se a gente der, os agentes não entrega aos adolescente e dá a eles um sabonete de péssima categoria trocam o sabonete dos adolescente, dá aquele sabonete com cheiro de cachorro. Às vezes tem sabonete de cachorro que é melhor do que aquele sabonete. E a pasta de dente que eles davam lá também, quando tinha, era horrível, ficava corroendo os dentes dos adolescente, não limpava nada, era uma péssima qualidade de pasta dental. E às vezes a gente não podia levar uma coisa melhor pros nossos filhos porque os agentes pegavam.

Débora, 37 anos, mãe de jovem assassinado no DEGASE.

A situação-limite do envolvimento dos filhos em atividades ilícitas/tráfico de drogas pode gerar novos desafios para as mães: submissão ao “comando” para o qual o filho trabalha; ameaça de perdê-lo quando participa nas guerras entre “comandos” rivais; tensionamento pelas situações de conflitos dos comandos com a polícia; internações dos filhos em unidades sócio-educativas e prisão dos mesmos. E como um desdobramento de maior impacto, a morte dos filhos.

4.6.2. A MORTE DO FILHO: O LIMITE DA SITUAÇÃO-LIMITE

A situação-limite do envolvimento dos filhos em atividades ilícitas/tráfico de drogas, teve o seu desfecho – para duas mães entrevistadas - com a morte trágica dos seus filhos. O filho de Mara, Pedro, por agentes de segurança (policiais militares)³⁸:

Meu filho não tinha levado tiro nenhum até então, tentou pegar a arma sim, mas não conseguiu que a arma caiu por dentro do short, ele tava com um short de tãtel e... diz a mulher do trailer, todo mundo, que ele levantou a mão, quando ele viu que não tinha argumento ele levantou a mão, eram quatro e pouca da tarde, né? Levantou a mão e aí falou o que eles só falam sempre quando estão numa situação inferior que perdeu: “Perdi, perdi”. E diz que o policial falou: “Não, você não perdeu não, eu que acabei de achar”. Era quatro e pouca da tarde, o cara virou o fuzil de AR-15, fuzil, né? E deu-lhe um tiro na altura do estômago, é aqui, né? Sei lá, tórax, estômago, é o estômago, aonde estourou todo o meu filho por dentro. Estourou fígado, pulmão, coração, tudo. Com um tiro de fuzil a queima roupa, né?

E o filho de Débora, Ricardo, assassinado por agentes de unidade de medidas sócio-educativas (DEGASE):

³⁸ O Relatório da Anistia Internacional (2007) ³⁸, registra a violenta taxa de homicídio no Estado do Rio de Janeiro, onde aconteceram mais de 6.000 mortes em 2006, sendo, 1.000 delas derivadas de ações policiais.

Soco? Não foi soco não. Foi paulada, mesada, cadeirada, com côco, bateram com côco, botaram o côco dentro de uma bolsa, mandaram o coco na cabeça dele. Ele teve traumatismo craniano, corte contundente. Agora uma pessoa que tem que conter um adolescente vai fazer tudo isso? Vai procurar objetos pra poder matar a outra? O meu filho chegou no hospital morto. O laudo do hospital diz que tentaram ressuscitação sem resposta, por que sem resposta? Porque ele já estava morto, não tinha mais nada. O meu filho cuspiendo sangue quando ele tava sendo mal tratado porque os outros adolescentes falaram. Uma pessoa que faz isso, ter o prazer de ir lá, pegar sabão em pó, enfiar na boca de uma pessoa que está agonizando, pegar uma garrafa de álcool pra tacar fogo, isso não é coisa de um ser humano não. Pra mim esses homens são tipo de um câncer que a humanidade não quer perto. São repugnantes. São seis câncer ambulante.

O Rio de Janeiro vem se destacando no *ranking* de “vidas desperdiçadas” configurando o conceito dramático de “refugio humano” (BAUMAN, 2004). No rastro da violência, onde o tráfico de drogas aparece como o fenômeno de maior densidade, algumas contradições também compõem o cenário. Uma das mães, a única cujo filho esteve envolvido apenas em roubos, e não no tráfico de drogas e foi assassinado por agentes do DEGASE, opinou que se ele tivesse se envolvido com esta atividade provavelmente não o teria perdido.

Antes meu filho fosse traficante, porque pelo menos ele ia lutar de igual pra igual com a polícia. Porque se eles tentassem matar ele, ele ia também tentar matar. Porque eu me arrependo, que eu brigava muita das vezes com meu filho pra que ele não viesse a entrar pro tráfico de drogas, porque eu não aceitava, e não aceito, né? Pessoas morrendo por causa de merreca, por causa de drogas. Mas hoje eu sou revoltada com o Estado. Antes eu tivesse deixado ele ser traficante que pelo menos ele ia morrer na mão de bandido, ou na mão de polícia trocando.

Débora, 37 anos, um filho assassinado no DEGASE.

Nos últimos 10 anos, depoimentos de diversas mães que têm ou tiveram os seus filhos envolvidos no tráfico de drogas são manchetes³⁹ cotidianas e ilustram a situação-limite da vivência da maternidade nestes territórios dominados pela violência, cometida ora por agentes do tráfico de drogas, ora por agentes de segurança pública. É quando estes atores se tornam exatamente iguais, ambos responsáveis pelo alto índice de letalidade juvenil.

O primeiro que morreu era pequenininho, desse tamanhinho assim. Setenta e oito facadas. Tinha 13 anos. (S.M., filho executado em 2006).

H.S.C. perdeu dois filhos. O último virou assassino ao vingar um dos irmãos.(2007).

³⁹ Revista Época, Janeiro. 2008.

Quando meu filho apareceu em casa vivo, mas com um tiro no peito, comecei a pagar o caixão. Pedi muito a Deus para que me tirasse a memória. O filho de E.R.S. foi executado em 2007.

Meu filho levou um tiro na barriga que atravessou. A polícia disse que o único trabalho da família era enterrar. O filho de J.I.F. foi assassinado em 2007.

Meu filho gritava porque estava perdendo muito sangue. A polícia ouviu, arrombou a porta e ele morreu. O tráfico pagou o enterro. O filho de F.M.S.P. foi morto em 2007.

Meu terceiro morreu na boca de fumo. Tinha 22 anos. Minha cabeça bate. Parece que tem um tambor. Ouço esse barulho dia e noite. E.S.A. perdeu três filhos, o último em 2007.

Não fui ao enterro de nenhum dos meus filhos. Se pudesse, eu me enterrava. M.A.C. perdeu o último filho em 2007.

Para as mães, os sentimentos e o sofrimento pela circunstância da morte dos filhos são preservados e revividos a cada lembrança. O estado em que ficou o filho que morreu pode ter forte influência na memória e lembranças que se tem. As falas das mães revelaram que estas lembranças são insuportáveis. Desta forma, o desejo de justiça se faz inevitável. (ALARCÃO, CARVALHO E PELLOSO, 2008).

Mara sabe quem matou o seu filho, mas, com receio de represálias (já recebeu telefonemas ameaçadores), não pronuncia os seus nomes, pela preservação da sua vida, da vida dos seus filhos e das testemunhas na comunidade onde o jovem foi assassinado. Seu desejo é que o filho mais novo se mude para outro estado onde vive o seu filho mais velho. Pensa assim livrá-lo do risco permanente que cada jovem da comunidade, assim vê, se envolva com “determinados grupos”.

Perder os filhos em uma situação de violência, solitárias, parece fechar um ciclo de situações-limites. No entanto, não abandonaram a questão. Para as duas mães entrevistadas que perderam seus filhos há uma ideia de “proteger a sua memória”. Uma delas, Débora, (37 anos, mãe de jovem assassinado no DEGASE) processa no Ministério Público os agentes do DEGASE, que “*continuam recebendo salário*”, fato para ela inaceitável, podendo ser interpretado como uma expressão da impunidade e da não redistribuição de justiça

(HONNETH, 2003). Mara, co-fundadora do Movimento Moleque orienta mães cujos filhos estão em unidades do DEGASE, acompanha alguns dos seus filhos orientando-os para retornar os estudos, assim como busca oportunidades de trabalho para encaminhá-los. Com isto acredita que o seu filho “onde estiver”, se orgulhe dela.

O trágico desfecho ou o limite da situação-limite como a perda do filho remete mais uma vez à condição da maternidade cuja função tão associada a sacrifício, é sentida por uma das mulheres que lamenta não ter mais tanto trabalho ou tanta preocupação, provas de que estavam vivos e que suas vidas estavam tão atreladas a este filho e os problemas que lhe causava. Esta mulher é um exemplo da superação e transformação. Quando o seu filho foi interditado no Sistema DEGASE ela conheceu o ECA, iniciando a sua militância política, orientando outras mães que passam pela mesma situação-limite.

Eu não mais tinha ele. E aí também eu me questionava, como é que eu vou fazer? quem eu vou procurar na delegacia? quem eu vou procurar nos morros? que que eu vou fazer hoje por diante? quer dizer, que sentido tem a minha vida agora?

Mara, 42 anos, mãe de jovem assassinado por policiais

4.7. O VALOR DA MATERNIDADE E A MATERNAGEM AFLORADA COM A SITUAÇÃO-LIMITE

As quatro mães consideram que não criaram um “ambiente bom o bastante” para os filhos e que, se assim tivessem feito, não teriam se envolvido, inicialmente, com “más companhias” e, conseqüentemente, com grupos envolvidos nas referidas atividades. Se, por um lado, vale lembrar dos outros motivos que as mães consideram impulsionadores do envolvimento dos filhos em atividades ilícitas/tráfico de drogas, para que as referidas culpas não sejam associadas ao envolvimento, por outro lado, vale lembrar também que possuem

outros filhos que não se envolveram e que a maternagem pode também ser exercida pelos pais (figura paterna), o que não aconteceu em nenhuma das famílias das quatro mulheres que assumiram sozinhas todos os filhos e filhas.

O fato de acompanharem de forma intensa os “filhos em conflitos com a lei” abraçando uma “nova” agenda materna, já abordada, faz com que reflitam sobre a forma como os criaram ao mesmo tempo em que abordam que a dificuldade inicial para o exercício do papel (maternidade), ou da ausência deste cuidado mais sensível (maternagem), também se deu pelo fato de terem engravidado e se tornado mães tão precocemente, não só no quesito idade como no quesito “estar preparada para assumir um filho” com tudo o que isto significa, especificamente na condição em que vivem.

A maternidade desafiada pelo evento envolvimento dos jovens nas atividades ilegais, somado ao que foi elaborado acima (“culpas maternas”, condições de vida, adolescência), faz aflorar uma maternagem que não receberam e que à princípio não deram aos filhos. Um dos depoimentos faz retornar à idéia da relação mais primordial entre a mãe e o filho que é o parto e o nascimento, como um momento de profundidade e cuidado (maternagem), mas não

desligado da idéia da incondicionalidade e do sacrifício das mães.

Tinham alguns pais, mas era minoria que ia ver os filhos... as mães é que iam porque muitas das vezes eu ouvia os pais reclamar pela humilhação da revista na hora da visita, que eles já botaram um filho, já criaram e eles não tinham necessidade de passar por isso. E nós que é mãe, a gente suportava as humilhações de tirar a roupa, abaixar três vezes conforme é no sistema deles lá, abaixar, virar de costas seminua. Então nós que é mãe a gente ia, ficamos pelada pra poder a criança sair pra fora, a gente dá a vida ao nosso filho, então aquela forma ali de expressão, de humilhação que a gente passava a gente tirava como se a gente tivesse indo pra uma maternidade tendo o nosso próprio filho de novo, que o dia da visita era o único dia que a gente podia ter o nosso filho.

Débora, 37 anos, mãe de jovem assassinado no DEGASE.

E outros problemas dos filhos, inclusive o envolvimento em atividades ilícitas/tráfico de drogas.

O papel da mãe é educar o filho, ela ajudar ele seja qual que for o problema, por maior sufoco que for, pela maior dor de cabeça que ele ta dando, ela lutar e tentar ajudar a ele, nunca desistir de nada, eu acho que ser mãe é assim, tudo, tudo, tudo, doença, em ele ser do tráfico, em ele ser preso, e seja o que for, o que ele for fazer, eu acho que a mãe tem que estar ali com o filho.
Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa

Se de certa forma viviam a “maternidade de rotina”, com pouco cuidado e atenção mais subjetiva e consciente da relação de maternagem que pode ser estabelecida com seus filhos, esta “aflorou” de forma mais contundente depois que se envolveram nas atividades/ilícitas e as consequências daí advindas. Além das estratégias que criam para enfrentar as dificuldades vividas com o envolvimento dos filhos e que não só os atinge, mas a elas, sobremaneira, o que pode ser considerado um indicador de maternagem, estas mães também expressam o cuidado para com os jovens nas compras de lanches e roupas para lhes alimentar e vestir nas unidades sócio-educativas, quando conseguem adquirir dinheiro; na observação atenta das condições das unidades e da qualidade dos alimentos, nas brigas pelos direitos dos jovens direitos e enfrentamentos diversos que protagonizam. Indagam aos agentes inclusive, se trocaram os lençóis da cama (até saberem que não existe nem cama nem lençol), Maternam tentando com toda a dificuldade, vê-los, ouvi-los, acalmar suas revoltas, abraçá-los, dar-lhes colo⁴⁰.

Ele cumpriu a medida de quarenta e cinco dias no Padre Severino, aonde os maus tratos era muito grande, e ali é um ditado que, “onde filho chora e mãe não vê”, realmente. A humilhação verbal, a humilhação física que os adolescentes passam, e ele passava pra mim tudo, todo o sofrimento. Eu ia prá lá e ouvia ele, dava o meu colo.

Débora, 37 anos, um filho assassinado no DEGASE.

A idéia do cuidado (maternagem) pode, no senso comum, ser representada pelo sentimento de amor. Depois de ouvir as histórias de vida, complementadas por informações sobre o envolvimento dos seus filhos em atividades ilícitas/tráfico de drogas, os encontros com estas mães finalizaram com a seguinte indagação: porque vocês continuam ou

⁴⁰ Cenas do filme “Juízo”

continuaram com seus filhos que dão - ou deram - tanto problema? a resposta foi unânime: “o amor “ e como se não fosse suficiente a resposta, este amor foi recheado de adjetivações.

Ser mãe é um, é um... é uma coisa inexplicável, porque só de você gerar uma criança dentro de você, você saber que você está dando vida a um ser e aquele ser vai crescendo, desenvolvendo, é uma coisa que o homem, a ciência jamais vai poder explicar a emoção de uma mãe, de uma mulher gerar um filho. E principalmente quando aquele ser já tá formado e ele vem a nascer. É uma coisa esplendorosa. É uma coisa que não tem preço você ser mãe.

Débora, 37 anos, um filho assassinado no DEGASE.

O que é ser mãe? É o amor, é o prazer, tá? Ah, é o prazer de ser mãe. Ah... é você poder tá perto do seu filho, não só nos momentos ruins, mas bons. E saber também compreender, entendeu? Por mais que a diferença de idade seja grande, né? O tempo deles são outro, mas a gente tentar fazer com que esse tempo... não fique tão longe assim, entendeu? Tão distante, pra poder a gente compreender. Porque quando a gente não compreender, o filho ou o filho não compreende a gente nesse cotidiano da vida é o que nos separa também dele, tá? ...não tô dizendo que você pra compreender um filho você tem que freqüentar o baile funk... cada um com seu cada um, mas eu digo compreender em todos os sentidos, fazer do filho seu amigo.

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

Ser mãe é a gente ter disposição pra criar o que é nosso. É como eu falo, eu não me sinto obrigada não, Deus me deu, então eu tenho que fazer por onde, se Deus me deu, Deus sabe, e me deu competência e amor prá criar eles.

Carla, 46 anos, dois filhos com passagem no sistema sócio-educativo.

Mesmo eles não prestando a gente gosta deles, é nosso filho, eu queria aprender a não gostar, mas a gente gosta sim. ...amor de mãe não tem preço não, seja qual for o problema, seja ele mal educado, seja ele abandonando a gente, mas a gente gosta deles. Eu acho, eu já sou assim.

Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa.

O valor dado à maternidade pelas entrevistadas é confirmado no despertar de uma maternagem diante da situação dos filhos envolvidos em atividades ilícitas/tráfico de drogas com os quais se identificam por terem também vivido privações diversas e ausência de maternagem enquanto filhas, assim como não maternaram os seus filhos no início de suas vidas. A identificação das situações de privações e sofrimento pode ter sido um elemento propulsor que as fez migrar de um lugar de culpa, para o lugar de “maternagem estrategista” com o objetivo de resgatar a relação com os filhos e ajudá-los a superar tal situação.

4.8. “MATERNAGEM ESTRATEGISTA”: EM BUSCA DE SAÍDAS DA SITUAÇÃO-LIMITE

As quatro mães lançaram mão de diversas estratégias. Algumas herdadas e entendidas como “estratégias de mães”, outras aprendidas no percurso. No circuito do enredamento dos filhos, nas referidas atividades, diversos atores foram surgindo, com os quais tiveram que dialogar, ameaçar, enfrentar, reivindicar, processar, exigir.

Ao se defrontarem com a realidade de filhos em conflitos - insistentes e reincidentes - com a lei, foram aflorados nestas mães sentimentos diversos, impulsionadores de estratégias (POLLAK, 1990) para lidar com a situação-limite. Duas delas dizem ter assumido dívidas dos filhos, seja com o “comando”, seja para pagar a extorsão policial.

Exige, exige, extorque. Foi esse que os polícia pegou eles, que os cana pegou ele, e ele teve que, e aí os cana pediu, falou comigo assim: “Ah, manda dez mil, tamo com ele lá no DPO, você manda dez mil”. – Eu falei assim: Qual é moço, dez mil? Ele nem é gerente nem é dono de nada não. Ele apenas é um fogueteiro. – Aí ele foi, ele ficou o dia todinho lá no DPO, lá com eles, aí depois eles caíram, botou pra quinhentos reais. Aí liberou ele.

Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa.

E os policiais queriam outro rapaz, não achou ele, pegou o bucha do meu filho porque o meu lindo filho pra se amostrar também dirigia esse carro Stilo E pra se amostrar andava muito cheio de ouro, cordão, pulseira, relógio, pra se amostrar, ele já era bonito, ficava muito mais bonito todo enfeitado desse jeito. E aí o polícia agarrou achando que ele também tinha muito dinheiro e que o cara ia se compadecer ou vinha se entregar no lugar dele, ou ia pagar. E não foi nem uma coisa, nem outra, entendeu? E aí raptaram meu filho, né? e aí eu tive que pagar.

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

O caráter estrategista, ou de enfrentamento destas mulheres, é desencadeado a partir da inserção dos seus filhos nas atividades ilícitas/tráfico de drogas. Em um primeiro momento, como uma delas ilustra, aflora o estilo *barraco*⁴¹.

Então, a minha pior hora foi essa, na hora que eles tava lá em cima, né? Que matou até o colega do Wellington, eles querendo matar o Wellington, né? E eu avancei em cima deles. Essa foi a minha pior coisa que eu tive que controlar isso, avancei em cima deles dizendo que

⁴¹ Expressão muito usada por moradores das comunidades, principalmente as mulheres, para falar sobre a forma destemperada com a qual se manifestam em determinadas situações, inclusive de conflito.

eles não ia matar ele, entendeu? Dei minha louca lá em cima deles. Tanto que eles bateram muito nele, ele ficou batendo nele, mandando bater, e eu avançando neles também, entendeu? Deu um montão de paulada nele. Fiz o maior barraco.

Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa.

A estratégia assumida pelas mulheres que são apoiadas pelo Movimento Moleque, por exemplo, é assumir a identidade “politicamente correta”, tanto sua quanto do seu filho: “adolescente em conflito com a lei”; ou “adolescente em cumprimento de medidas sócio-educativas”; “mãe de adolescente em conflito com a lei”; ou “mãe de adolescente cumprindo medidas sócio-educativas”. Enquanto o adjetivo *bandido* trás como característica um rótulo definitivo e estigmatizante, ligado ao verbo ser (“uma vez bandido sempre bandido”), “adolescente em cumprimento de medidas sócio-educativas”, é uma passagem, ligada ao verbo estar.

Por serem mães, as entrevistadas acreditam na importância de acompanhar cada quadro, cada cena, da trajetória dos filhos que se envolveram com infrações, criando “estratégias maternizantes” para com eles lidarem apostando que, com sua maternagem (mesmo defasada em termos de idade) podem demovê-los do envolvimento com as atividades ilícitas/tráfico de drogas, libertá-los das internações em unidades do DEGASE e, quiçá, livrá-los da morte precoce.

4.8.1. ESTRATÉGIAS PARA LIDAR COM OS PRÓPRIOS FILHOS

Para as mães entrevistadas passar a mão na cabeça dos filhos não significa aceitar. Trata-se de materná-los em um momento que só podem contar com elas. Entendem que apoiá-los pode trazer sérias consequências, mas também valiosos benefícios para que não sucumbam mais do que a vivência sobre a qual estamos abordando. Esta tensão é por elas resolvida quando diferenciam que este apoio significa sentimento e não apoio ao que fazem.

Este é o impasse instalado para a maternidade desde que seus filhos começam a apresentar sinais de envolvimento.

Sendo as últimas a saber, ou a reconhecer, que os filhos estão iniciando uma trajetória na rede ilícita, seja através de roubos (fora da comunidade), seja através do tráfico de drogas a varejo (dentro da comunidade), recorrem à estratégia da ameaça e da sinalização do limite. Esta última torna-se bastante difícil uma vez que parece ser a ausência de limite, no feixe de motivos para o ingresso nestas atividades, uma das responsáveis pelo desencadeamento de um processo que encontra eco e identidade no grupo. Os gestos, a linguagem, a dinâmica do tráfico são “inspirações” das brincadeiras infantis.

É só sair de casa que eles estão lá, brincam de arma, ficam enrolando cocô no papel para imitar cigarro de maconha. Tudo vira arma.

Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa

E também provocam uma das mais antigas estratégias da “sabedoria materna”, curiosamente utilizada por uma das mulheres que nunca conviveram com uma mãe ou qualquer pessoa que a maternasse:

Invento uma história que eu às vezes tô passando mal pra ele poder ficar dentro de casa.
Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa.

Lançaram mão de inúmeras tentativas para manter os seus filhos em casa, longe da possibilidade de envolvimento, desde acompanhá-los à escola, esperá-los na pracinha, “prendê-los” em casa, enviá-los para outra cidade. Para tentar afastá-los quando pressentem que estão prestes a “entrar nesta vida”, ou quando são informados – pode ser por telefonemas das delegacias - que já integram algum grupo ou facção, os ameaçam de abandoná-los à própria sorte, não pagar mais as suas dívidas com o tráfico como um recurso que dizem gerado pelo desespero, tentando com isto demovê-los do envolvimento com as atividades ilegais.

Diante desta conjuntura, mas com os filhos ainda à vista, uma das táticas utilizadas por uma das mães foi expulsar o filho de casa, na expectativa de que abandonasse a atividade e voltasse para casa, “mudado”.

Aí eu botei ele pra fora de casa, por que eu botei ele pra fora? Aquilo me doeu meu coração, aquilo me cortou, por que? Pra ele tomar um tipo de uma atitude pra vê se ele saía da boca, que aí ele tava, que ele via que ele não tinha onde dormir, ele via que ele não tinha onde tomar um banho. Ficou fora de casa dormindo pelo chão duas semanas... Então aí eu vi que não tinha jeito. Aí eu chamei ele: - Wallace , sai dessa vida, Wallace . Pra que você quer ficar nessa vida? Como é que você ta? Volta pra casa. Volta embora pra casa, entra, entra. Volta pra casa. – Aí, quer dizer, ele voltou e não saiu da vida do crime, não adiantou nada.

Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa.

Outra estratégia, desde que sabem serem as únicas pessoas com quem os filhos contam, é a ameaça de abandoná-los à própria sorte esperando que desistam da atividade ilícita/tráfico de drogas.

Quarta vez, eu tava já louca, entendeu? Falei isso tudo na delegacia, aí ele foi pra DPCA, aí foi pelos trâmites legais. DPCA, depois vai pro CTR, depois pro Padre Severino. Eu não fui, eu não fui. Nem... nem a audiência de apresentação, eu não fui, não fui, não fui.

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais

No ensinamento de outra mãe, esta atitude de trazê-los de volta, soaria como uma característica materna (*“passar a mão na cabeça”*) que, segundo ela não contribui para a mudança dos filhos:

Passar a mão na cabeça? ... isso ai eu fiz pelo meu filho, mas eu não aceito, tudo bem, o filho errar uma vez, é humano, agora errar pela segunda vez, é burrice. E a mãe, enquanto tiver ali, lutando por isso, ele vai sempre ter a gente! porque ele sabe que tem o apoio da mãe. Então, às vezes, não é pela mãe ser ruim não, às vezes a mãe tem que fazer aquilo pra ver se ele toma assim, um tratamento de choque e acorda pra vida.

Carla, 46 anos, dois filhos com passagem no sistema sócio-educativo.

Uma das estratégias é estar junto, educá-lo, seja na perspectiva da prevenção, seja na de lhe mostrar alternativas, independentemente do envolvimento com as atividades ilícitas, na

expectativa de que “estar ao lado” tenha uma repercussão objetiva e subjetiva na vida dos seus filhos.

Ah o papel dela, o papel da mãe é educar o filho, ela ajudar ele seja qualquer for o problema, por maior sufoco que for, pela maior dor de cabeça que ele ta dando, ela lutar e tentar ajudar a ele, ficar do lado, nunca desistir de nada, eu acho que ser mãe é assim, tudo, tudo, tudo, doença, em ele ser preso, e seja em que for, o que ele for fazer, eu acho que a mãe tem que estar ali com o filho.

Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa.

O contexto ameaçador do envolvimento dos jovens com grupos armados leva a uma interpretação peculiar da maternagem, que pode soar estranho a outros olhares, como o caso, por exemplo, de uma das entrevistadas que chegou a “entregar” à polícia os adolescentes e jovens com os quais seu filho se relacionava pensando ser esta tática uma forma de afastá-lo do local onde o grupo se encontrava e, com isto, afastar o seu filho do risco, dando a idéia de que maternar também significa tentar o inusitado, pelo menos neste contexto.

Oh, olha só, delegado, não foi só ele não. Eu acho certo o senhor deixar ele aí, mas acho certo também o senhor ir lá no bairro, que eu moro lá naquela praça aonde o senhor pegou ele, na praça do 650 e vai pegar o outro, que o outro que tava com ele tá lá. O senhor pode ir, mas o senhor não vai de carrinho pequeno não, o senhor vai de camburão, porque lá, olha, os meninos fumam maconha, as meninas dão a perereca. Ali é uma bagunça, o senhor tem que acabar com aquela praça. Aquela praça é uma bagunça de cheirador, de menino novo à toa, esse aí, ô, esse aí deve ser chefe desses à toa, esse safado. – e dava-lhe de bolsada nele, de novo. Ele ficou uma onça, eu tava tão indignada, a quarta vez, eu não agüentava mais.

Mara, 42 anos, mãe de jovem assassinado por policiais.

As estratégias em relação aos próprios filhos, na perspectiva de afastá-lo das atividades ilícitas, seja o roubo ou o tráfico de drogas, pode ser investir em algum negócio para trabalharem, mesmo que à custa de endividamento:

Ele não queria estudar e a professora me chamava muito na escola por conta disso. Uma vez eu falei pra ele: O que é que você quer camarada? Tu não quer estudar, quer fazer o que? Você tem que estudar. – Ele falou: - “Não, eu vou continuar estudando, mas a senhora vai me botar pra trabalhar?” Como eu vou colocar você pra trabalhar, rapaz? Você não tem como trabalhar, você tem quinze anos... Aí ele falou assim: - “Ah, bota um lava-jato pra mim”. Peguei dinheiro emprestado, me endividei toda..., na minha ingenuidade... ali também foi um erro da minha parte muito grande .

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais

A mãe explica que o adolescente era “fanático por carros”, passeavam com todos os que ali chegavam para ser lavados e o que menos fazia era trabalhar, deixando o lava-jato na mão de outros. Neste caso, a estratégia do filho superou a estratégia da mãe.

Estas estratégias acionadas em relação aos próprios filhos levam ao fato inusitado, e de demonstração da diversidade de faces da maternidade quando mostra a situação-limite de uma mãe refugiada em Nova York que mandou o filho à guerra na Nigéria para afastá-lo da gangue de rua e do tráfico de drogas, tudo fazendo para mantê-lo lá: “*nem mesmo quando ele começou a implorar para voltar para casa*”. (Ellen Barry, 2007) ⁴². Para esta mãe a guerra tinha um sentido, enquanto a “guerra entre gangues do tráfico” não tem.

Os insistentes retornos dos jovens à vida do tráfico e, conseqüentemente, às instituições, fez com que duas destas mães pensassem em novas posturas diante dos filhos, como mais uma tentativa de demovê-los das atividades de infração e das prisões. Algumas destas estratégias praticadas por elas enquanto “*mudança de atitude e não de sentimento*”, para com seus próprios filhos, são: abandoná-los na instituição sem visitá-los; diminuir o grau de importância que dava a este filho em detrimento dos demais; buscar lazer e cuidar-se. Estas atitudes mesmo que para preservá-los, não as deixam bem. É como se estivessem deixando de cumprir o seu papel de mãe. Segundo as duas, este mal estar se dá por ter tomado tal atitude e por ver que seus filhos – mesmo assim – não mudam.

4.8.2. ESTRATÉGIAS PARA NEGOCIAR COM TRAFICANTES E POLICIAIS

Quando os filhos estão envolvidos com as “facções” que disputam territórios pelo poder do tráfico de drogas, as mães investem em estratégias que podemos denominar de “estratégias caseiras” A situação-limite do envolvimento se acirra quando são presos. Entre as

⁴² The New York Times, 15 /12/2007.

entrevistadas a prisão dos filhos provocou uma culpa como se fosse uma “falha materna”, cujos castigos, repreensões, avisos e ameaças não funcionaram. E, na prisão, os jovens só contam com elas. Com os pais nunca contaram e elas sempre foram as únicas a cuidar, sustentar os seus filhos. Nesse sentido, se colocam também responsáveis pelas privações em que também vivem os seus filhos, além de manifestarem uma significativa frustração.

Eu batia muito na minha parede da sala dizendo que eu queria... três diplomas na parede, das três forças. Nós temos no Brasil três forças militares: exército, marinha e aeronáutica. Então eu tinha feito três filhos pra aquelas três forças. Eu já tinha determinado para onde cada um ia.
Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

E ele gosta muito de jogar bola, aí eu penso assim quando melhorar pra mim, eu tiver mais um dinheirinho, eu quero ver se eu pago um coisa de futebol pra ele, mas distante da favela.
Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa.

Ele era inteligente, passou a entender de código penal, só entrou nesta vida para juntar dinheiro e ir ver o pai nos Estados Unidos. Se tivesse vivo bem que ia fazer Direito.
Débora, 37 anos, um filho assassinado no DEGASE.

Nos espaços de medidas sócio-educativas dizem ser necessário criar parcerias em diversas instâncias. Segundo uma das mães quando o seu filho deu a “primeira entrada no sistema”, logo descobriu que havia no mesmo espaço um jovem de classe alta pelos mesmos motivos que o seu filho. Ela então, estrategicamente, tratou de fazer amizade com o pai deste jovem para usufruir dos “privilégios dos ricos”.

Então o meu ganhou CRIAN⁴³ e o dele ganhou LA⁴⁴” Tem a medida de você pagar os danos, mas isso não é falado, não é falado pra famílias desse tipo de adolescente. Isso só é falado pra família de adolescente de classe média, classe alta. Porque eles acham, acham não tem certeza que pobre, favelado, não tem dinheiro pra pagar, então tem que ir preso. E de repente tem sim. Claro que tem. Que às vezes o ato infracional que o adolescente cometeu é um relógio. Claro que não é um carro, que eu não podia pagar um carro, lógico.. Mas às vezes é um relógio, uma bolsa, e a mãe tem possibilidade de pagar. Por mais que o menino tenha que cumprir uma medida sim, porque aquilo é errado, mas eles não falam pra família. Só pra família que tem dinheiro, a questão é essa.

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

⁴³ CRIAN = Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor

⁴⁴ LA = Liberdade assistida

Procurar e encontrar um “*agente humano, solidário*”, que garanta que os pertences que levam para os seus filhos (sabonetes, escovas e pastas de dente, biscoitos, etc.), lhes sejam realmente entregue, uma vez que sabem que muito destes produtos são extraviados pelos funcionários, é uma informação preciosa.

Importante também saber quem são os funcionários e quem na comunidade ou nas redes de relações destas mães os conhecem. Um dos rapazes estava sendo constantemente espancado, até que em um dia de visita, o irmão do jovem viu um dos agentes conhecidos da academia de ginástica. Depois disto, o jovem não apanhou mais.

Para livrá-los do envolvimento no tráfico de drogas, enfrentaram os “donos da boca”. Uma delas teve uma arma apontada para a sua cabeça. E, mesmo assim, tentam retirar o filho do tráfico de droga, mas, sem sucesso.

Quem pariu ele foi eu!!!. Eu fui pra boca de fumo buscar ele, querendo defender o meu filho a qualquer preço, sabe? Eu vivia estressada, armava o maior barraco. Eu ia buscar ele na favela porque eu não achava certo ele ficar traficando com aquela idade. Então, pegava ele, trazia ele. Eu não quero saber se alguém manda nele, porque comigo não tem aquela coisa de que o bandido manda, quem manda sou eu, quem pariu ele fui eu. Então trazia ele na marra, trazia ele arrastando por dentro da favela a fora, botava dentro de casa. Pra no dia seguinte tá fazendo tudo de novo, porque ele ia de novo, entendeu? .

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

Em relação aos policiais nas delegacias, desde a passagem pelo DPCA⁴⁵

Aí eu fiquei louca e falei: Como é que vocês fizeram isso com meu filho? Vocês bateram no meu filho. Claro que vocês estão errados. Solta meu filho. Aquele escândalo, aquele barraco na porta da DPCA. O detetive que estava com ele virou pra mim e falou assim: “É, vocês são muito engraçadas. Na hora que vocês parem bandidos vocês não reclamam, mas na hora que a gente tira os bandidos que vocês parem da rua, vocês querem fazer show, querem bater na gente”. Eu falei: É. Seu filho da puta porque quando você nasceu que a sua mãe pariu bandido. A sua mãe, a sua irmã, a sua avó, a puta que te pariu. Filho da puta!!! Eu não sou mãe de bandido !!! Aí o camarada, o policial, chamou o delegado: “Olha só, essa senhora desacatou. Eu quero que ela vá presa.

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

Aprendendo a estabelecer, com a polícia, relações de caráter clandestino:

⁴⁵ DPCA = Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente.

Um oficial de justiça ficava ligando o tempo todo pra minha vizinha... eu fiquei até com medo. Todos os dias me ligava, de manhã e a tarde, querendo saber do meu filho, onde que meu filho tava. Pra ele parar de ligar, tive que arriscar a minha vida, tive que marcar um encontro com esse oficial de justiça na Cidade de Deus. Ai ele me deu um papel, uma intimação, ainda tava com o número de telefone da minha vizinha, ai eu falei: ó eu não te dei esse número. - “Ah mas quando você fez a sua ficha, a gente tirou esse número de lá”. Vocês não podiam ter feito isso, vocês não podiam ter mexido” - “ah mas a ficha que você fez, fica na justiça.” ai eu falei: “não, não é assim, se tava escrito vizinha/recado, vocês não tinham o direito de fazer isso, porque tanto eu quanto ela estamos correndo risco de vida.

Carla, 46 anos, dois filhos com passagem no sistema sócio-educativo

Há dois casos de traficantes considerados “benfeitores” e, por isto, duas destas mães os tem como “aliados” ou como “dívida liquidada”, seja escondendo-os em suas casas no momento da perseguição policial, seja pedindo-lhes que não deixem os seus filhos se envolverem, seja impedindo, enfrentando os traficantes, que seu filho participe do esquartejamento, seguido de cremação (“*microondas*”) dos corpos de pessoas (talvez outros traficante) por eles exterminados.

Diante da dificuldade de serem ouvidas por agentes, policiais e outros atores, “deste mundo” apelam estrategicamente, por seres “do outro mundo”.

4.8.3. MANDINGAS E SIMPATIAS: ESTRATÉGIAS PARA LIDAR COM O “ALÉM”

Diante desta situação-limite, desencadeadora de tantas outras, e das consequências daí decorrentes, a indagação de como suportam tudo isto é inevitável.

Eu acho que vem de Deus. Essa força que eu tive veio de Deus. Porque só Jesus pra me dá essas força toda, pra... pra o que eu passei na vida, só Jesus mesmo, só veio dele. Porque eu sempre, sempre, desde pequena eu sempre orava, a minha família era tudo católica. A minha tia era católica, eles bebia cachaça, mas eles tinha aquelas mania de ir pra igreja todo domingo, (rindo) todo domingo eles levava a gente pra igreja, saía puxando a gente pra igreja, e ali eu fui aprendendo.

Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa

Nenhuma das quatro se declara adeptas de alguma religião, mas todas dizem acreditar em Deus. No entanto, estas intercorrências em suas vidas as levaram à Igreja Evangélica, à

Igreja Universal do Reino de Deus, terreiros de candomblé e umbanda, centro espírita, assim como a praticar uma série de rituais ligados a superstições, “simpatias” e mandingas.

Duas destas, muito curiosas, foram feitas, por “*sugestão de pomba-gira*”⁴⁶, por uma das mães. Uma delas, cujo estranhamento é óbvio, assim como é óbvio o desespero para tirar o filho “*desta vida*” utilizou, como recurso, a maconha. Fui numa uma vez que falou que eu tinha que comprar maconha, fazer cigarro de maconha e botar aonde ele ficava, que ele não ia ficar mais no morro. Eu no Jacaré, na boca de fumo, querendo falar da maconha, querendo comprar a maconha e sem saber, e olhando em volta, entendeu? Que todo mundo, assim, todo mundo tá vendo que eu tô comprando maconha, então agora eu sou mãe de um filho bandido e virei maconheira, sabe assim? Mas as pessoas não entendiam porque que eu tava ali, eu também não podia falar, né? Então assim, eu lembro que eu chamava um menino... - Menino, menino, quanto é a maconha? – o cara pegava e perguntava: – “É de quanto, tia?” Eu dizia: Fala baixo. “É de quanto, tia? A senhora quer de dois, de quatro?”. Eu lembro que quando eu saí do morro com aquela maconha, pra mim aquela polícia já estava me pegando, assim, sabe? Aquela polícia já sabia que eu tava com aquela maconha, daquele morro, sabe? A gente faz muita loucura, cara. Aí eu fui, levei aquela maconha pra casa, não sabia, levei, não, aí não sabia enrolar o cigarro, lógico, que eu nunca fumei isso. Eu chamando lá a irmã da R., que ela tem uma irmã doida lá, ela veio, enrolou todos os cigarros, toda a maconha. Quando é de madrugada tô lá eu dentro do Jacarezinho, botando aqueles cigarros lá onde ele ficava, nos lugares..

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

O segundo recurso foi ficar batendo palma uma noite inteira, em um cemitério.

Tinha um guia que era uma Pomba-Gira que falou: - “Bate palma. Tem que bater palma a noite inteira no cemitério”... olha, eu cheguei em casa com a palma da mão inchada, vermelha. Eu também fui em várias macumbas, em várias, em várias, em várias. Eu queria resultado hoje, agora. Era assim que eu queria.

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

Mara levou o seu filho à Igreja Universal do Reino de Deus. Sonia também passou a frequentar a referida Igreja desistindo diante da exigência do dízimo, “*um pidança de dinheiro*”. Esta diz ter a prática de enfrentar traficantes para defender o filho quando este faz “alguma bobagem”, como ficar devendo. Acha que “*incorpora Jesus*” nestes momentos de enfrentamento. Revela que a manifestação divina acontece da seguinte forma:

Falando muito, xingando e empurrando aqueles que vieram tomar satisfações e ameaçar o meu filho de morte. Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa.

⁴⁶Entidade da umbanda que, segundo a crença, é a figura representativa de mulher valente

4.8.4. MÃES PROMOVENDO O ECA: A ESTRATÉGIA DOS DIREITOS HUMANOS

Uma das mães entrevistadas, Mara, por demonstrar “ser de briga”, foi alertada por um dos agentes educadores do DEGASE sobre a importância de conhecer o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, pois parte dos familiares não sabiam que os jovens, mesmo em conflitos com a lei, têm direitos.

Eu conheci o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, na unidade do sistema quando o meu filho estava lá dentro..... um agente, chamado Simão, foi quem me mostrou ele, né? Porque as minhas reivindicações era muito no xingamento, ia lá em cima e botava dedo na cara do diretor, e tal. E aí ele chegou e falou assim: - Mara você tem muito futuro, – não me esqueço disso nunca. – mas você tem que ser lapidada. Se você for lapidada você tem muito futuro. E pra você ser lapidada a primeira forma de se lapidar é você lendo isso aqui. – Aí me deu um livrinho pequenininho no qual eu lia todos os dias, todos os dias não, todo final de semana quando eu ia pra casa eu ia lendo. E ele me explicava. Porque ele era engajado em movimento social, já tinha um engajamento de luta sobre aqueles meninos. E ele trabalhava com aqueles meninos arte, pintura, era muito legal o que ele fazia com os meninos. Ele me explicava o que eu queria saber de alguma palavra, alguma coisa que eu não entendia no estatuto e ele me dizia. E esse agente falou de mães que tinha uma certa liderança com as outras mães, e ele via isto em mim, que se fizessem algum trabalho, se investissem em mim, que eu tinha condição de trazer essas mães pra botar no projeto⁴⁷.

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

A partir do referido agente, proveniente do movimento social conseguiu entrar com as demais em uma das unidades e realizar uma série de atividades com seus filhos. Criou-se então uma rede de solidariedade, fazendo com que outras mães que não compareciam ao Sistema comesçassem a visitar os seus filhos, com a ajuda do próprio filho que cumpria medida.

Mara iniciou uma reconhecida e premiada⁴⁸ carreira de militante promotora dos Direitos Humanos, seguidas de uma incessante luta pela divulgação do ECA e dos direitos

⁴⁷ Projeto da Fundação Bento Rubião.

⁴⁸ Dois prêmios de cunho pessoal e três com as demais integrantes do Movimento Moleque): Medalha de Direitos Humanos Bento Rubião; Moção na ALERJ de Direitos Humanos; Prêmio Lélia Gonzalez (entre as doze mulheres negras que fazem trabalhos de direitos humanos na América Latina); Medalha Chico Mendes; Moção de Honra ao Mérito (concedido pela Vereadora Lilian de Sá); prêmio Lélia Gonzalez (pela segunda vez).

dos adolescentes em unidades de medidas sócio-educativas. Foi exatamente em uma das unidades em que seu filho estava internado, que iniciou o trabalho e com ele lhe ajudando.

Porque ele lia, ele conseguia interpretar, o que ele não sabia ele também me perguntava, eu dizia nos dias das visitas, no dia que eu ia lá e ele começou a ficar antenado, ver os absurdos que acontecia em volta deles e botando e falando pros meninos e os meninos participando. Aí eles começaram a reivindicar, porque começaram a entender os seus direitos.

Faço articulação das famílias desses meninos para ir na Bento, para participar dos grupos atendimento, para informar às mães sobre o contexto de ser uma mãe de um adolescente que cometeu um ato infracional, de estar proporcionando a elas também passeios, conversas entre elas mesmas para se ajudarem. Os adolescentes faço encaminhamento para curso profissionalizante, para o mercado de trabalho e também saio com eles porque a gente trabalha com eles o protagonismo juvenil. Então a gente sai com eles pra teatro, pra cinema, pra eles poderem entender o que é ser adolescente no mundo de hoje, o que é ser um adolescente autor de ato infracional e tudo que diz respeito a um jovem.

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

Depois que perdeu o filho, amenizado o luto e a depressão passou a militar pela causa dos adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas e a participar do movimento social de promoção dos Direitos Humanos por outro motivo além dos já abordados e que extrapola a militância, isto é, diz esperar que o seu filho *“onde ele estiver, sentirá o meu amor e serei por ele admirada”*.

Mães com filhos envolvidos com atos infracionais, submetidos a grupos criminosos armados, podem ser identificadas com o “grupo” de mães que lutam contra o preconceito e pelos direitos dos seus filhos “mesmo em conflitos com a lei”. E, neste caso, só ficarão condenados a uma vida de internação (presídio) se persistirem, uma vez que não se trata de situação “incurável” e definitiva. Provavelmente seja nesta perspectiva que estas mães que fazem parte do “grupo da dissertação” e da rede mais ampliada, incentivada pelo Movimento Moleque, apostam.

4.8.5. A ESTRATÉGIA DA REDE MATERNA

As visitas destas mães aos seus filhos ocorrem, de acordo com o caso e decisão do juiz, semanal ou quinzenalmente. Há uma classificação entre estas mulheres: “*mãe de primeira vez*” e “*mãe de repetidas vezes*”. E o tratamento recebido nas unidades sócio-educativas também faz esta distinção.

Então eles tratam de uma forma uma mãe de primeira vez e tratam de outra as mães que já estão lá sempre. Os filhos já foram duas, três, quatro vezes. Então quando a mãe já tá quatro, cinco vezes ele já: — Ah! A senhora já sabe o procedimento. Pelo amor de Deus. É só a senhora ir lá na 2ª Vara amanhã, e tal, tal. Não preciso nem te dar aquele papelzinho, né? A senhora sabe muito bem onde é. Todo dia a senhora tá aqui, seu filho tá aqui. Não sei como a senhora agüenta, como a senhora não cansa.

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais.

No momento das visitas aos filhos nas unidades sócio-educativas várias mães se encontram e, segundo a observação das entrevistadas, enquanto “*a maioria chora de desespero*”; “*sentem muita vergonha*”; “*sofrem muito*”, outras parecem banalizar a questão

devido, talvez, às inúmeras passagens dos filhos no Sistema Degase.

Ah, as mães, os papo dela é que elas fala: -“ Pôxa, meu filho tá num lugar horrível. Pô, isso aqui é o inferno, que não sei que, eles não tem direito a nada, que é tudo cheio de graça aqui, é tudo cheio de “mocracia” (!). Aí já tem outra que fala: - “Oh, eu vou vim aqui pela última vez, se ficar perturbando já falei com ele mermo, não vou mais vim, vou deixar ele abandonado aí, não quero saber de nada porque eu não só tenho ele, eu tenho os outros garoto também pequeno pra mim dá atenção”. Cada mãe fala os seus negócio, né? Aí tem mãe que fala: - “Não, não vou abandonar ele não. Eu vou com ele até o fim. Aonde o meu filho for eu vou ir. Eu não quero saber de nada não, eu vou ajudar meu filho. Não vai ser abandonando que eu vou ajudar ele e ele vai melhorar.

Sonia, 44 anos, um filho em unidade sócio-educativa.

A atenção e a preocupação que as “*mães de repetidas vezes*” têm para com a “*mãe de primeira vez*” se dá nos dias visita explicando os procedimentos, a burocracia, o que podem

trazer para seus filhos; os alertas sobre os cuidados que devem tomar; o consolo no estabelecimento de uma “nova identidade”: mãe de filho em unidade sócio-educativa. De certa forma, trata-se dos pontos de uma rede que tecem entre elas, iniciada por Mara, uma rede de apoio emocional e informativo sobre direitos humanos e, especificamente, sobre direitos dos adolescentes em conflitos com a lei..

Eu comecei a falar pras mães, mas aí a gente estava assim na fila e aí eu falava, falava a mãe não escutava direito. Então o que acontece? Tinha uma pedra, como tem até hoje lá, uma pedra, e aí eu subia nessa pedra, era muito engraçado. Eu subia nessa pedra e pedia que elas botassem as bolsas assim na rua, ali na calçada, eu subia nessa pedra e chamava elas. E aí lia os artigos do ECA ali; explicava o que que era um adolescente autor de ato infracional, qual era o direito que ele tinha, qual era o direito dessa família, dessa mãe que era mãe desse adolescente, o que que esse adolescente podia fazer mesmo preso, a gente ainda não falava medida sócio-educativa.

Mara, 42 anos, um filho assassinado por policiais

Segundo Mara⁴⁹, raramente as mães contam com algum tipo de ajuda dos pais dos jovens internados em unidades de medidas sócio-educativas. O pai do filho adotivo de Sonia é por ele desconhecido; os pais dos dois filhos de Carla que se envolveram, são totalmente ausentes; o pai do filho (assassinado) de Débora mora nos Estados Unidos, nunca enviou qualquer ajuda. Como uma “alternativa” à ausência da figura paterna Mara recorreu então ao seu próprio pai, avô do jovem, ouvindo deste o que pode significar não só uma classificação identitária para os jovens envolvidos, como também uma sentença: *“você já fez sua parte, e, bandido uma vez, é bandido sempre; entrou, não tem mais jeito, o que você pode esperar agora é só o pior”*. Esta mesma mãe relata que das quatro vezes que o garoto foi *“pego pelo Sistema”*, o seu pai só o visitou uma vez, *“levando biscoitos e refrigerante de péssima qualidade”*, o contrário do que ela fazia: *“levava refrigerante de marca tipo Fanta, Coca Cola e biscoito Trakinas”*. Depois desta fala, refletiu e disse que ele podia até levar aquele tipo de produto, mas que pelo menos fosse visitar o filho.

⁴⁹ Acompanha as mães no Movimento Moleque e na Fundação Bento Rubião.

Os encontros dos jovens com suas mães nas visitas do CRIAN se dão no refeitório⁵⁰, que possuem mesas e bancos de cimento bem compridas. Mara, depois de inúmeras insistências expressas de diferentes maneiras, conseguiu fazer um trabalho – pois neste momento foi “descoberta” pela ONG Bento Rubião – dentro do CRIAN. Na unidade em que estava o seu filho e, com diversas mães, criou e organizou atividades. Para ela as mesas do refeitório, onde aconteciam os encontros com seus filhos e os lanches coletivos, lembravam a mesa da Santa Ceia, e por isto passou a chamar de “mesa de Jesus”. Fizeram uma caixinha onde cada uma depositava o que podia para dividir entre as mães que não tinham dinheiro, não só para a passagem de ônibus como para levar os biscoites e outros artigos de necessidade básica e de higiene para os filhos. Nos refeitórios e nestas mesas comemoraram Dias das Mães, Natal e outras datas.

Estes eventos sob a coordenação de Mara começaram a incomodar à direção que, para romper com esta Rede, tirou dali o seu filho enviando-o para casa, o que, segundo seu ponto de vista, o colocou outra vez vulnerável à participação no tráfico de drogas, e conseqüentemente, à morte.

Quando os filhos se envolvem, tirá-los da submissão dos grupos criminosos armados, “salvá-los desta vida”, se torna para muitas mães uma *via crucis* de acontecimentos inusitados, muitas vezes, enfrentados por elas, solitariamente. O fato se agrava porque ao se tratar de famílias pobres o acesso à segurança e à justiça é muito difícil, assim como condições de alternativas para estes adolescentes e jovens, onde se incluem aqueles que manifestam o desejo de sair do tráfico, aqueles que expressam no “corpo e na alma” a necessidade de tratamentos de saúde, sejam físicos ou emocionais.

⁵⁰ Registrado no filme “Juízo” de Maria Augusta Ramos (2007). O filme acompanha a trajetória de jovens com menos de 18 anos diante da lei. Meninas e meninos pobres entre o instante da prisão e do julgamento por roubo, tráfico, homicídio. O documentário conduz o espectador ao instante do julgamento para desmontar os juízos fáceis sobre a questão dos menores infratores.

Como já foi abordado, com todo o conhecimento acumulado em relação às unidades sócio-educativas, com o número de mulheres que conheceu e com quem se identificaram, duas mães, uma delas, Mara⁵¹, criaram o Movimento Moleque. As mulheres que o integram, ficou claro durante as reuniões onde se realizou a observação participante, dão exemplos de funcionalidade desta Rede, relatam sobre as mães que já viveram a experiência da revista íntima, ensinam às outras “*os macetes*” para o ritual ser mais rápido e não perderem o tempo que consideram precioso, para ver os seus filhos.

A estratégia de redes maternas tem na história da cidade do Rio de Janeiro as Mães de Acari, que permite destacar a construção de uma nova representação para o valor da maternidade (FREITAS, 2002). Da mater dolorosa às mães lutadoras, guerreiras, participam do movimento social por justiça. Da biologia e do valor cultural dado à maternidade, estas mulheres na luta por reconhecimento (HONETT, 2003) de sua causa, estabeleceram uma “nova figura materna”: *“Quero crer que o envolvimento delas nessas lutas – a partir do que seria seu lugar na esfera privada – possibilitou dentro dos seus limites, a construção de uma nova identidade relacionada à suas práticas na esfera pública que gerou mudanças também na dimensão privada, dada a circulação nos diferentes espaços. Ser uma Mãe de Acari, apesar do aspecto da dor (sempre muito enfatizado) também possibilitou a estas mulheres uma fonte de poder e identidade”* (FREITAS, 2002).

Durante anos as Mães de Acari, como ficaram conhecidas, exigiram não apenas a prisão dos policiais acusados pela chacina dos filhos como também embarcaram em uma incessante busca pelos corpos das vítimas. Estas mulheres tornaram-se protagonistas sociais na luta por direitos humanos no Brasil. No Rio de Janeiro influenciaram movimentos similares, como: Mães do Rio, Mães de Vítimas de Violência, Mães da Cinelândia, Mães do

⁵¹ Mara também continuou na Fundação Bento Rubião, fazendo uma ponte entre esta organização e o Movimento Moleque, de caráter voluntário.

Caju, Mães do Borel, assim com movimentos em outros estados, onde se destacam as Mães de Sorocaba e as Mães da Praça da Sé.

As mães entrevistadas para esta dissertação sofreram uma transformação quando passaram do exercício de uma maternidade de características estritamente doméstica, ou de rotina, para uma maternagem estrategista e, de forma muita acentuada para duas delas, para a maternidade militante.

CAPÍTULO 5.

MATERNANDO NA SITUAÇÃO-LIMITE E RESSIGNIFICANDO A MATERNIDADE

No Rio de Janeiro, como em muitas cidades do mundo, a violência urbana está intrinsecamente relacionada ao tráfico de drogas e de armas configurado no poder paralelo exercido por grupos criminosos armados com domínio de território (SILVA, FERNANDES e BRAGA, 2008), que “empregam” adolescentes e jovens para o comércio de drogas á varejo.

O tráfico de drogas, um dos geradores da violência destes referidos grupos, é disseminado no tecido urbano pelos adolescentes e jovens filhos – homens na maioria - de famílias pobres, moradoras de comunidades situadas em territórios populares e se apresenta como uma ramificação e um fortalecimento (um ponto a mais) do macro-tecido social, cujo pano de fundo é a globalização e, em específico, a sua orquestração sobre o narcotráfico. Enfocando assim, o tráfico de drogas mundializado e poderoso depende, de certa forma, do envolvimento de cada criança, de cada adolescente e de cada jovem, no campo local, isto é, das diversas comunidades do mundo, entre elas, as favelas da cidade do Rio de Janeiro. Este foi o problema de fundo da dissertação.

A exclusão social tem sido um dos sintomas mais persistentes, em virtude da pobreza em que vive parte da população nas metrópoles brasileiras, da segregação e da discriminação. Esta exclusão pode se manifestar de diversas formas: exclusão econômica, que gera o desemprego, o baixo poder aquisitivo, causando estados de carência ou privação material; segregação cultural que priva parte dos indivíduos da escolaridade, da aquisição de conhecimento e ampliação de visão de mundo; a exclusão territorial, que afasta o cidadão do convívio com o restante da sociedade e a segregação étnico/racial, impedindo que grande parte da população afro-descendente usufrua de bens e de direitos (FEIJÓ; ASSIS, 2004).

Insere-se aqui a exclusão de gênero. Neste ponto, estabelece-se a tensão da intersecção de gênero, raça e classe social “constituintes das avenidas que estruturam os terrenos social, econômico e político” e, através, delas, as dinâmicas do “desempoderamento” se movem (CRENSHAW, 2002). As mães entrevistadas – pobres e negras - são o exemplo desta afirmativa.

No caso estudado, estas interseções se dão em um cenário de solidão e violência, emblemizada pelo envolvimento dos filhos em situações de conflito com a lei. Como problema central destacou-se a maternidade enredada na situação-limite dos filhos envolvidos em atividades incrementadas por estes grupos, onde se destaca expressivamente o tráfico de drogas. Retomando-se à idéia de que maternidade é um fenômeno social (SCAVONE, 2001), marcado pelas desigualdades sociais, étnico/raciais, e pela questão de gênero que lhe subjaz, acrescentamos neste trabalho mais um fenômeno social do qual dialogou nesta dissertação: a violência urbana, cenário para o envolvimento dos filhos com os grupos criminosos armados que fincados nos territórios são corresponsáveis pelo alto índice de letalidade juvenil na cidade do Rio de Janeiro.

A maternidade, mesmo situada no campo da vida privada, tem a sua existência e sentido ameaçados quando se dá em territórios dominados por grupos criminosos armados, complexificada pelo envolvimento de filhos em atividades ilícitas, aqui considerada uma situação-limite (POLLAK, 1990; FREIRE, 1987) para as mães, e suas consequências. Este envolvimento tão precoce com a criminalidade tem sido considerado um dos mais graves efeitos da violência urbana.

Considerou-se situação-limite, de dramáticas proporções, o envolvimento dos filhos no tráfico de drogas. Premidas pela responsabilidade da criação e sustento dos filhos, além de acompanharem solitariamente a trajetória dos que se “envolveram”, criam estratégias diversas – ou saídas - da situação-limite que passam a viver depois do evento-envolvimento dos filhos.

Este conceito foi considerado mais oportuno do que o de adversidade por ser entendido mais capaz de dar conta da complexidade (VASCONCELOS, 2002), uma vez que a situação-limite tendo o poder de deflagrar crise pode gerar novas situações-limite. Retomando a pesquisa, as mães que viveram a situação-limite dos filhos envolvidos em atividades ilícitas/tráfico de drogas já haviam sido submetidas a outras adversidades, como uma infância sem maternagem; gravidez e maternidade na adolescência e na infância (para uma das entrevistadas), violência de gênero.

Este estudo evidenciou, a partir das considerações das próprias mães, que neste clima de violência, cujo cenário são os territórios de favela, diversos fatores contribuíram para que os seus filhos nem bem tivessem se afastado da passagem entre infância e adolescência já se envolvessem em atividades geradas e regidas pelos referidos grupos. Fenômenos como pobreza, exclusão social, desigualdade de gênero/raça, racismo, criação solitária dos filhos, violência de gênero, contatos permanentes e nem sempre tranquilos com os chamados comandos do tráfico de drogas e a violência que tumultua a dinâmica cotidiana dos moradores destes territórios populares, coloca a maternidade entrincheirada e são elementos configurantes de uma sinergia de pragas (SINGER, 2001), produto da convergência, ou sinergismo, de diferentes fatores que contribuem para a formação de um ambiente social desfavorável, fator propulsor de situações-limite.

As histórias de vida das quatro entrevistadas, complementadas pelos dados obtidos na entrevista coletiva e na observação participante, são testemunho de que não paralisaram, mesmo que tenham vivido momentos extremamente críticos. Pelo contrário, tudo fazem (e fizeram) por eles. O “envolvimento” dos adolescentes, e suas inúmeras e graves consequências, significaram para elas, a situação-limite de maior impacto, testando-lhes ininterruptamente.

A capacidade de superar a situação-limite dos filhos envolvidos em atividades ilícitas/tráfico de drogas foi o “fio condutor” de um sentimento – amor de mãe - e cuidado que as faz percorrer “terrenos movediços” que a realidade em um contexto de violência lhes apresenta quando os filhos se envolvem como elas mesmo expressam, “*nessa vida*”. Se antes da referida situação-limite o grau da maternagem pelos filhos não possibilitou a existência de um “ambiente bom o bastante” (WINNICOTT, 2005), em nenhuma das famílias constituídas por estas mães e seus filhos, a experiência dos que se envolveram nas atividades ilícitas/tráfico de drogas e os desdobramentos daí advindos, as fizeram rever a forma como se dá a sua relação com os filhos e se identificando com eles em relação à inúmeras privações (econômicas e psicossociais). Passaram a materná-los de forma mais dedicada e a tentar transformar a sua relação, inclusive com os outros filhos, “para que não sigam o mesmo caminho”. Acreditam que ampliar o cuidado (a maternagem) seja uma das saídas para a superação da situação-limite.

A experiência vivida pelos filhos, e por elas que os acompanham, e as prováveis consequências como interdição (e reincidências) no sistema DEGASE fez com que substituíssem o sentimento inicial de culpa por maior dedicação, expressando a maternagem, cuidando-os de uma maneira mais sensível, tornando-se mais observadoras dos seus sinais, percebendo que também sofrem.

A “maternagem” ou “provisão maternal” (WINNICOTT, 2005) destas mães sobre estes filhos é a florada. O ambiente da maternagem inclui a confiança, o cuidado, a afetividade, a satisfação das necessidades dos filhos, que elas buscam dentro da condição de escassez em que vivem, a doação e o afeto que as faz recorrer a quem for possível para lhes garantir a condição de visitá-los nas unidades sócio-educativas, na medida em que consideram que este filho, em relação aos demais, necessita de maior cuidado.

As mães entrevistadas, mesmo não maternadas, tornaram-se mães adolescentes, criaram os seus filhos e os maternaram, ampliando esta atitude quando os filhos se envolveram no tráfico de drogas, passando a assumir a maternagem de forma mais contundente buscando, mesmo com condições econômicas insustentáveis, criar um ambiente bom o bastante para este “filho envolvido” e cobrando o mesmo das instituições sócio-educativas, uma vez que a maternagem pode ser uma prática de pais, mães, instituições.

A dissertação evidencia que estas mães, ao acompanharem a trajetória dos filhos envolvidos em atividades ilícitas/tráfico de drogas, conformando uma situação-limite de grande dramaticidade, passam por uma transformação. Substituem então o sentimento inicial de culpa por responsabilidade, criando estratégias, negociando com traficantes, policiais e milicianos e buscam a sua própria integração em espaços com os quais e através dos quais, podem intermediar por seus filhos.

A situação-limite ao gerar crise também provoca transformações em quem as vive. No caso das mães entrevistadas isto acontece não só em relação à sua própria condição no desempenho do papel da maternidade anteriormente vivida como uma “maternidade de rotina”. Passaram a maternar (WINNICOTT, 2005) os filhos e, em especial, os que se envolveram no crime, mesmo que não tenham sido maternadas em suas infâncias e vivido, nas suas histórias de vidas outras situações-limite, resignificaram a maternidade, praticando uma “maternagem estrategista” e/ou “maternagem política”.

Mesmo vivendo inúmeras situações-limites, no papel da maternidade, ou até a partir destes agentes deflagradores das situações-limite, as mães passam a viver como se tivessem extraído, de dentro de si, o desejo de ser ou agir diferente, seja na relação consigo, seja na relação com “este filho”, seja na relação com os outros filhos. Nesta trajetória dá-se uma mudança quando transpõem a “rotina maternal” e aliam-se a outras mães com as quais se identificam na busca dos direitos dos seus filhos “mesmo em conflitos com a lei”, de justiça e

de reconhecimento do amor materno pelos seus próprios filhos e da sociedade, pela sua causa. Suas lágrimas são acompanhadas pela consciência – adquirida com a experiência da situação-limite dos filhos envolvidos em atividades ilícitas/tráfico de drogas e em passagens diversas pelas unidades de medidas sócio-educativas - de que vários fatores contribuíram para o seu envolvimento, motivaram suas prisões e causaram as mortes dos dois jovens. Estas mulheres, em níveis e ritmos diferentes, vivendo tais experiências, ressignificaram a maternidade.

Este “amor diferente” (SCHEPER- HUGHES, 1997) pelos filhos, que pode ocorrer em condições limite de escassez e outras situações-limite resgatadas por suas histórias de vida onde se sobressai o ampliado pelo envolvimento dos filhos em transgressões – e suas diversas consequências - deflagrou nestas mulheres uma maternagem extremada, por elas não vividas enquanto filhas.

O sentimento de frustração entre a expectativa em relação a estes filhos (*“crescer e ser alguém”*; estudar; ter uma profissão; ter condições de sair da favela) e a realidade do seu envolvimento em atividades ilícitas/tráfico de drogas, não significa que seja amenizado por outros filhos que, perambulando pelas favelas, estudando em escolas “sem professores”, vivendo em territórios violentos, correndo o risco de se espelharem nos irmãos, encontram-se vulneráveis a seguir o mesmo caminho”, re-abrindo para estas mães um novo ciclo de situações-limite. Mas isto também não as paralisou. Na maioria das vezes, como o caso das quatro entrevistadas, são elas as únicas responsáveis pelas inúmeras atividades que este contexto – ou este amor - lhes coloca.

A dissertação pode então destacar que, sejam quais forem os motivos, depois do impacto da situação-limite, vislumbrada com a percepção de que o filho não é “o que se esperava”, a capacidade destas mães de buscar formas diversificadas de intervenção, de relacionar-se com a institucionalização dos filhos nas unidades de medidas sócio-educativas,

as leva à possibilidade de iniciar uma nova trajetória em suas vidas, como a da militância política pelos direitos dos “adolescentes em conflitos com a lei”.

É deste lugar, que ao se auto-reconhecerem, se identificam com outras vítimas desta conjuntura, criam os laços de solidariedade e redes onde se manifesta esta “força estranha”, esta luta por justiça, por garantia dos Direitos Humanos dos seus filhos, luta por reconhecimento (enquanto cidadãs, mães de cidadãos que transgrediram, mães de cidadãos assassinados ou desaparecidos), criando uma identidade de luta coletiva que fortalece, mesmo com a dor, a idéia e a ousadia de enfrentar políticos, polícias, grupos de extermínio, narcotraficantes.

O valor da maternidade é desafiado por estas mulheres que, ao lutar por reconhecimento – da sua dor, do seu direito de justiça - criam canais possíveis de revisão de conceitos, de valores, provocando uma nova maternidade. Adquirem conhecimentos diversos: ECA, Direitos Humanos; informações sobre o funcionamento do sistema (DEGASE); integram redes de promoção dos DH; conhecem as ONGs de DH e/ou que trabalham com juventude(s); participam de passeatas, campanhas, seminários nacionais e internacionais; fazem o lobby. A troca entre as mães sobre os mecanismos de Direitos Humanos cria laços de solidariedade e legitima algumas lideranças femininas nas comunidades.

As mães entrevistadas ainda insistem no valor do amor materno, porque mesmo imposto na pele e no colo das mães, mesmo explorado na perspectiva de subalternidade do gênero feminino, mesmo analisado, mesmo relativizado, nos quatro casos estudados, para esta dissertação, ainda é o que as faz, solitariamente, lembrar que aquele filho que a acordou tossindo, e que ela levou à unidade básica de saúde, mesmo auxiliada por traficantes, é o mesmo filho que trilhou caminhos arriscados, que elas pensaram em momentos de desespero abandonar, mas não o fizeram porque se não tinham a consciência, a adquiriram para entender que quem os abandonou foram a figura paterna e o Estado, representações do pátrio poder,

onde se insere o poder econômico, que estas mães nem de longe chegam perto para satisfazer as necessidades dos seus filhos ,sejam de ordens reais, sejam de ordens simbólicas.

Como os estudos sobre vivências de mães em situações-limite, abordados nas referências teóricas, estas ordens (reais e simbólicas) podem ser expressadas na disponibilidade total, que implica em uma nova organização de suas vidas; na exigência dos direitos já que adquiriram informações e formas de cuidar ou maternar (SOUZA e PIRES, 2003).

Instaura-se a “multifuncionalidade materna”, pois adquirem no processo um leque de papéis como estrategistas, promotoras de direitos, “ouvidoras” de outras mães que vivem a mesma situação-limite, articuladoras, lobistas, terapeutas e a noção de luta permanente por espaço para seus filhos, garantia de direitos e contra a discriminação (MACEDO e MARTINS, 2004).

Outra demonstração destas transformações refere-se ao apego aflorado pelo “filho real” (BARBOSA, CHAUD e GOMES, 2008), que cometeu delitos não correspondendo à idéia de “filho ideal”, conseguindo construir com ele uma base de relacionamento em que mesmo com o problema passam a manifestar o sentimento de amor e carinho, inclusive apelando para religiões ou crenças, acreditando que devem fazer “*o que deve ser feito pelas mães*” (Mara), mesmo que isto lhe traga desgaste físico e emocional.

Os resultados evidenciam que mulheres que não foram maternadas e não vivenciaram a formação de vínculos adequados vieram a maternar de forma mais dedicada, justamente nas condições mais difíceis, instigando o debate que a maternagem é desenvolvida a partir da identificação com uma mãe que maternou (CHODOROW, 1980) e as ideias de que para serem “mães suficientemente boas” (WINNICOTT, 2005) precisam ter sido maternadas em um “ambiente suficientemente bom”, protagonizado por suas mães. A principal variável a ser considerada por estes autores é sempre a ausência da mãe ou da figura materna. Para Bowlby

(2002) um “ambiente estranho” implica consequências, mas o que importa muito mais para uma criança é se a mãe está presente ou ausente.

Vale ressaltar que nenhuma destas visões, pontuadas no parágrafo anterior, consideraram os contexto sócio-econômico (ou fatores estruturais), a vivência em territórios de violência e o que toda esta experiência significa para o exercício do papel social da maternidade e a vivência da maternagem, entendida como cuidado, que esta dissertação evidenciou.

Há uma transformação destas mulheres a partir da demanda da crise do filho em função da identificação que estabelece com ele no que diz respeito à vivência de situações-limite. Tais resultados merecem atenção e estudos futuros por apontarem a plasticidade da natureza humana, a capacidade de transformação gerada a partir do sofrimento e da crise, independente das experiências anteriores na infância e na adolescência. Sem dúvida, aponta para a necessidade de uma psicossociologia da realidade brasileira, especificamente no que diz respeito às vivências em contextos de pobreza, exclusão social, violência urbana e envolvimento de adolescentes em atividades ilícitas/tráfico de drogas, com a qual esta dissertação pretende contribuir.

6. REFERÊNCIAS CITADAS

ABRAMOVAY, Mirian; CASTRO, Mary Garcia; PINHEIRO Leonardo de Castro; LIMA, Fabiana de Souza; MARTINELLI, Claudia da Costa. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ALARCÃO, Ana Carolina Jacinto; CARVALHO, Maria Dalva de Barros; PELLOSO, Sandra Mariza. A Morte de um Filho em circunstância violenta: compreendendo a vivência da mãe. **Rev. Latino-am Enfermagem**, 2008. Maio-Junho, 16(3). 2008. www.eerp.usp.br/rlae

ASSIS Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Criando Caim e Abel -Pensando a prevenção da infração juvenil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, n. 1, p. 131-144, Rio de Janeiro: 1999.

ATHAÍDE, Celso; BILL, MV. Falcão - **Meninos do Tráfico**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2007.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado. O Mito do Amor Materno**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S/A, 1980.

BARBOSA, Maria Angélica Marchetti; CHAUD, M. N.; GOMES, M. M. F. Vivências de mães com um filho deficiente: um estudo fenomenológico. **Acta Paulista de Enfermagem**. Vol. 21, n. 1. São Paulo. Jan/Mar, 2008

BARTHES, Roland. **Fragmentos de um Discurso Amoroso**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade. A Busca por Segurança no Mundo Atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003

_____ **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BERGER, Sonia Maria Dantas; GIFFIN, Karen. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro: 21(2) pp. 474-485, mar - abr. 2005.

BOING, Elisângela; CREPALDI, Maria Aparecida. Os efeitos do abandono para o desenvolvimento psicológico de bebês e a maternagem como fator de proteção. **Estudos de Psicologia**. Vol. 21. N.3. Campinas. Dez. 2004.

BOWLBY, John. **Apego. A Maturidade do Vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CAIXETA, Juliana Eugênia; BARBATO, Silvine. **Identidade Feminina: Um Conceito Complexo**. Universidade de Brasília. 2004

CARVALHO, Maria João Leote de. Jovens, espaços, trajetórias e delinquências. **Sociologia**. No. 49, p.53-70, set. 2005. Disponível em: www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.

CARVALHO, Maria Luiza de. Cuidado, sociedade e gênero: a experiência de pais cuidadores. **Tese de doutorado do programa de pós-graduação em psicossociologia de comunidades e ecologia**; Instituto de psicologia da UFRJ, 2005.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Caderno de Pesquisa**, nº 116, São Paulo, 2002.

CECHETTO, F.R. **Violência e Estilos de Masculinidade**. Ed. FGV, Rio de Janeiro. 2004

CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da Maternidade. Uma crítica a Freud a partir da Mulher**. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1990

CONTE, Marta; OLIVEIRA, Carmen Silveira de; HENN, Ronaldo César. Consumismo, uso de drogas e criminalidade: riscos e responsabilidades. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.27 n.1 Brasília março 2007

CORREIA, Gilka Borges. Sexualidade e Maternidade: “nós” e “laços” de um fenômeno cultural”. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**. Vol. 8. No. 1, Jan a jun 1997.

CRENSHAW, Kimberlé. **A Interseção das Desigualdades de Raça e Gênero**. Implicações para as Políticas Públicas e os Direitos Humanos. Consulado geral dos EUA. RJ, 2002

D'ÁVILA NETO, M. I. . La participación ambigua. **Courrier de la Planète**, v. 74, n. 3, p. 41-43, 2005.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. N. 24. Set. out. nov. Dez. 2003.

DEKEL, Rachel. Motherhood in a Time of Terror: Subjective Experiences and Responses of Israeli Mothers. **Affilia**, Nº 2, Vol. 19: Pp. 24 - 38. 2004

DIMENSTEIN, M.; ZAMORA, Maria Helena; VILHENA, Junia de. Da Vida dos Jovens nas Favelas Cariocas. Drogas, Violência e Confinamento. **Revista do Departamento de Psicologia da UFF**, Niterói - RJ, v. 16, n. 1, p. 23-40, 2004.

DOWDNEY, Luke. **Crianças do tráfico: Um Estudo de Caso de Crianças em Violência Armada Organizada no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Sete Letras, 2003.

_____. **Nem Guerra Nem Paz**. Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2005

DUARTE, Rosália. Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o Trabalho de Campo. **Caderno de Pesquisa**, no. 115. P. 139-154. Março, 2002.

ECOS – Comunicação em Sexualidade. **Gravidez de adolescentes entre 10 e 14 anos: vulnerabilidade social**. São Paulo: 2004

EDMUNDO, Kátia; SOUZA, Cecília de Mello e; CARVALHO, Maria Luiza de; PAIVA, Vera. Vulnerabilidade ao HIV em favela do Rio de Janeiro: impacto de uma intervenção territorial. **Rev. Saúde Pública** vol.41 suppl. 2 São Paulo Dec. 2007.

EIZIRIK, Mariana; BERGMANN, David Simon. Ausência paterna e sua repercussão no desenvolvimento da criança e do adolescente: um relato de caso. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Vol. 26 no. 3. Pp. 2 a 11. Porto Alegre. Sept. /Dec. 2004

EMUTH, Stephen; BROWN, Susan L. Family Structure, Family Process and Adolescent Delinquency: the Significance of Parental Absence versus Parental Gender. **Journal of Research in Crime and Delinquency**. 2004; 41;58.

FEFFERMANN, Marisa. **Vidas Arriscadas. O Cotidiano dos Jovens Trabalhadores do Tráfico**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006

FEIJÓ, Maria Cristina; ASSIS, Simone Gonçalves de. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. **Estudos de Psicologia**, vol. 9 no.1. Natal: Jan/Apr. 2004.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; PENNA, Nelba Azevedo. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. **GEOUS: Espaço e Tempo**, São Paulo, no. 18, PP.155-168, 2005.

FETTERMAN, D. Finding your way through the forest: Analysis Ethnography: **Step by Step**. Cap. 5, pgs 88-103, Londres, 1989

FIDALGO, Lurdes. **(Re) Construir a Maternidade. Numa Perspectiva Discursiva**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

FLECK, Ana Cláudia e WAGNER, Adriana. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. **Psicologia em Estudo**, Vol. 8, no. Especial. Maringá: 2003.

FOOTE-WHYTE, William. **Treinando a Observação Participante. Desvendando Máscaras Sociais**. Alba Zaluar (org.). Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1990.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Cadernos de Psicologia e Educação - Paidéia**, USP - Ribeirão Preto São Paulo, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004.

GALLAND, Olivier. **Sociologie de la jeunesse**. Ed.: Armand Colin, Paris: 1997.

GALLO, Alex Eduardo; WILLIAMS, Lucia Cavalcanti de Albuquerque. Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. **Psicologia: Teoria e Prática** – 2005,7 (1): 81-95

GIFFIN, Karen. Nosso Corpo nos Pertence: A Dialética do Biológico e do Social. **Cadernos de Saúde Pública** (FIOCRUZ), v. 07, n. 02, p. 190-200, 1991.

GOFFMAN, Erving. Estigma. **Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

HAMMERSLEY, M. & ATKINSON, Paul. **Recording and Organizing Data. Ethnography: Principles in Practice.** London: Tavistock, 1983

HEILBORN, Maria Luiza; SALEM, Tania; BOZON, Michel, et alli. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horizontes Antropológicos.** Volume 8, Número.17, Porto Alegre: Junho 2002

HONNETH, Axel. **A Luta por Reconhecimento. A gramática Moral dos Conflitos Sociais.** São Paulo: Editora 34, 2003

HORTA, R. L.; HORTA, Bernardo Lessa; PINHEIRO, Ricardo Tavares. Drogas: Famílias que protegem e que expõem adolescentes ao risco. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 55, p. 268-272, 2006.

KAMERS, Michele. Do universal da maternagem ao singular da função materna: reflexões acerca da educação primordial. **Revista de Psicanálise: Pulsional.** P.38-45. Ano XVII, n. 180, dezembro, 2004.

KLIEWER, Wendy; MURELLE, Lenn. Violence Exposure and Drug Use in Central American Youth: Family Cohesion and Parental Monitoring as Protective Factors. **Journal of Research on Adolescence**, 16(3), 455-478. 2006

LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo. Atividade e Vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco? **Dados: Revista de Ciências Sociais.** Vol. 49, no.1.pp.67 a 97. IUPERJ: 2006

LEITE, Márcia Pereira (Org.); BIRMAN, Patrícia (Org.). **Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz.** Porto Alegre: UFRGS/Pronex-CNPq, 2004.

Violência, insegurança e cidadania: reflexões a partir do Rio de Janeiro. UERJ, Rio de Janeiro: 2004.

LEOTE, Maria João Leote de. Jovens, espaços, trajetórias e delinquências. **Sociologia, Problemas e Práticas.** No. 49, pp.71-93. 2005

LIRA, Vilnia Batista de. Maternidades e Esfera Pública: um estudo sobre a inserção de mães no atendimento aos adolescentes em conflitos com a lei. **Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social. Escola de Serviço Social. UFF.** 2006.

LUCHINI, Ricardo. **A criança em situação de rua: uma realidade complexa**. In RIZZINI, Irene (Org.) Vidas nas Ruas. Crianças e Adolescentes nas Ruas: Trajetórias Inevitáveis? Rio de Janeiro: Edição Loyola. Editora PUC.

MACEDO, Benedita Cruz; MARTINS, Lucia de Araújo Ramos. Visão de mães sobre o processo educativo dos filhos com Síndrome de Down. **Educar**. Curitiba: no. 23. pág. 143-159, Editora UFPR, 2004.

MACHADO, L. Z. Masculinidades e Violências. Gênero e Mal-Estar na Sociedade Contemporânea. **Série Antropologia**, Brasília, v. 290, p. 1-33, 2002.

_____. Famílias e Individualismo: Tendências Contemporâneas no Brasil. **Revista Interfaces**, Botucatu-SP, v. 5, n. 8, p. 11-26, 2002

MANUEL, José; ARCE, Valenzuela. **Vida de Barro Duro. Cultura Popular Juvenil e Grafite**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999

MARCELLO, Fabiana de Amorim. Enunciar-se, organizar-se, controlar-se: modos de subjetivação feminina no dispositivo da maternidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro (RJ), v. 29, p. 139-151, 2005.

MENEGHEL, S. N.; GIUGLIANI, E. ; FALCETO, Olga. Violência Doméstica e Agressividade na Adolescência. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 1998.

_____. Histórias de Vida: notas e reflexões de pesquisa. **Athenea Digital** – num. 12:115-129, 2007.

MICHEL, Misse. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados** 21 (61), 2007

MINAYO, Maria Cecília _____ A Violência na Adolescência: Um Problema de Saúde Pública. In: **Cadernos de Saúde Pública** 6(3). FIOCRUZ. Rio de Janeiro. 1991.

_____. (et alli). **Fala galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro**, UNESCO, 1999.

MOMANOR, William; PHILLIPS, Llad. The Impacto of Income and Family Structure on Delinquency. 1995, Paper 7'95. **Departamental Working Papers**. University of California, Santa Barbara.

MORAIS, Marcelo Navarro de. Uma análise da relação entre o Estado e o tráfico de drogas: o mito do poder paralelo. **Ciências Sociais em Perspectiva** (5) 8: 117-136. 1º. Sem. 2006

MOREIRA, Marcelo Rasga. Nem Soldados nem Inocentes: Jovens e Tráfico de Drogas no Município do Rio de Janeiro. **Dissertação apresentada no Programa de Pós Graduação da ENSP**, com vistas à obtenção do título de Mestre em Ciências na área de Saúde Pública, p. 1 a 152. Rio de Janeiro: 2000.

MOURA, Solange Maria. S. R.; ARAÚJO, M. de Fátima. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 24, n. 1, p. 44-55 Brasília: Março, 2004.

MOURA, Tatiana. **Novíssimas guerras, novíssimas pazes. Desafios conceituais e políticos**. Comunicação apresentada ao VIII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais, no Painel Novíssimas Guerras, Novíssimas Pazes. Coimbra, 2004.

_____. **Rostos invisíveis da violência armada. Um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2007.

NOVAES, Regina. **Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias**. In Almeida Maria Isabel Mendes; Eugenio, Fernanda (orgs.). Culturas Jovens: Novos Mapas do Afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NOVELLINO, M. S. F. **Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres**. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2004, Caxambu. Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2004

_____. **A feminização da pobreza no Rio de Janeiro, Brasil (1992-1999)**. In: XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2002, Ouro Preto, MG. Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2002.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, OIT. **Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, M. C. F. A. Condición femenina y alternativas de organización doméstica: las mujeres sin pareja en San Pablo. **Revista de Estudios Demográficos y Urbanos**, México, D.F., v. 7, n. 2 y 3, p. 511-537, 1992.

OLIVEIRA, Thelma e Almeida; TORRES, Renata Costa. Mulheres-mães e a Ditadura Militar Brasileira. In ALMEIDA, Suely de Souza; SILVEIRA, Maria Lúcia; OLÍMPIO, Victoria Graboís (orgs). **Violência Estatal e Experimentos de Resistência na Vida Social Brasileira**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003

OLIVEIRA, Maruza B. ASSIS, Simone G. Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os "ressocializam". A perpetuação do descaso. **Cad. Saúde Pública** vol.15 n.4 Rio de Janeiro Oct./Dec. 1999

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

_____. **Vida Cotidiana. Enigmas e Revelações**. Rio de Janeiro: Editora Cortazar. 2003.

PENSO, Maria Aparecida; SUDBRACK, Maria Fátima. O envolvimento em atos infracionais e com drogas como possibilidade para lidar com o papel de filho parental. **Psicologia USP**, 15(3), 29-54, 2004

PITANGUY, Jacqueline, SOUZA, Cecília de Mello. **Codes of honour: reproductive life histories of domestic workers in Rio de Janeiro**. Power, Reproduction and Gender. The inter-generational transfer of knowledge. London and New Jersey. Sez Books, 1997.

POLLAK, M. **L'expérience concentrationnaire. Essai sur Le maintien de l'identité sociale**. Paris:Métailie, 1990

PUNCH, M. **Ethical considerations in fieldwork . The Politics and Ethics of Fieldwork**.Londres. Sage, 1986.

RINALDI, Alessandra de Andrade; BARRETO, Neilza. “Em nome do pai”: um estudo sobre as ações de investigação de paternidade em âmbito da justiça gratuita na comarca do Rio de Janeiro. **Seminário Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder**, Florianópolis: 2008.

RIZZINI, Irene; BUTLER, Udi Mandell. Crianças e Adolescentes que vivem e trabalham nas ruas: revisitando a literatura. In RIZZINI, Irene (Org.) **Vidas nas Ruas. Crianças e**

Adolescentes nas Ruas: Trajetórias Inevitáveis? Rio de Janeiro: Edição Loyola. Editora PUC. 2003

ROUDINESCO, Elizabeth. **A família em desordem.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SALEM, Tania. Tensões entre gêneros na classe popular: uma discussão com para entender paradigma holista. **Mana** Vol. 12, n. 2. Rio de Janeiro, Oct. 2006

SANT'ANNA, Ana; AERTS, Denise e LOPES, Marta Julia. Homicídios entre adolescentes no Sul do Brasil: situações de vulnerabilidade segundo seus familiares. **Cadernos de Saúde Pública**, 21 (1). pp. 120-129. Rio de Janeiro: Janeiro-fevereiro 2005

SARTI, C. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** Ed. Autores Associados. Campinas, 1996

_____. **A família como ordem simbólica.** **Psicologia USP**, São Paulo, 15(3), p. 11-28, 2004.

_____. **Família e individualidade: Um problema moderno.** In M. C. Brant (Org.). **A família contemporânea em debate.** pp. 39-50. São Paulo: Cortez/EDUC. 1995.

_____. **O Valor da Família para os Pobres.** In **Família em Processos Contemporâneos: Inovações Culturais na Sociedade Brasileira.** Edições Loyola. São Paulo: 1995. p(131-150)

SCAVONE, L. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Revista Interfaces**, Botucatu, v. 5, n. 8, p. 47-69, 2001.

_____. **A Maternidade e o feminismo: diálogo com as Ciências Sociais.** **Cadernos Pagu** (UNICAMP), Campinas, v. 16, p. 137-150, 2001.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. **La Muerte Sin Llanto. Violência y Vida cotidiana em Brasil.** Barcelona: Editorial Ariel, S.A, 1997.

SCOTT, R. Parry, O Homem na Matrifocalidade: Gênero, Percepção e Experiências do Domínio Doméstico. **Caderno de Pesquisa.** São Paulo (73): 38-47, maio 1990.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Balanço de Ações.** 2006-2007. Brasília, 2007.

SENTO-SÉ. Adolescentes em conflito com a lei. **Boletim No. 01. Ano 2.** CESEC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania. Rio de Janeiro: Abril, 2004.

SERAPIONI, Mauro. O Papel da Família e das Redes Primárias na Reestruturação das Políticas Sociais. **Ciência e Saúde Coletiva**, setembro-dezembro, Vol. 10, pp.243-253. Rio de Janeiro: 2005

SIGAUD, Cecília Helena de Siqueira; REIS, Alberto Olavo Advíncula. A representação social de mães acerca da criança com síndrome de Down. **Revista Escola de Enfermagem, USP**, v.33. n2, p. 148-56, jun, 1999.

SILVA, Jailson de Souza e; URANI, Silva André. Crianças no Tráfico. **Um Diagnóstico Rápido.** OIT (Oficina Internacional Del Trabajo – Brasília) e Ministério do Trabalho e Emprego. p. 1 a 71, 2002.

SINGER, M. Toward a bio-cultural and political-economic integration of alcohol, tobacco and drug studies in the coming century. **Soc Sci Med.** 2001;53(2):199-213.

SOARES, Barbara Musumeci. Armas de fogo: do que as mulheres têm medo? **Pax Boletim Online**, no. 6, Coimbra: Núcleo de Estudos para a Paz. Centro de Estudos Sociais pp 2-3, 2006. Disponível em: http://www.ucamcesec.com.br/pb_txt_dwn.php. Acesso em: 03 mar 2009

SOARES, Gláucio e BORGES, Dorian. A Cor da Morte. **Revista Ciência Hoje**, Vol. 35, número 209. P.26. Rio de Janeiro: 2004.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. **Estudos Avançados.** vol.20, n.56, pp. 91-106. 2006

SOUZA, D. B. L.; FERREIRA, M. C. Auto-estima pessoal e coletiva em mães e não-mães. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 10, p. 19-25, 2005.

SOUZA, Jessé. (Não) Reconhecimento e subcidadania, ou o que é "ser gente"? **Lua Nova**, n.59, pp. 51-73. 2003.

SOUZA, Josinaldo. “Sociabilidades emergentes: Implicações da dominação de matadores na periferia e traficantes nas favelas”. **Tese de doutorado. UFRJ**, Rio de Janeiro, 2001.

SOUZA, Sheila Cristina B. de; PIRES, Antonio, A.P. Comportamento Materno em Situação de Risco: Mães de Crianças com Paralisia Cerebral. **Psicologia, Saúde e Doenças**. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2003.

SPRADLEY, James. **The Ethnographic Interview**. Nova Iorque: Holt, Rinehart & Winston, 1979. p. 78-82 ; 85-91 ; 120-131 ;155-172

SZWARCWALD C.L; CASTILHO, E.A. Mortalidade por armas de fogo no Estado do Rio de Janeiro, Brasil: uma análise espacial. **Revista Panamericana de Salud Pública**, 4(3): 161-170 1998

THORNE, B. You still takin’ notes? Fieldwork and problems of informed consent. **Social Problems**, 27(3): 284-297, 1980

TOURINHO, Julia Gama. **A mãe perfeita: idealização e realidade**. Vol. 5, Nº 9. 2008. Disponível em: <http://www.igt.psc.br/ojs/index.php>.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão de. **Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar. Epistemologia e Metodologia Operativa**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

VÍCTORA, Ceres Gomes; KAUTH, Daniele Riva; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Pesquisa Qualitativa em Saúde. Uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000

WACQUANT, L. **Os Condenados da Cidade: Estudos sobre Marginalidade Avançada**. Rio de Janeiro: Revan, FASE. 2001.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência IV: Os Jovens do Brasil: Os Jovens do Brasil: Juventude, Violência e Cidadania**. Brasília: Edições Futura, UNESCO, 2004.

WINNICOTT, D.W. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____ **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____ **A Família e o Desenvolvimento Individual.** São Paulo: Martins
Fontes, 2005

ZALUAR, A. _____ (org.) **Desvendando Máscaras Sociais.** Rio de Janeiro:
Ed. Francisco Alves, 1975.

_____ **A globalização do crime e os limites da explicação
local.** In: Velho G, Alvito M, organizadores. Cidadania e violência. Rio de Janeiro: Editora
UFRJ; p. 48-68, 1996.

_____ Juventude, Saúde e Segurança Pública no País. **Estudos e Pesquisa, no. 148,**
1994

_____ **Condomínio do Diabo: as classes populares urbanas e a lógica
do ferro e do fumo.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

7. ANEXOS

7.1 Consentimento Informado de Entrevista para Dissertação de Mestrado

Solange Gandur Dacach, aluna do Programa EICOS – Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social - do Instituto de Psicologia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) vem, através deste documento, dar conhecimento às mulheres que serão entrevistadas, dos objetivos da pesquisa que está desenvolvendo para a sua tese de Mestrado: *Prá que Rimar Amor e Dor?* Maternidade e violência: situação-limite de filhos envolvidos com grupos criminosos armados com domínio de território

A pesquisa tem por objetivo estudar os possíveis impactos no cotidiano de famílias e, em específico, das mães, provocados pelo envolvimento dos filhos com atividades ilícitas, onde se destaca o tráfico de drogas em comunidades do Rio de Janeiro, estejam em plena atividade, cumprindo medidas sócio-educativas, presos ou mortos.

Para a obtenção dos dados será necessário que as entrevistas sejam realizadas em um clima de confiança entre a entrevistadora e a entrevistada.

Os dados obtidos nestas entrevistas serão de uso restrito da pesquisa, isto é, da mestranda e sua professora/orientadora. O resultado do trabalho será apresentado aos mestres e mestradas do EICOS e um (a) convidado (a), especialista no tema, em março de 2009.

Depois de defendida, a tese estará disponível na internet e na biblioteca da UFRJ.

Os nomes das entrevistadas assim como dos seus filhos, serão substituídos por nomes fictícios. As gravações serão desfeitas após a transcrição.

Neste tipo de entrevista a pessoa corre o risco de se emocionar, ao falar e lembrar de sua história, mas pode ser beneficiada pela oportunidade de desabafar, refletir sobre o acontecido, conversar com alguém que vai ouvi-la, confidencialmente, com respeito.

Informamos também que qualquer entrevistada tem o direito de interromper a história de vida, desistir ou não de responder à determinadas questões se assim decidir.

Neste sentido, as informações aqui apresentadas devem ter o seu consentimento. Não pode ficar nenhuma dúvida e tudo deve ficar bem claro entre a pesquisadora e a entrevistada.

Se concordar em ser entrevistada é muito importante que nos diga se também concorda com a gravação () ou com anotações das entrevistas ().

Data: _____

Assinatura da entrevistada:

Contato: _____

Assinatura da Mestranda:

Contato: 8898-2220

7.2. ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Dados pessoais

Nome Entrevistado:

Nome pelo qual é conhecido:

Endereço:

Casa própria ou alugada

Comunidade:

Município:

Telefone para contato:

E-mail:

Local e data de nascimento:

Sexo:

Ocupação:

Local de emprego/trabalho:

Cargo:

Tem carteira assinada?

Estudou até que série?

Mora com quem? (parentesco e havendo filhos, idades)

Se casada há quanto tempo...quantas vezes se casou..e havendo filhos são ou não do mesmo pai?

Quem contribui para a renda familiar?

Ocupação destas pessoas?

Religião da família de origem:

Religião atual:

É praticante?

Que aparelhos eletrodomésticos e eletrônicos existem na sua casa? (quantidade de cada)

Raça/etnia:

Participação em movimento social: ____ Não ____ Sim

Nome organização/entidade:

Cargo:

Data de início de participação:

Conte-me a história de sua vida, me falando mais sobre como era sua família, quem te criou e depois sua família hoje, a criação de seus filhos, sua história enquanto mãe.

Envolvimento dos filhos em atividades ilícitas/tráfico de drogas

Você e/ou os pais dos seus filhos fumam, bebem, usam ou usaram alguma droga em algum momento? Qual? Pode falar sobre esta experiência? os filhos viam?

Algum dos seus filhos fuma, bebe, consome algum tipo de droga? Qual? Desde quando?

Sabe como iniciou (influências, amizades...)?

O que vc fez quando descobriu? Chamou a atenção? Bateu? Castigou?

O que mais ameaçava você ??quando descobriu que el(s) estava(m) consumindo?

Algum tipo de consumo te preocupou mais? Porque?

O que aconteceu com ele? E a vida escolar? Que hábitos mudaram? Que hábitos adquiriu?

Com que dinheiro pagava as bebidas, as drogas?

Na comunidade em que você mora o tráfico de drogas está presente? O que vc entende, observa, conclui sobre isto? como é o cotidiano? (polícia, comandos...)

São freqüentes os conflitos na sua comunidade entre os comandos? Qual a facção da sua comunidade? e do seu filho?

Qual a repressão mais temida? (Militar, Bope, Milícia, Caveirão...).Porque?

É muito intensa a freqüência da polícia na sua comunidade?

A sra. já foi abordada? O que queriam? Estavam procurando o seu filho? como age nestes momentos?

Alguém na família já se envolveu (pai, padrasto, tio, primo) com o tráfico de drogas? O que aconteceu com esta pessoa? Qual a relação desta pessoa com seus filhos?

Em algum momento algum filho seu se envolveu com o tráfico de drogas?

Como começou esta história? Como você percebeu o envolvimento? ..como soube o que fala(va) para ele? Quando você soube, como ficou?

Conte tudo o que se lembra... tentou alguma coisa? castigou? ameaçou?

Como ficou a sua vida depois deste acontecimento, o cotidiano, suas amizades, seu ir e ver pela comunidade

Quantos filhos estão envolvidos...

Como ficou a sua relação com ele?

Os que não estão envolvidos o que fazem...

A dedicação que tem pelos filhos mudou? Ficou mais concentrada neste que se envolveu...

O que faz por ele? (aqui vai depender...pode estar em instituição sócio-educativa, na prisão (audiências no fórum, visitas)

Os demais filhos moram na comunidade? Quantos vivem com a senhora atualmente?

Onde estão (os que não vivem com a senhora...)?

O que mudou na sua relação com a comunidade, os vizinhos...

É realmente vantajoso ganhar dinheiro com o tráfico? Quanto ele ganha? Quanto ele coloca em casa? Que contas ele paga? Enfim, quais os sonhos de consumo que ele tem? O que pode oferecer a casa a partir de sua renda? A senhora passou a ter sonhos de consumo a partir desta possibilidade?

Ele está usando arma? Que tipo de arma?

Ele trás armas para casa? E o que isto te causa?

Onde ele está? (aqui pode estar “trabalhando”, pode estar preso, pode estar morto...)

Onde está hoje?....

Diante desta situação, como vê o seu projeto de mãe ?

Como você se relaciona com esta situação? Que implicações trouxe para a sua vida (cotidiana, no trabalho, ...)

Que mudanças ocorreram na sua vida? (o que é ser mãe quando os filhos se envolvem?)

Que situações-limite você viveu causado por este envolvimento ?

Que vontades já teve em relação ao seu filho? que pensamento lhe vêm à cabeça? Como fica o seu coração? Seus sentimentos de mãe?

O que vc acha pode contribuir com ele nesta situação?

Como a senhora fica quando surge a repressão (se o filho estiver “trabalhando” na rede ilícita)... a senhora esconde o seu filho? ajuda a fugir?

Seu filho foi preso alguma vez? como foi? Para onde o levaram?

Onde recorreu por ele?

Se foi preso mais de uma vez....

A partir daí como ficou a sua vida e o que a senhora teve que fazer? com quem contou realmente? Quem mudou com a senhora?

Em relação à prisão? a senhora esperava que isto pudesse acontecer? Conversava sobre isto com ele?

Aqui o relato de como aconteceu...repercussões...conseqüências (dimensões diversas)

E agora, como está a sua vida? O que está fazendo?

Em relação à morte do filho, a senhora esperava que isto pudesse acontecer? Conversava sobre isto com ele?

Sabe quem o matou?

Aqui o relato de como aconteceu...repercussões...conseqüências (dimensões diversas)

Ele devia? e a dívida quem paga?

Acha que a sua vida de certa forma ficou mais tranqüila?

Se a a senhora pudesse “voltar “ para o tempo em que todas estas coisas ainda não tinham acontecido, faria diferente alguma coisa? o que? porque? como?

Como explica o que aconteceu com seu filho?

Como se sente com tudo isto?

Responsabiliza alguém?